Área de Transportes e Obras Públicas

ÍNDICE

PREFÁCIO 331

PRIMEIRA PARTE
BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO 2013 333

1. Cooperação Regional 333
   1.1. Concretização do plano de construção do novo acesso 333
   1.2. Conclusão dos trabalhos respeitantes à construção do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin 334
   1.3. Promoção do desenvolvimento das infra-estruturas de trânsito terrestre transfronteiriço 334
   1.4. Programação do planeamento 336
   1.5. Aprofundar os laços de cooperação regional na preservação do ambiente, água e conservação energética 336
2. Planeamento Urbanístico 337
   2.1. Aprovação da Lei do Planeamento Urbanístico pela Assembleia Legislativa 338
   2.2. Promoção do planeamento dos bairros e dos trabalhos respeitantes aos estudos sobre o reordenamento dos bairros antigos 338
3. Gestão de Solos 340
   3.1. Conclusão da revisão da Lei de Terras 340
   3.2. Acompanhamento e tratamento vigoroso dos terrenos concedidos mas não aproveitados 341
4. Construção urbana 342
   4.1. Combate contínuo às construções ilegais 342
   4.2. Optimização dos procedimentos de apreciação e de aprovação dos projectos 343
   4.3. Melhorar a fiscalização de equipamentos electromecânicos 343
   4.4. Promover a construção de obras públicas 344
   4.5. Resposta às solicitações dos cidadãos pelo Centro de Contacto da DSSOPT 347
5. Habitação 347
   5.1. Início programado do acompanhamento da habitação pública 347
   5.2. Melhorar a estratégia de desenvolvimento da habitação pública 348

5.3. Focalizar nos assuntos relacionados com a administração e reparação predial 349
5.4. Mercado imobiliário 350
6. Trânsito e Transportes 351
6.1. Transportes terrestres 351
6.2. Sistema de Metro Ligeiro 354
6.3. Aviação 357
6.4. Assuntos portuários 358
7. Protecção do Ambiente e Energia 360
7.1. Protecção ambiental 360
7.2. Recursos hídricos 362
7.3. Políticas energéticas 363
8. Telecomunicações, Correios, Ciência e Tecnologia 365
8.1. Gestão de telecomunicações 365
8.2. Correios, Ciência e Tecnologia 368

SEGUNDA PARTE
LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2014 370

1. Cooperação regional 370
1.1. Desenvolvimento harmonioso do Grande Delta do Rio das Pérolas e execução de várias infra-estrutura de grandes empreendimentos do trânsito viário 370
1.2. Estabelecer novas medidas para o trânsito terrestre transfronteiriço promovendo a aceleração da integração regional 371
1.3. Garantir a segurança no abastecimento de água, promover a construção de empreendimentos hídricos 373
1.4. Envidamento de mais esforços na conclusão do Plano Urbano de Macau-Zhuhai e criação de condições para o aprofundamento da cooperação entre ambas as regiões 374
1.5. Reforçar o controlo conjunto da qualidade do ar contribuir para zona com vida de alta qualidade 374
2. Planeamento Urbanístico 376
2.1. Implementação de novas medidas em articulação com a "Lei do Planeamento Urbanístico" 376

2.2. Desencadeamento da elaboração do Plano Director Urbanístico em articulação com o desenvolvimento urbano 376

2.3. Elaboração do planeamento das novas zonas urbanas, dar a conhecer o futuro plano geral de desenvolvimento 377

2.4. Continuação da implementação do planeamento de diversas zonas pequenas a fim de criar um Centro Mundial de Turismo e Lazer 378

2.5. Recolha ampla de opiniões da comunidade para a promoção progressiva dos trabalhos relativos aos bairros antigos e ao embelezamento das ruas ... 378

3. Gestão de Solos 379

3.1. Fazer uma articulação com a implementação da Lei de Terras revista, acelerando a elaboração dos respectivos diplomas complementares 379

3.2. Aconpanhamento dos terrenos concedidos mas não aproveitados, aproveitamento apropriado dos recursos de solos 380

3.3. Melhorar o sistema de informação, monitorizar as variações ocorridas nos solos 381

4. Urbanização 381

4.1. Criação de um sistema informático, melhorar a função dos serviços de apoio 381

4.2. Melhorar os procedimentos, acelerar a apreciação e aprovação de projectos 382

4.3. Criar mecanismos e orientações de fiscalização, elevar o nível profissional do sector 382

4.4. Assuntos comunitários, concretizar as infra-estruturas públicas 383

5. Habitação 386

5.1. Distribuição rigorosa dos recursos públicos e oferta faseada de habitação pública 386

5.2. Conforme a estratégia de desenvolvimento da habitação pública, implementar de forma estável as respectivas políticas e medidas administrativas 388

5.3. Regulação do funcionamento da actividade de mediação imobiliária para promover o desenvolvimento sustentado e saudável do mercado imobiliário 389

5.4. Criação do Centro de Serviços da Administração de Edifícios e aperfeiçoamento da legislação relativa à administração de edifícios 390

5.5. Reforço da reparação de edifícios e melhoramento da qualidade do ambiente habitacional 390

6. Política de Trânsito e Transportes 391
6.1. Política de transportes terrestres 391
6.2. Sistema de Metro Ligeiro 396
6.3. Aviação 398
6.4. Assuntos portuários 400
7. Protecção do ambiente e Energia 402
7.1. Política ambiental 403
7.2. Políticas energéticas 405
7.3. Recursos hídricos 408
8. Política de telecomunicações, correios, ciência e tecnologia 410
8.1. Política de telecomunicações 410
8.2. Política de Correios 411
8.3. Políticas de Ciência e Tecnologia 413
CONCLUSÃO 415

PREFÁCIO

Em 2013, todas as acções previstas pela área de Transportes e Obras Públicas progrediram conforme o objectivo da acção governativa de "melhorar o bem-estar da população, planear um desenvolvimento a longo prazo".

Para além de termos envidado esforços no melhoramento dos equipamentos comunitários e do ambiente urbano, aproveitando as vantagens da complementariedade regional, iremos promover o plano de desenvolvimento regional e as infra-estruturas rodoviárias transfronteiriças em articulação com o desenvolvimento sócio-económico sustentável de Macau.

A conclusão da construção do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha da Montanha (Hengqin) concretizou o novo modelo de cooperação entre Guangdong e Macau.

Paralelamente foram formalmente iniciadas as obras de aterro da nova zona urbana, disponibilizando espaço livre para o futuro desenvolvimento.

Demos acompanhamento à construção do novo acesso entre Guangdong e Macau, iniciámos os trabalhos preparatórios da relocalização do mercado abastecedor, ao mesmo tempo que promovemos os trabalhos do posto fronteiriço e das insfra-estruturas transfroteiriças, em articulação com o desenvolvimento regional do grande Delta do Rio das Pérolas.

A produção legislativa sempre foi uma tarefa importante na área de Transportes e Obras Públicas. Com a aprovação da revisão da "Lei de Terras" e da "Lei do Planeamento Urbanístico", pela Assembleia Legislativa, a implementar em Março de 2014, estabelecem-se orientações para o desenvolvimento da gestão de recursos de terrenos de Macau e para o seu planeamento urbanístico, criando uma base para o desenvolvimento sustentável de Macau.

O "Regime Jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção" e a "Lei da Actividade de Mediação Imobiliária", implementados em meados do corrente ano, são significantes legislações para as transacções no mercado imobiliário, promovendo a protecção dos direitos e interesses das partes na compra e venda de imóveis.

Acompanhámos os trabalhos civícos, a oferta da habitação pública, a atribuição das fracções aos agregados familiares em lista de espera, no intuito de resolver a carência de habitação pelos residentes mais necessitados.

Continuámos a melhorar as instalações comunitárias, as rodovias entre as diferentes zonas, a criar espaços livres de barreiras arquitetónicas pedonais, a promover a divulgação dos planos de protecção ambiental e de água reciclada, a promover a qualidade dos serviços comunitários e a melhorar a vida da população.

O mercado de combustível está estreitamente ligado à vida da população e com a assinatura do "Contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás natural" introduz-se a utilização da energia limpa, nomeadamente no Novo Campus da Universidade de Macau, na Ilha da Montanha (Hengqin), na habitação pública de Seac Pai Van e nos autocarros públicos, o que levou a um novo patamar de utilização cívica do gás natural em Macau.

O progresso da RAEM resultou no seu rápido desenvolvimento socioeconómico, fazendo aumentar a procura de equipamentos e instalações de apoio, pelo que o planeamento na área de Transportes e Obras Públicas necessita de ter em conta o desenvolvimento e a previsão em geral.

Em 2014, em análise das necessidades da sociedade e no seguimento dos resultados obtidos, continuaremos a dar sequência e a aprofundar os trabalhos em curso, e quanto aos planos de urbanização que estão a ser implementados, proceder-se-á à apreciação das fases já concluídas, nomeadamente quanto ao cumprimento do calendário e à sua qualidade, e com a experiência adquirida na construção dos empreendimentos, avaliar-se-á o andamento da execução de cada um dos planos e, de acordo com o princípio da eficaz optimização dos trabalhos, proceder-se-á à sua consolidação.

Paralelamente, com o aumento da dimensão da construção urbana em articulação com o desenvolvimento urbano, iniciam-se os trabalhos necessários ao aumento da capacidade de carga da cidade, pelo que em 2014 os planos e os grandes empreendimentos vão entrar em fase de concretização, as construções sociais vão iniciar-se fasedamente, as medidas da política de protecção ambiental vão também ser progressivamente implementadas, criando-se condições para uma vida com qualidade, marcando um projecto mais clarificado para o desenvolvimento em geral e ordenação regional de Macau, promovendo o desenvolvimento sustentável e potenciando Macau.

PRIMEIRA PARTE

BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO 2013

1. Cooperação Regional

A promulgação do 12.º Plano Quinquenal Nacional e a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau foram uma base relevante que contribuiu para o futuro desenvolvimento da RAEM e trouxeram enormes oportunidades. Nesta perspectiva, o Governo da RAEM tem-se empenhado em fazer de Macau um centro mundial de turismo e lazer, participando activamente na cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau, com vista a aumentar o nível do desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida dos residentes. Graças à atenção e ao suporte do Governo Central da China, verificou-se na RAEM no ano transacto um desenvolvimento estável, tendo-se configurado de forma gradual uma preponderância geral da cidade e obtido, de forma contínua, bons resultados na área da cooperação regional.

1.1. Concretização do plano de construção do novo acesso

A construção do novo acesso entre Guangdong e Macau é uma importante obra ligada à vida dos cidadãos e que tem sido activamente promovida pelo Governo da RAEM ao longo dos últimos anos. No intuito de assegurar a concretização e o acompanhamento dos trabalhos respeitantes à construção do novo acesso entre Guangdong e Macau, ficaram já concluídos os trabalhos preparativos do estudo prévio, deu-se início a um inquérito sobre a situação actual comunitária e económica da Zona Norte, no sentido de conhecer melhor a situação actual comunitária dessa zona, bem como a tendência do seu desenvolvimento económico, servindo assim como uma referência para acompanhar e avaliar os trabalhos respeitantes à construção do novo acesso entre Guangdong e Macau. A par disso, foram já iniciados os trabalhos respeitantes à avaliação do impacto ambiental no âmbito do planeamento antes da construção, bem como o estudo respeitante às medidas de protecção ambiental mais racionais e eficazes a adoptar durante a execução da obra, tendo-se iniciado a recolha de dados da fase preparatória, a sondagem geotécnica *in loco* e a amostragem ambiental, bem como os trabalhos preparatórios da relocalização do mercado abastecedor.

1.2. Conclusão dos trabalhos respeitantes à construção do Novo Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin

O novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin não é apenas uma obra de campus universitário, considera-se também como um empreendimento experimental no âmbito dos novos modelos de construção cooperativa entre Guangdong e Macau sob o princípio de "um País, dois sistemas", desempenhando um papel crucial para formar pessoas qualificadas para o futuro de Macau, por forma a promover o desenvolvimento sustentável da RAEM, assim como impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia local.

O novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin ocupa uma área bruta de construção de cerca de 940.000 m2, inclui 15 conjuntos de construções, 80 construções individuais, cuja área de vias públicas atinge 160.000 m2. Inclui-se ainda as construções relativas às instalações de serviços de água, energia eléctrica, combustíveis, telecomunicações, informática, serviços alfandegários, corpo de polícia, infra-estruturas sociais, entre outros. Todo o processo de construção obriga a critérios muito exigentes, uma grande envergadura e uma múltipla coordenação, acrescentando uma execução simultânea de várias obras. No pico da sua construção chegaram a existir simultaneamente cerca de 20 empresas de construção no estaleiro de obras, contabilizando cerca de dez mil trabalhadores, verificando-se as grandes dificuldades na organização da construção. Desde a cerimónia de lançamento da primeira pedra do novo campus da Universidade de Macau, no dia 20 de Dezembro de 2009, o empreendimento tem vindo a obter grande importância do Governo da RAEM, o qual participou activamente em cada trabalho com uma atitude pragmática. A par disso, mereceu ainda grande atenção e apoio por parte do Governo Central e tem-se mantido um contacto estreito e o diálogo pleno com os Governos da Província de Guangdong e do Município de Zhuhai, por forma a que se possa concretizar de forma gradual os trabalhos das várias áreas. Decorridos mais de três anos de construção, os trabalhos ficaram concluídos basicamente em Abril de 2013 e a jurisdição da RAEM implementada a partir de 20 de Julho do mesmo ano. Com a conclusão deste empreendimento, ficou comprovada no âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, a importância na promoção da inovação em regimes que permitirão, através de experimentações e testes, a criação de novos conceitos e de novos modelos de gestão apetrechados de funções demonstrativas e experiências valiosas para impulsionar outros empreendimentos no futuro, bem como permitir estreitar ainda mais as relações entre Guangdong e Macau.

1.3. Promoção do desenvolvimento das infra-estruturas de trânsito terrestre transfronteiriço

A construção de infra-estruturas é um dos importantes alicerces para levar por diante a cooperação estreita entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Estão completamente

concluídos os concursos de concepção para diversas obras de construção das estruturas principais da Ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau. A conclusão do aterro da ilha artificial, onde ficará o posto fronteiriço Zhuhai – Macau, foi no fim de Novembro do corrente ano, estando basicamente concluídos os projectos conceptuais preliminares do ordenamento viário e das infra-estruturas do posto fronteiriço de Macau.

A concepção e a execução da ligação a Macau serão iniciadas em coordenação com a decisão final do ordenamento da zona de administração do posto fronteiriço de Macau.

Pretendendo os três territórios concluir até o final de 2013 a elaboração do regulamento de controlo dos veículos que circularão nesse mega empreendimento, os dois grupos especializados elaboraram um estudo prévio sobre o trânsito transfronteiriço nos primeiros três anos da entrada em funcionamento da mega ponte, para além de obterem um consenso sobre o funcionamento do serviço de autocarros e o respectivo contingente.

Para aumentar a articulação entre Macau e Zhuhai na área de planeamento dos transportes públicos urbanos, teve início o estudo de viabilidade da circulação do sistema de transportes públicos entre Macau e Hengqin, a partir do qual de se possa promover o acesso directo de transportes públicos. A fim de levar por diante a inter operacionalidade entre o cartão porta-moedas electrónico utilizado nos transportes públicos de Macau e os cartões do mesmo género de Guangdong e de Hong Kong, foi lançado em Abril, por duas empresas comerciais, um cartão integrado *"Macau Pass – Lingnan Pass"*. Este último cartão é utilizável na área onde sejam válidos os referidos cartões de pagamento, nomeadamente nos autocarros, no metro e em grande parte dos táxis e lojas de conveniência de Macau, Zhuhai, Zhongshan, Jiangmen e Guangzhou, entre 17 cidades de toda a China. Em paralelo, planeia-ss também promover a sua utilização em Shenzhen e no comboio interurbano Guangzhou-Zhuhai.

Para concretizar o "estudo sobre a emissão de licenças para a condução de veículos ligeiros nos territórios de Guangdong e Macau", previsto no "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau", a parte de Macau tem vindo ao longo do ano a abordar a outra sobre esta matéria. Incumbiu-se uma entidade da especialidade de fazer um estudo de viabilidade da aplicação do sistema de identificação por radiofrequência, para servir de base ao referido plano de entradas e saídas de Hengqin.

Guangdong e Macau celebraram este ano o "Acordo de Cooperação Estreita para a Implementação do Projecto de Expansão Transfronteiriça da Ligação até *Hengqin* de *Zhuhai*", tendo chegado a acordo na resolução das questões que envolvem a ligação do Metro Ligeiro de Macau a *Hengqin*, no sentido de dar mais um passo para fomentar, do ponto de vista técnico e de execução da obra, a interligação directa entre o sistema ferroviário interurbano Guangzhou-Zhuhai e o Sistema de Metro Ligeiro de Macau, e proceder a estudos aprofundados e concepção da ligação do Metro Ligeiro de Macau a *Hengqin*, no intuito de articular com o desenvolvimento da Ilha da Montanha (*Hengqin*) e a integração regional previstas no "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau".

1.4. Programação do planeamento

O grupo de planeamento, composto por Guangdong-Macau e Município de Zhuhai, procedeu em 2013 à uma revisão dos relatórios preliminares respeitantes ao Planeamento do Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau, em termos de transportes, de projectos de cooperação ambiental e de infra-estruturas. A fase preparatória de análise e investigação do Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas foi iniciada de acordo com o previsto e a sua elaboração será concluída brevemente.

1.5. Aprofundar os laços de cooperação regional na preservação do ambiente, água e conservação energética

Em 2013, no cumprimento do plano de actividades previsto, efectuou-se a integração do posto de monitorização do ar na Taipa Grande, da RAEM, na "Rede Regional de Monitorização da Qualidade do Ar do Delta do Rio das Pérolas, de Guangdong, Hong Kong e Macau", de forma a concretizar, gradualmente, o mecanismo de partilha de informação de monitorização do ar e estimular o desenvolvimento das actividades de prevenção e controlo conjunto do ambiente atmosférico da Região do Delta do Rio das Pérolas, com o objectivo de articular com as "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (2008-2020)" e concretizar a visão conjunta de construção de um círculo de qualidade de vida na Região do Grande Delta do Rio das Pérolas.

Além disso, está quase concluída a construção de um radar meteorológico, no âmbito de um projecto de cooperação entre Macau e Zhuhai, devendo os testes ser efectuados antes do fim do corrente ano.

Com o objectivo tratar adequadamente os diversos tipos de resíduos produzidos, estimular a reciclagem e a reutilização de recursos e ultrapassar as limitações resultantes de ser uma região geograficamente pequena, entre outros problemas, contactamos com entidades relacionadas do Interior da China, para acompanhar as questões de reutilização e tratamento de resíduos sólidos inertes, resultantes da demolição e remoção de construções e do abate de veículos em Macau, obtendo bons resultados através da cooperação regional. Os governos de ambas as partes, da Província de Guangdong e de Macau, assinaram um acordo de cooperação, segundo o qual Macau irá proceder, em primeiro lugar, à construção, em Macau, de instalações de selecção de resíduos sólidos inertes resultantes da demolição e remoção de construções, preparando a reutilização transfronteiriça. Em paralelo, manterá a comunicação e coordenação com as entidades similares da Província de Guangdong, para elaborar a proposta de funcionamento e inspecção da remoção, tratamento e reutilização de veículos usados e inúteis de Macau.

Quanto ao abastecimento de água, com a entrada em funcionamento do reservatório de Zhuyin, em Zhuhai, a segurança no abastecimento de água a Zhuhai e a Macau ficou basicamente garantida para os próximos anos.

Entretanto, para acabar a longo prazo com a ameaça de maré salgada sobre a segurança no abastecimento de água a Macau, acompanhamos proactivamente o andamento e implementação do empreendimento hídrico de Datengxia, mantendo a uma comunicação e colaboração estreita com os organismos hídricos do Interior da China.

Os 18 trabalhos de carácter técnico de pré-aprovação foram concluídos e, o início do empreendimento será oficializado logo que o relatório sobre a viabilidade e outros procedimentos sejam aprovados. Entretanto, as partes Guangdong e Macau iniciaram um estudo sobre a viabilidade da construção da 4ª canalização de abastecimento de água bruta a Macau, discutiram igualmente o plano do percurso da 4ª canalização de abastecimento de água a Macau e à Ilha de Hengqin.

A fim de permitir que a população do Interior da China e de Macau tome melhor conhecimento da história de abastecimento de água a Guangdong e Macau, reforce a consciência pública para conservar água, foi construído conjuntamente por Guangdong e Macau o "Parque Memorial Temático de Abastecimento de Água Guongdong-Macau" que ficou concluído em 31 de Janeiro de 2013.

No que respeita ao fornecimento de energia, em 2013, continuámos a reforçar a cooperação energética regional. De acordo com o estado de desenvolvimento actual das duas regiões, foram concluídas as revisões consecutivas do "Plano de Transmissão Eléctrica da CSPGC para Macau 2010-2020", comissionados a uma entidade dedicada à investigação, pelo GDSE e pela China Southern Power Grid Corporation (CSPGC), e foi fixada a calendarização das obras relativas aos futuros projectos de transporte e transformação de electricidade, a fim de satisfazer a crescente e contínua procura de electricidade em Macau. Ao mesmo tempo, a construção da subestação de Jialin da rede eléctrica de Zhuhai, de 500 kV, bem como as obras de transporte e transformação de electricidade já foram lançadas; depois da entrada em funcionamento, poderão garantir, ainda mais, a transmissão segura e estável de electricidade para Macau. Além disso, foram adicionadas, em associação com os sectores respectivos do Interior da China, novas fontes de gás natural, para abastecimento de Macau, através da rede de gasodutos de gás natural de Guangdong e continuaram-se a desenvolver estudos e a acompanhar os trabalhos no sentido de encontrar soluções para ultrapassar a situação de existência de uma única fonte de gás natural para Macau.

2. Planeamento Urbanístico

Atendendo que o planeamento urbanístico é uma importante peça do desenvolvimento sustentável de Macau, nesta óptica, foi criado em 2013 o sistema normativo do planeamento urbanístico, tendo-se obtido resultados notáveis através dos respectivos trabalhos. Envidaremos esforços para a fusão regional entre Macau e as zonas adjacentes, por forma a que se possa melhor implementar os trabalhos respeitantes ao planeamento urbanístico, com vista a elevar o nível do desenvolvimento de Macau.

2.1. Aprovação da Lei do Planeamento Urbanístico pela Assembleia Legislativa

Quanto ao texto de consulta referente às ideias conceptuais do projecto de Lei do Planeamento Urbanístico e dos diplomas complementares, a consulta pública teve lugar em 2012, tendo-se auscultado amplamente as opiniões dos diversos estratos sociais. A Lei do Planeamento Urbanístico foi aprovada em Agosto de 2013 após um profundo debate e apreciação no seio da Assembleia Legislativa. A mesma será implementada em Março de 2014, procurando-se implementar com a maior brevidade possível os respectivos diplomas complementares da Lei do Planeamento Urbanístico que servirão como base legal que orientará o desenvolvimento do espaço urbano e se aplicará ao planeamento urbanístico da cidade, com vista a reflectir a firme decisão do Governo da RAEM na gestão eficaz do desenvolvimento urbano.

2.2. Promoção do planeamento dos bairros e dos trabalhos respeitantes aos estudos sobre o reordenamento dos bairros antigos

O Governo da RAEM tem continuado em promover o reordenamento dos bairros antigos. No ano transacto realizou-se uma requalificação mais profunda dos bairros antigos, tendo sido dado inicio a estudos sobre a requalificação dos vários bairros antigos, em particular dos situados na Península de Macau e em Coloane, seguindo o princípio de "ponto", "linha" e "plano".

Nesta óptica, continuamos a elaborar os planos de pormenor relativos a várias pequenas zonas e os estudos sobre projectos cruciais, nomeadamente, o Plano Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun de Coloane, o Plano Conceptual de Intervenção Urbanística da Zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e Envolvente, o Estudo sobre o Plano de Reordenamento Urbano da Taipa Norte, o Plano de Reordenamento Urbano de Seac Pai Van de Coloane, a Concepção Urbanística Geral da Zona da Barra, o Plano de Reordenamento da Zona do Porto Interior, o Estudo sobre o Planeamento Geral da Zona Nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo), o Estudo sobre o Plano Urbano da Zona Noroeste de Macau, o Estudo para a Criação do Mapa do Clima de Macau, o Estudo sobre a Classificação dos Terrenos e os seus estudos mais aprofundados.

O desenvolvimento de cada zona será regido pelas suas características e ambiente natural próprios, criando uma indústria de turismo e de lazer e estabelecendo uma relevante referência para a futura gestão de solos de Macau.

2.2.1. Plano de reordenamento urbano da Taipa Norte

No intuito de promover o desenvolvimento urbano da Taipa Norte e proceder a um melhor aproveitamento racional dos terrenos urbanos, demos início um Estudo sobre o

Plano de Reordenamento Urbano da Taipa Norte. Através do novo plano urbano, a Taipa Norte tornar-se-á num bairro comunitário com instalações de apoio mais completas, de modo a optimizar o ambiente habitacional desta zona. Os trabalhos respeitantes à revisão do aludido plano ficaram concluídos no 2.º semestre de 2013, permitindo assim proporcionar fundamentos mais operacionais para o aproveitamento dos terrenos da Taipa Norte.

2.2.2. Estudo de requalificação e de aproveitamento do espaço da zona envolvente do Pátio do Lilau e da Casa do Mandarim

Relativamente ao estudo estratégico para a requalificação do espaço urbano da zona envolvente do Pátio do Lilau e da Casa do Mandarim, foi apresentado um aperfeiçoamento da ligação dos espaços ao longo dos eixos leste e oeste do roteiro do Centro Histórico de Macau, para que seja reforçada a ligação pedonal entre as novas zonas urbanas e o Porto Interior, e ao mesmo tempo, seja acrescentada ao roteiro a textura da vida local, enriquecendo os recursos da zona envolvente desse roteiro, com vista a promover a diversificação das indústrias culturais e criativas do bairro, optimizando assim a qualidade ambiental e as instalações públicas. Este estudo foi concluído sem obstáculos em 2013 e os trabalhos ulteriores serão entregues aos respectivos serviços públicos para revisão e acompanhamento.

2.2.3. Concretização do Planeamento Geral da Zona Nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo)

As Ruínas de S. Paulo sendo a zona nuclear do Centro Histórico de Macau e uma zona turística e cultural, abrangem muitos pontos turísticos e zona habitacional. A fim de se desenvolver melhor as vantagens histórica e cultural das Ruínas de S. Paulo, promovemos dinamicamente o Planeamento Geral da Zona Nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo), tendo apresentado o início do estudo sobre as Ruínas de S. Paulo em eixos Leste e Oeste. Procurar-se-á concluir o referido estudo em 2013.

2.2.4. Plano Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun de Coloane

Iniciámos de forma activa ao longo do ano transacto o estudo sobre o Plano Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun de Coloane, com vista a conservar esta cultura singular no âmbito de construção naval e revitalizar os antigos estaleiros navais. Depois de ter ouvido as opiniões dos moradores de Coloane e dos estratos sociais, concordaram-se geralmente com o conceito do planeamento cujo destinatário principal é a população e cujo secundário é os turistas, bem como o consenso de conservação destes antigos estaleiros navais,

preservando-se assim a única atmosfera cultural da Vila de Coloane, em termos de estudo sobre o plano urbano de requalificação deste património industrial e das técnicas antigas da construção naval, através de uma ligação sistemática dos espaços de memória histórica, optimizando o ambiente da zona, com vista atingir a meta de revitalização que ponha em relevo tanto a promoção do desenvolvimento urbano como a protecção do meio ambiente da Vila de Coloane e ainda a revitalização da zona envolvente dos estaleiros navais de Lai Chi Vun.

3. Gestão de Solos

Desde a transferência de soberania, a economia e a sociedade têm vindo a crescer ininterruptamente na RAEM, tendo-se assistido não só a grandes modificações na distribuição dos espaços urbanos como também ao aumento da procura de terrenos destinados à construção de infra-estruturas sociais em prol da vida da população.

O Governo da RAEM tem vindo a prestar atenção à gestão dos recursos de solos, tendo estado empenhado para que mediante uma gestão científica, um regime normativo e medidas jurídicas de alta transparência o aproveitamento dos solos seja mais racional.

3.1. Conclusão da revisão da Lei de Terras

Nos últimos anos, questões referentes às condições a fixar para a distribuição, concessão e permuta de terrenos, à definição da finalidade, aos trâmites da concessão, aos critérios para determinação do montante do prémio, à alteração da finalidade posteriormente à concessão do terreno, à alteração dos projectos de desenvolvimento, à transmissão da concessão, ao aproveitamento extemporâneo de terrenos e ao não aproveitamento ou abandono de terrenos, bem como questões referentes à volumetria e altura de prédios que podem ser construídos nos respectivos terrenos concedidos e ao seu impacto ambiental nas zonas envolventes, tudo isto têm sido temas que têm vindo a ser vastamente discutidos na nossa sociedade, tendo surgido cada vez mais vozes a exigir uma plena revisão da Lei de Terras.

Face às exigências dos diversos sectores da sociedade, é notório que a Lei de Terras actualmente em vigor e que tem sido utilizada há mais de 30 anos, não consegue acompanhar as exigências do desenvolvimento social. Nestas circunstâncias, criamos em 2008 um grupo de trabalho especializado para dar início aos trabalhos de revisão da Lei de Terras e dos respectivos diplomas complementares. Paralelamente tem-se acelerado a implementação da Lei do Planeamento Urbanístico que é uma das principais leis na área da construção urbana e procedido à revisão ou elaboração dos respectivos diplomas complementares, procurando-se deste modo aperfeiçoar num quadro prospectivo de planeamento urbanístico, o regime de concessão e exploração de terrenos e controlar de uma forma efectiva o desenvolvimento e aproveitamento de terrenos, de forma a promover o desenvolvimento sustentável de Macau.

Em 2008 e 2012 o grupo de trabalho especializado levou a cabo duas rondas de consulta pública. Posteriormente, procedeu a uma análise profunda das opiniões e sugestões viáveis dadas pelos diversos sectores da sociedade relativas ao texto de consulta da Lei de Terras, procurando que houvesse uma articulação com o conteúdo dos projectos dos vários diplomas legais. E tendo-se tido em consideração a realidade social já foi elaborada a versão final do respectivo projecto de lei. A Lei de Terras revista que em Agosto do corrente ano acabou de ser apreciada e já foi aprovada pela Assembleia Legislativa, entrará em vigor em Março de 2014.

Paralelamente, no intuito de haver uma articulação com a revisão da Lei de Terras, deram-se já início aos estudos de revisão dos respectivos diplomas complementares. Temos contratado especialistas e académicos provenientes de várias regiões para procederem à revisão do sistema do prémio actualmente em vigor e apresentarem propostas de curto, médio e longo prazos para a optimização desse sistema. Relativamente às exigências e condições complementares necessárias para a optimização do sistema do prémio, os especialistas e académicos têm apresentado propostas de longo prazo viáveis para a respectiva optimização, as quais poderão servir de fundamentos tanto académicos como teóricos para a revisão dos métodos de cálculo do montante do prémio da concessão de terrenos. Presentemente está a fazer-se uma consideração conjunta dos pareceres dos especialistas e académicos e da realidade actual de Macau e a proceder-se a estudos relativos à definição dos métodos de determinação do montante do prémio para que os mesmos possam acompanhar tanto quanto possível a variação de preços no mercado. Os trabalhos relativos à nova revisão e alteração periódica dos factores para o cálculo do montante do prémio da concessão de terrenos ficaram concluídos no final de Outubro de 2013.

3.2. Acompanhamento e tratamento vigoroso dos terrenos concedidos mas não aproveitados

Desde 2009, temos vindo a envidar esforços para tratar de forma programada os terrenos concedidos mas não aproveitados, tendo no final de 2011 concluído a primeira fase das análises de 48 casos referentes a terrenos concedidos mas não aproveitados, cujas responsabilidades foram imputáveis aos titulares das respectivas concessões. Até agora já se deram início, nos termos legais, aos procedimentos de audiência e às respectivas tramitações ulteriores relativas a mais de 20 casos de declaração de caducidade de concessão de terrenos e divulgar-se-ão ao público oportunamente os respectivos resultados. Fazendo face aos terrenos concedidos mas não aproveitados bem sucedidamente revertidos, o Governo procederá a estudos relativos à determinação das finalidades a que os respectivos terrenos se virão a destinar, tendo em conta diversas condições tais como o plano urbanístico e a localização específica dos terrenos, bem como a articulação que se deverá fazer com as exigências do desenvolvimento social e económico de Macau, com a implementação da política de habitação pública, etc.

Além disso, no intuito de incrementar o grau de transparência das informações sobre os bens imóveis e de responder às necessidades do planeamento urbanístico, da gestão de solos e do desenvolvimento urbano e a fim de que a Rede de Informação Cadastral possa continuar a desempenhar bem o papel de plataforma informática "one stop" relativa aos terrenos, têm-se vindo a optimizar a divulgação de dados e as funções da página electrónica da referida rede de informação. Paralelamente temos vindo a consolidar a rede de controlo topográfico e aperfeiçoar as técnicas de monitorização da modificação da configuração de terrenos, de forma a dar apoio aos diversos projectos de construção de infra-estruturas de grande envergadura e aos empreendimentos relativos às construções transfronteiriças, procurando que haja uma articulação com o desenvolvimento da nossa sociedade e se criem condições essenciais para a cooperação regional.

4. Construção urbana

Em articulação com o desenvolvimento urbano, continuaremos a promover e optimizar os trabalhos de gestão urbana através da melhoria da legislação sobre construção urbana e respectivo regime de fiscalização, promover a concretização das infra-estruturas, criando bons alicerces para o desenvolvimento futuro, e condições para a melhoria de vida da população.

4.1. Combate contínuo às construções ilegais

Face aos vários prédios em ruínas e construções ilegais, resolveremos o problema das construções ilegais através das várias maneiras, tais como promoção e educação contínua, revisão legislativa, orientação e acção de combate contínuo.

Para encorajar os proprietários a demolir as construções ilegais por sua iniciativa, bem como acompanhar a implementação das "Instruções para as Instalações de Segurança e Contra o furto no Edifício", o Governo anunciou, em Março de 2013, o "Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais" que presta apoio financeiro, em parte, de uma só vez aos proprietários que executem por sua iniciativa a demolição de obras ilegais. Paralelamente foram elaboradas as "Instruções para a Demolição das Obras Ilegais" para clarificar e pormenorizar as exigências e os procedimentos sobre a demolição das obras ilegais, e facilitar a sua apresentação do pedido.

O "Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação de Obras Ilegais" que foi estabelecido desde 2010 já resolveu 465 casos até finais de Setembro do corrente ano. Entre estes, cerca de 90% são casos respeitantes a demolições voluntárias, estando relacionados principalmente com a infracção à segurança da estrutura do prédio, as construções ilegais em ruínas, a obstrução de canais ou infiltrações, a nova construção ou renovação das obras ilegais, os casos com tratamento prévio que afectam a saúde pública e a segurança contra incêndios, etc. Devido à gradual maior consciencialização

por parte dos cidadãos, os casos de demolição voluntária têm crescido anualmente, o que obteve resultados efectivos para a protecção do ambiente habitacional da população.

Para fortalecer a gestão dos edifícios antigos, foram estabelecidos mecanismos permanentes para as vistorias, fiscalização e avaliação especial dos edifícios, sendo estes repartidos em 3 situações: "prédio em mau estado de conservação", "prédio em ruína" e "prédio em ruína iminente". Assim, já se procedeu ao tratamento prioritário de 60 casos considerados mais graves. Ao mesmo tempo, deram-se início aos trabalhos de criação de uma base de dados sobre os prédios antigos. A situação actual do prédio e a sua classificação na respectiva lista serão actualizadas regularmente, com vista a melhorar a sua fiscalização. Na revisão do Regime Jurídico da Construção Urbana e nos respectivos Regulamentos Administrativos complementares, introduzimos disposições que promovem a reparação dos prédios, optimizam a sua fiscalização e, através de diferentes formas, incentivam população a realizar a reparação e manutenção periódica, a bem do próprio prédio.

4.2. Optimização dos procedimentos de apreciação e de aprovação dos projectos

Para uma maior celeridade na aprovação dos projectos e para reforçar a eficiência na vistoria dos edifícios, procedemos à simplificação de procedimentos, ao aumento de transparência e à elaboração das instruções e implementámos as medidas convenientes nos últimos anos, nomeadamente requerimento único sobre o projecto da obra, licença da obra e início da obra, a consulta sobre o andamento do pedido através da Internet, a aceleração do procedimento da emissão da licença de utilização, etc. Em 2013, temos continuado a fortalecer o diálogo mútuo e a melhorar na globalidade o grau de eficiência do processo de apreciação e apr ovação de projectos, tendo-se implementado respectivamente 4 séries de "Instruções para Elaboração dos Projectos de Especialidade de Obras de Construção e de Ampliação", estabelecido uma "plataforma de diálogo após a vistoria da conclusão da obra" com o sector da construção civil e realizado periodicamente conferências de intercâmbio e sessões de esclarecimento acerca da implementação das novas instruções, no sentido de optimizar o mecanismo permanente de diálogo junto do respectivo sector. . Em simultâneo, estabelecemos o mecanismo de apreciação de projectos por triagem, acelerar a aprovação das obras e a emissão da licença de obras, resolvendo prioritariamente as obras de construção de edifícios de habitação que estão em apreciação, a fim de aumentar o fornecimento das fracções.

4.3. Melhorar a fiscalização de equipamentos electromecânicos

Com o aumento do número de elevadores e de escadas rolantes, os tipos de equipamentos electromecânicos tem vindo a ser diversificada, e a sociedade cada vez mais exige maior manutenção técnica e mais segurança. Para o efeito foi criado um Grupo

de Trabalho Interdepartamental para a Beneficiação do Mecanismo de Fiscalização dos Equipamentos Electromecânicos Actualmente Existentes.

Para alcançar os resultados da presente fase, implementamos as Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores nas Empreitadas de Obras Públicas, em 2013, fixando as técnicas de instalação de equipamentos, inspecção, vistoria e conservação e os critérios de fiscalização, e disponibilizando serviços de consulta através da Internet, nas quais estão definidas as responsabilidades dos cidadãos, das empresas de administração e das empresas de conservação, promovendo uma competição saudável no sector e garantindo a qualidade e a segurança dos equipamentos. Simultaneamente, criamos impressos e estabelecemos formalidades de controlo e procedemos à divulgação pelos cidadãos e pelos sectores da construção civil da forma de preenchimento.

4.4. Promover a construção de obras públicas

Ao aumento consecutivo da população residente e flutuante de Macau segue-se o desenvolvimento social de Macau, resultando na necessidade cada vez maior de várias infra-estruturas urbanas, bem como no aumento das exigências de qualidade dessas infra-estruturas, trazendo desafios e oportunidades à construção das obras públicas de Macau.

4.4.1. Construção de um ambiente de mobilidade livre de barreiras arquitectónicas

A fim de concretizar o plano de ordenamento rodoviário global e construir um ambiente de travessia pedonal e de mobilidade livre de barreiras arquitectónicas, proteger a passagem dos peões, em 2013 foram implementadas várias medidas ecológicas, lançámos o Plano de Embelezamento da Rua da Encosta e do Acesso Pedonal de Ligação entre a ZAPE e a Colina da Guia. A execução desse plano divide-se num total de 3 zonas. A 1ª zona é referente ao plano de arruamento situado entre o cruzamento da Estrada de S. Francisco e a Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e o Colégio de Santa Rosa de Lima, consistindo na abertura e embelezamento de vias e no acréscimo de elevadores na Rua da Encosta. A 2ª zona consiste na construção de um jardim junto ao Pavilhão Cheok Kun na zona da Colina da Guia que fará a ligação à Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues da ZAPE através de passagens superiores para peões e elevadores. A 3ª zona consiste na construção de duas passagens inferiores no jardim junto ao Pavilhão Cheok Kun que_farão a ligação ao acesso pedonal da Colina da Guia e à Calçada da Vitória. As obras das várias zonas têm vindo a ser executadas gradualmente, prevendo-se que as obras das zonas 1 e 2 fiquem concluídas faseadamente em 2014, prevê-se com a conclusão das obras, virá diminuir o tempo e facilitar a movimentação da população entre a ZAPE com a zona do Porto Exterior até à Colina da Guia.

A fim de responder às solicitações no âmbito da segurança por parte dos moradores na travessia pedonal das imediações do Porto Interior e do Patane, através de uma colaboração entre as autoridades e os cidadãos, aproveitamos a construção de uma passagem superior para peões situada num troço da Rua da Ribeira do Patane entre o Edifício da Federação das Associações dos Operários de Macau recentemente construído (local onde estava construído o Pavilhão Recreativo dos Operários) e a Travessa da Guelra cuja obra ficará concluída no 4º trimestre de 2013 a fim de fazer uma melhor separação entre a circulação rodoviária e pedonal na zona. Além disso, as obras de acréscimo de elevadores livres de barreiras arquitectónicas nas passagens inferiores para peões junto à Rua do Campo, Praça de Lótus e Praceta de Miramar da ZAPE também têm vindo a concluir-se gradualmente durante o corrente ano.

Quanto às ilhas, as obras de construção de 4 passagens superiores para peões na zona de habitação pública de Seac Pai Van e da passagem superior para peões na Estrada Almirante Magalhães Correia na Taipa têm vindo a concluir-se gradualmente nos finais do ano, criando condições de deslocamento seguro e confortável para a população. Além disso, os projectos de execução da "Obra do Percurso Pedonal do Jardim do Lago até às Casas-Museus da Taipa" e do "Obra do Conjunto Escultórico da Taipa Pequena" já ficaram concluídos. Os respectivos planos serão divulgados nos finais do ano ao público.

4.4.2. Apressar a execução de melhoramentos nas instalações de drenagem

Face ao rápido desenvolvimento urbano, a fim de melhorar a capacidade de escoamento global das redes de drenagem de Macau, temos nos últimos anos procedido a constantes modificações das redes de esgotos nos bairros antigos, incluindo a instalação de redes de esgotos em forma de triagem, o aumento de estações elevatórias de água e a construção de tubagens de água de grande dimensão junto à foz do rio, etc. Deste modo, em princípio, as situações de inundações já foram aliviadas. Face aos problemas das inundações provocadas pelo mau tempo, no corrente ano aceleraram e concluíram as obras de reordenamento das redes de esgotos da Rua do Almirante Costa Cabral e das redes de esgotos da Avenida Padre Tomás Pereira, da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental e da Rua do Desporto na Taipa, a fim de se melhorarem as situações de inundações nas imediações da Avenida Horta e Costa e da Estrada Governador Albano de Oliveira e da Rua do Regedor na Taipa, diminuindo o impacto à população.

Paralelamente, quanto ao problema da poluição na costeira do mar, iremos acompanhar o caso com base na prevenção da poluição e resolução dos problemas, tomar medidas apropriadas, diminuir o impacto de poluição à costeira do mar originada pela água pluvial e água residual.

O problema das inundações no bairro do Porto Interior tem sido foco da atenção do público ao longo dos anos. No intuito de resolver, com a maior brevidade possível, a situação das inundações desta zona e melhorar o ambiente social do bairro do Porto Interior,

foi criado um grupo específico interdepartamental para o acompanhamento e concretização das medidas provisórias de prevenção das cheias, que procura soluções a curto prazo no tratamento da questão das inundações no bairro do Porto Interior. Ficou basicamente definida no 1.º semestre a estratégia das medidas provisórias, foram aproveitadas as pontes-cais n.ºs 26 e 28 para servirem de projecto-piloto aquando do tratamento da questão das inundações, tendo já sido elaborados projectos pormenorizados das instalações provisórias contra as cheias destas duas pontes-cais, a próxima fase vai iniciar as obras contra as cheias nas restantes pontes-cais.

Por outro lado, após a recolha de opiniões de vários sectores da sociedade, optimizamos ainda no corrente ano o mecanismo de notificações durante o período de chuvas intensas, a fim de comunicar previamente aos Serviços competentes as informações relativas às chuvas intensas e repentinas. Proporcionamos ao público, em tempo real, informações relativas às chuvas intensas e às inundações, através do reforço da divulgação por meio da internet e de mensagens telefónicas.

Além disso, a fim de reforçar a monitorização, os trabalhos de acréscimo de 8 estações para registo do nível de água nas diversas zonas vão ser construídas faseadamente. Para além de monitorizarem o nível da água, estão equipados os instrumentos meteorológicos e as câmaras de redes a fim de monitorizarem em tempo real as situações climáticas e rodoviárias dos vários locais dos arruamentos e fazerem respectivos registos, os quais servirão de dados de referência para se melhorarem as instalações de drenagens, a fim de se melhorarem as funções de alertas de tempo severo e respectivas previsões.

4.4.3. Execução das infra-estruturas rodoviárias inter-regionais

No intuito de articular com o trânsito regional, coordenar o respectivo desenvolvimento e optimizar as infra-estruturas nas zonas dos novos aterros, já encomendámos a uma companhia de consultoria para realizar o "Estudo de Viabilidade da Quarta Passagem entre Macau e a Ilha da Taipa e do Túnel Subaquático entre as Zonas A e B das Novas Zonas Urbanas", concretizando assim as disposições planeadas para o trânsito a médio e longo prazos e acelerando a conclusão da construção das redes rodoviárias "duplo círculo duplo eixo". Na fase actual, já concluímos o Relatório do Estudo de Viabilidade da Obra da Quarta Passagem, tendo proposto que os acessos para as vias públicas e os acessos para o metro ligeiro fossem construídos em forma de blindagem.

Face ao rápido desenvolvimento do COTAI, vão ser inauguradas vários empreendimentos de jogos e de lazer, com o aumento do número de turistas, a fim de aliviar os fardos do trânsito entre o Aeroporto e a zona central da Taipa, o estudo sobre a abertura no morro da Taipa Grande de um túnel e o respectivo estudo prévio já ficaram concluídos, estando-se a realizar os trabalhos relativos à concepção mais aprofundada. A obra da construção do túnel de Ká Hó que fará a ligação entre o Ká Hó e a parte Leste do COTAI teve o seu início. Após a sua construção, as situações de inconveniências de mobilidade e a circulação difícil dos moradores de Ká Hó ficarão melhoradas.

Além disso, a obra de construção do acesso para veículos situado no piso inferior da Rotunda do Istmo fica concluída no 4º semestre de 2013 e a obra de construção da passagem superior para peões que fará a ligação a esse acesso teve início em Junho do mesmo ano. O referido acesso desnivelado para veículos poderá diminuir as situações de circulação simultânea de veículos e de pessoas e aliviar o descongestionamento do trânsito.

A fim de tornar mais fácil e melhorar a segurança da circulação pedonal e rodoviária, procedemos à abertura de novas vias públicas na Avenida Marginal do Patane e ao alargamento da Avenida de Luís de Camões em Coloane, bem como à execução das obras da 3ª fase do reordenamento das vias públicas do NAPE.

4.5. Resposta às solicitações dos cidadãos pelo Centro de Contacto da DSSOPT

A fim de assegurar a optimização dos serviços a prestar ao público, o Centro de Contacto da DSSOPT entrou em funcionamento oficial no início do ano. Este Centro, através de balcões de atendimento, responde às inquirições dos cidadãos sobre as formalidades para os pedidos de prestação de serviços públicos e recebe opiniões dos cidadãos. Além disso, disponibiliza ainda um serviço de respostas por meio de mensagens telefónicas a fim de responder às solicitações dos cidadãos, a fim de reforçar a comunicação e responder às solicitações dos cidadãos.

5. Habitação

5.1. Início programado do acompanhamento da habitação pública

Em conformidade com as necessidades do desenvolvimento social, o Governo da RAEM planeou a construção de dezanove mil habitações públicas, cujo objectivo foi basicamente concluído em 2013, atribuindo de forma programada a habitação pública aos agregados familiares. A concretização da oferta de habitação pública resolveu os problemas habitacionais de uma parte de residentes e, simultaneamente, aumentou a quantidade geral de habitação, reflectindo o objectivo da política de "Habitação para todos, bem-estar para todos".

Entre as dezanove mil fracções que constam do plano, foram vendidas um total de 8 784 fracções de habitação económica e atribuídas aos 3 514 agregados familiares fracções de habitação social, até ao final de Setembro de 2013.

Após concluído o acompanhamento de atribuição de habitação aos destinatários do plano da oferta das dezanove mil habitações públicas, iniciou-se de imediato a ocupação

ordenada das fracções por agregados familiares candidatos admitidos à habitação social do ano 2009. Até ao final de Setembro de 2013, foram tratados 1 150 agregados familiares para a ocupação das fracções, representando 23,9% dos agregados familiares em lista de espera.

Para responder às aspirações da sociedade relativas à habitação pública, reabrimos as candidaturas para as fracções de tipologia T1 de habitação económica, em 27 de Março, disponibilizando um total de 1 544 fracções, tendo sido recebidos 15 031 boletins de candidatura no presente concurso, entre eles, 11 411 agregados familiares com um elemento, ocupando 76% do total das candidaturas, após a apreciação das candidaturas, proceder-se-á à sua graduação e ordenação, irá prosseguir a realização do sorteio e a publicação dos resultados. Após a conclusão do trabalho de atribuição de habitação económica de dezanove mil habitações públicas aos agregados familiares em lista de espera, iremos abrir as candidaturas para diferentes tipologias de habitação económica, no 4.º trimestre deste ano.

Quanto à oferta de habitação social, reabrimos o concurso para atribuição de habitação social, em 22 de Maio, com uma duração de 3 meses, e até ao termo do prazo de candidatura foram apresentados um total de 6 146 boletins de candidatura a habitação social. Para elevar a eficiência do serviço, os trabalhos de apreciação das candidaturas são desenvolvidos em simultâneo, procurando-se concluir os trabalhos de apreciação no próximo ano e publicar a lista de ordenação com a maior brevidade possível.

Para diminuir a pressão dos agregados familiares na lista de candidatos a habitação social, dado ao aumento do custo de vida provocado pelo agravamento da inflação, o Governo da RAEM iniciou a atribuição do abono provisório de residência aos agregados familiares acima referidos, em 2008. Até ao final de Setembro de 2013, 7 300 agregados familiares foram beneficiados, orçando o total de abono atribuído em 300 milhões de patacas. Foi aumentado o montante mensal do abono, a partir de 1 de Setembro do corrente ano. O montante mensal do abono a atribuir aos agregados familiares compostos por 1 ou 2 pessoas, passa de 1 350 patacas para 1 450 patacas e aos agregados familiares compostos por 3 ou mais pessoas passa de 2 050 patacas para 2 200 patacas.

Paralelamente, isentamos o pagamento da renda, por todos os arrendatários de habitação social durante o ano 2011 até ao ano 2013, até Setembro do corrente ano, o valor total da isenção das rendas é de 117 milhões de patacas.

5.2. Melhorar a estratégia de desenvolvimento da habitação pública

Em 2012 foi concluído o processo da consulta pública sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, com análise e organização das aspirações e sugestões respeitantes às trezes políticas apresentadas pela população. No início do ano foi feita uma compilação dos resultados da consulta da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, de modo a que o público possa conhecer as opiniões e pontos de

vista dos participantes na consulta. Por outro lado, incumbimos a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau de elaborarem o estudo e análise sobre "Terra de Macau destinada a residentes de Macau", e o relatório do estudo vai estar concluído nos finais do corrente ano.

Em articulação com os resultados dos estudos elaborados sobre "Terra de Macau destinada a residentes de Macau" e os trabalhos da consulta a realizar no primeiro trimestre do próximo ano, irá procurar a conclusão da versão final da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública com a maior brevidade possível de modo a elaborar as linhas de acção governativa e as respectivas estratégias e medidas sobre o futuro desenvolvimento da habitação pública.

No corrente ano, o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública continua a desempenhar o papel de plataforma entre o Governo e a sociedade, alcançando os objectivos previstos de participação pública e aumentando a transparência da acção governativa. Quando houver um plano importante sobre os assuntos de habitação pública, iremos ouvir as opiniões e sugestões do "Conselho". Relativamente às respectivas políticas e medidas da reabertura dos concursos de habitação pública, incluindo os pormenores sobre os requisitos de candidatura, cálculo dos limites máximo e mínimo de rendimento dos agregados familiares, limite de património líquido e sistema de graduação e ordenação, foram ouvidas as opiniões do Conselho.

5.3. Focalizar nos assuntos relacionados com a administração e reparação predial

Com a conclusão sucessiva de novos edifícios de habitação económica, temos apoiado com esforço os moradores de habitação económica na resolução das suas necessidades relativas aos serviços de administração de edifícios. Através dos serviços de *"one-stop"* de atribuição de habitação e entrega das chaves, facilitou-se aos pré-proprietários, na mesma hora e local, o tratamento do pagamento do valor da habitação, a assinatura do contrato da administração do edifício e outras formalidades bem como o pagamento de outro tipo de despesas, como por exemplo a requisição do fornecimento de água e de electricidade. Simultaneamente, foram realizadas várias sessões de esclarecimento com os pré-proprietários das diversas habitações económicas sobre a administração dos edifícios e sobre as obras de remodelação.

Paralelamente, para colaborar com os proprietários no cumprimento das suas obrigações, foi criado o Fundo de Reparação Predial, em 2007. Implementamos vários planos de apoio financeiro de reparação e conservação dos edifícios, com o objectivo de apoiar os residentes para que façam melhor o trabalho de reparação e conservação dos edifícios. Até ao final de Setembro de 2013, foram deferidos cerca de 2 410 pedidos, orçando o total do apoio financeiro em 263 milhões de patacas, com mais de 2 000 edifícios realizaram reparações.

Ao mesmo tempo, temos procedido a uma vasta divulgação, no sentido de sensibilizar os proprietários sobre a reparação e conservação dos edifícios. De acordo com os dados estatísticos sobre os casos tratados pelo Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, as reparações efectuadas por iniciativa dos proprietários e moradores têm aumentado anualmente de 50% no ano 2009 para 71% em Setembro do ano 2013. Até ao final de Setembro do corrente ano, foram acompanhados 8 906 casos pelo Centro, aproximadamente 6 375 destes foram resolvidos com a colaboração do Centro e os restantes casos estão a ser tratados e acompanhados.

O Centro de Arbitragem de Administração Predial foi criado em 2011, sintetizando a experiência do funcionamento destes dois anos, o Conselho Arbitral procedeu à revisão e ajustamento dos trabalhos arbitrais, definindo as orientações no trabalho de conciliação e o melhorando as regras de funcionamento interno do Conselho. Até ao final de Setembro de 2013, foram tratados 90 casos de conflitos por este Centro, incluindo conflitos relacionados com a legalidade da comissão administrativa, legalidade dos procedimentos das assembleias e suas deliberações, pagamento das despesas de administração das partes comuns e uso inadequado das partes comuns. A maior parte destes casos foi resolvida, após explicação ou conciliação.

5.4. Mercado imobiliário

O ano de 2013 marca uma viragem no ordenamento jurídico relativo à transacção no mercado imobiliário, melhorando-se o respectivo sistema e garantindo-se os legítimos direitos e interesses de todas as partes intervenientes na transacção imobiliária. Concluídos os processos legislativos da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária e da Regulamentação da Lei da Actividade de Mediação Imobiliária. A lei regula os direitos e deveres dos profissionais e entidades do sector da actividade de mediação imobiliária, a fiscalização funcional e o regime de administração, tendo em conta a realidade por elaborar as disposições transitórias para as entidades e para os trabalhadores deste sector. Em articulação com a implementação da lei, procedemos à ampla divulgação, através dos diversos meios, e realizámos várias sessões de esclarecimento junto do sector e do público, para de forma aprofundada esclarecer o seu conteúdo assegurando a sua boa execução. Até ao final de Setembro de 2013, foram emitidas 1 443 licenças provisórias de mediador imobiliário, 4 436 licenças provisórias de agente imobiliário, 104 licenças de mediador imobiliário e 203 licenças de agente imobiliário.

O Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção entrou em vigor no dia 1 de Junho do corrente ano. Para se proceder à venda de edifícios em construção devem cumprir-se as disposições desta lei, e mediante a autorização prévia emitida pela entidade competente. As disposições visam regular ainda as transacções, incluindo: a compra e venda, revenda e hipoteca, definindo, ao mesmo tempo, as respectivas responsabilidades legais, de modo a permitir o funcionamento do mercado imobiliário sem obstáculos e a elevar a sua transparência. Foram, simultaneamente, criados os formulários: "Pedido de Emissão da Autorização Prévia para Transmissão de Edifícios em Construção",

"Pedido de Emissão de Certidão referente ao Andamento da Execução dos Pisos Estruturais da Obra de Construção e Ampliação", "Entrega do Contrato de Mediação Imobiliária", etc, no intuito de melhorar os procedimentos da execução da lei.

Até Setembro de 2013, existem 5 143 fracções de edifício em construção com pedido de autorização prévia para venda das fracções.

O objectivo permanente das linhas de acção governativa da RAEM é o de criar um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário e assegurar a qualidade habitacional dos residentes. Foi criado um ambiente de mercado com informações suficientes, imparciais, transparentes e de segurança nas transacções, através do desenvolvimento do ordenamento jurídico, elaboração das políticas e medidas e a sua implementação e execução. Desde a criação do Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário, há 3 anos, foram promovidas uma série de políticas e medidas para reprimir a especulação no mercado imobiliário, evitar o efeito "bolha" no valor dos edifícios, reforçar a gestão dos riscos do mercado e aumentar os custos na aquisição de habitação em Macau pelos não residentes, sendo que as diversas medidas continuam em vigor, desempenhando um papel estável no desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário.

6. Trânsito e Transportes

6.1. Transportes terrestres

Em 2013, o Governo da RAEM continua a ter a "primazia dos transportes públicos" como filosofia principal, para transformar Macau numa cidade com transportes "verdes", agradável para as deslocações dos cidadãos e visitas dos turistas. A Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020) caracteriza-se por "um núcleo, duas vertentes e três círculos" e tem como filosofia dar a "primazia dos transportes públicos" como sendo o núcleo de toda a política. No ano de 2012, deu-se prioridade ao reordenamento e melhoria do sistema dos transportes públicos; no ano de 2013, continuamos a centrar-nos na melhoria do espaço pedonal e medidas de apoio, assegurando a conveniência no "*commuting*" (casa-trabalho e trabalho-casa) e outras deslocações dos cidadãos.

6.1.1. Elevação do nível do serviço a prestar pelas entidades de utilidade pública em geral, através das diversas políticas e medidas

Para aumentar a confiança na utilização dos serviços de transportes públicos, iremos implementar a estratégia da "primazia dos transportes públicos" sob três vertentes:

1) Aperfeiçoar a rede dos transportes públicos. Em articulação com a gradual ocupação do bairro de habitação pública de Seac Pai Van, as carreiras de

autocarros vão ser gradualmente estendidas, o ajustamento de seis carreiras que circulam pelo referido bairro da habitação pública. Criar quatro carreiras rápidas que ligam, respectivamente, o terminal de autocarros de Seac Pai Van com o terminal de autocarros da Península de Macau, nomeadamente já entraram em funcionamento duas novas carreiras que ligam o terminal de autocarros das Portas do Cerco e a Praça de Ferreira do Amaral. Em paralelo, para acompanhar a utilização do *campus*, em Hengqin, da Universidade de Macau, em Agosto já entraram em serviço a nova carreira que liga entre o novo campus com o local inicial da Universidade de Macau, na Taipa, além disso iremos ajustar as carreiras que circulam no respectivo local e estudar a criação de uma passagem rápida de transportes públicos entre aquele *campus* e a Zonas Central e Sul da Península de Macau. O estudo será concluído este ano.

2) A fim de elevar a qualidade de serviço dos transportes públicos, incumbimos uma equipa de investigação de levar a efeito, entre Março e Junho deste ano, uma avaliação *in loco* sobre a qualidade do serviço das companhias de autocarros para que se obtenham informações precisas e se obtenha uma boa preparação para a avaliação futura da qualidade deste serviço. A primeira avaliação dos serviços de autocarros teve início em Julho e dura seis meses. Prevê-se que o relatório definitivo da primeira avaliação esteja concluído no primeiro trimestre do próximo ano, sendo os resultados um importante elemento de referência para medir a qualidade do serviço das companhias de autocarros.

3) Promovemos a protecção ambiental no sector de autocarros, através da introdução de factores de protecção do ambiente, incluindo o projecto de testes com autocarro eléctrico, no período entre Julho e Setembro, para circular na Taipa e no COTAI, em vias relativamente planas e largas. O número de passageiros na primeira semana do período experimental foram 17 816 de pessoas, com 1 440 partidas de autocarros. Além disso, foram introduzidos um total de 20 autocarros movidos a gás natural no princípio deste ano, que já se encontram a circular, para além da sucessiva entrada em circulação dos 37 autocarros novos que cumprem o padrão EURO V. Isto não só irá reduzir as emissões de poluentes dos autocarros como também a poluição sonora causada durante a sua circulação.

Por outro lado, tendo a Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A. requerido a falência em Outubro, por razões de interesse público, e para assegurar o normal funcionamento dos serviços de autocarros, assim como salvaguardar os direitos e interesses laborais dos trabalhadores, o Governo da RAEM tomou, através de sequestro, a exploração da Reolian, a partir de 2 de Outubro, por um prazo de seis meses. Acompanhamos e vigiamos de perto a situação financeira e de exploração da referida sociedade, tratando activa e apropriadamente os assuntos relativos ao sequestro e às medidas transitórias.

6.1.2. Beneficiação contínua do sistema de gestão de tráfego, elevando a eficiência da coordenação

Sendo a gestão racional dos veículos particulares um importante factor para a implementação da "primazia dos transportes públicos", actuaremos de forma activa na gestão a diferentes níveis. A nível tecnológico, em 2012, foi publicado o regulamento administrativo da fixação dos limites de emissão de gases de escape a que devem obedecer os automóveis novos aquando da sua importação, e teve lugar uma auscultação pública sobre os limites de emissão de gases dos veículos. A nível legislativo, em concomitância com a aplicação das medidas de incentivo fiscal dos veículos amigos do ambiente, foram apresentadas as propostas de beneficiação do regime de inspecção dos veículos e encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória, e promovido o processo legislativo sobre os combustíveis de veículos. A nível económico, foi convidada uma instituição académica para efectuar o estudo e pesquisa referente à aquisição e utilização dos veículos. Atendendo, porém, às solicitações dos cidadãos, serão tratadas prioritariamente as matérias com que se preocupam mais, nomeadamente o estudo do aumento, a título experimental, da rotatividade e mobilidade da ocupação dos lugares de estacionamento nas zonas com maior trânsito, promoção do estacionamento fora das vias públicas e a criação de lugares de estacionamento com novos parquímetros que satisfaçam as necessidades do estacionamento de curta duração, na expectativa de diminuir a pressão do trânsito rodoviário causada pelos veículos em circulação na procura de lugares de estacionamento, permitindo aos cidadãos estar a par da eficácia das medidas e ouvir as opiniões da sociedade.

No que respeita à melhoria do nível da inspecção de veículos, planeou-se o novo Centro de Inspecção de Veículos Automóveis e o seu apetrechamento com os respectivos equipamentos de inspecção, estando prevê-se a conclusão das obras de construção civil do CIVA no COTAI, em finais de 2014. Quanto aos exames de condução, a alteração da base de dados dos testes da prova teórica ficou preliminarmente concluída, estando a ser traduzidos para Português e Inglês. Além disso, continuamos a estudar os requisitos para a instalação do novo centro de aprendizagem e exame de condução e o sistema avançado de gestão de exame.

Para aprofundar a coordenação e a organização das obras nas vias, o "Grupo de Coordenação de Obras Viárias" intervirá no sentido de as entidades responsáveis executem as obras de forma ordenada, evitando a escavação repetida das vias ou atrasos no andamento das obras devidos à presença de obstáculos, com o objectivo de proporcionar um bom ambiente rodoviário para deslocações dos cidadãos, considerando como prioritárias as obras do metro ligeiro na Taipa, das vias junto ao aeroporto, do assentamento de conduta de gás natural e da rede de esgotos dos grandes complexos residenciais privados.

Além disso, com vista à optimização da divulgação das informações sobre o tráfego, já exigimos que as entidades intervenientes nas obras divulguem junto da população as razões da execução das mesmas, através dos órgãos de comunicação social, antes da sua execução,

melhorando o seu conhecimento e entendimento da população. Em 2013 as informações do tráfego passaram a ser também publicitadas nos canais de televisão e como últimas notícias na rádio, caso estejam relacionadas com acidentes de viação, enquanto as obras nas vias públicas e informações especiais do tráfego são visualizadas directamente nas imagens do canal "TDM vida", no sentido de prestar informações do tráfego aos cidadãos sob diversas vias.

6.1.3. Criação de um mecanismo de resposta rápida multívias, aprofundando a consciência da segurança rodoviária da população

Atendendo a que o ambiente rodoviário da RAEM se torna cada vez mais complexo e versátil, a consciência de segurança rodoviária dos condutores e peões ainda têm de ser melhorada, pelo que a partir de 2013 a Campanha de Sensibilização Rodoviária passou a ser realizada durante todo o ano em vez de apenas num mês, divulgando e sensibilizando principalmente para a salvaguarda da segurança do atravessamento de peões e os seus conhecimentos. Para facilitar os canais de comunicação para expressão das opiniões da população e melhorar os mecanismos de resposta rápida, o Conselho Consultivo do Trânsito continua a desempenhar o seu papel de elo entre o Governo, operadores e cidadãos, para realizar a discussão das políticas de transportes terrestres, do estudo do planeamento do trânsito, da revisão de projectos de diplomas legais e da optimização dos serviços de transportes públicos, entre outras matérias. A par disso, para recolher, de forma abrangente, as opiniões da sociedade sobre os serviços de transportes públicos, expandimos a plataforma de intercâmbio dos "Amigos de Autocarros", fazendo com que participem na avaliação experimental do serviço de autocarros, na expectativa de apresentar estratégias para a sua optimização.

A respeito do aperfeiçoamento da legislação do trânsito rodoviário, para optimizar a actuação da Lei do Trânsito Rodoviário e acompanhar o desenvolvimento da tecnologia de veículos, introduzimos alterações ao Regulamento do Trânsito Rodoviário, assim como elaborámos o Regulamento Administrativo de aprovação de marcas e modelos de veículos a motor, reboques e semi-reboques, o qual entraram em vigor em Julho deste ano. Além disso, foi concluída a elaboração do projecto de Regulamento Administrativo da licença especial de condução, estando a ser ouvido pelos serviços competentes. Quanto ao regulamento administrativo do "regime para o modelo de capacete padrão a utilizar pelos condutores e passageiros dos ciclomotores e motociclos" e alteração do "Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis", os textos definitivos dos projectos dos mesmos regulamentos administrativos estão a ser elaborados de forma acelerada.

6.2. Sistema de Metro Ligeiro

Sendo um meio de transporte público principal dos transportes terrestres no futuro, o Sistema de Metro Ligeiro entrou num novo patamar em 2013. Os trabalhos de projecto final

dos comboios e do sistema foram concluídos e as obras de construção civil dos segmentos da Taipa / Cotai foram iniciadas integralmente. E ainda, o trabalho de construção das fundações do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro já foi concluído no essencial, tendo entrado também na fase de construção da super-estrutura. Ao mesmo tempo, encontram-se em desenvolvimento os trabalhos preparatórios de construção do viaduto dos comboios do Metro Ligeiro, marco importante no desenvolvimento de tráfego de Macau.

Em relação ao traçado da Península de Macau, tendo em consideração que alguns residentes ao longo do mesmo têm opiniões diferentes quanto ao traçado do Metro Ligeiro que passa pelo NAPE, e após avaliação preliminar deste segmento, verificou-se a necessidade de superar os constrangimentos do local resultantes da largura insuficiente da Avenida do Dr. Sun Yat-Sen. Para o efeito, após a apresentação do pedido ao Governo Central, foi autorizado um pequeno ajuste de parte da área dos aterros sob a premissa de não alterar a área total dos novos aterros urbanos, de modo a satisfazer as necessidades das infra-estruturas de transportes terrestres no NAPE.

O traçado do segmento de Macau do Metro Ligeiro encontra-se em fase de avaliação, de forma abrangente, integral e complexa. Assim sendo, será afectado o calendário geral da entrada em circulação dos comboios no segmento de Macau e no segmento da Taipa da 1.ª fase do Metro Ligeiro. O segmento da Taipa é considerado prioritário, tendo em consideração a inauguração progressiva de infra-estruturas e instalações turísticas da Taipa e do Cotai, as habitações públicas, bem como o desenvolvimento da Ilha de Montanha (Hengqin); Com a expansão mais avançada da obra do Metro Ligeiro, que se estende à zona da Barra, em conjugação com a implementação mais avançada do traçado da Península de Macau da 1.ª fase do metro Ligeiro, a construção do traçado do Metro Ligeiro na Península de Macau será desenvolvida activamente, no sentido de procurar mais rapidamente a sua entrada em circulação. Sob a premissa de que a análise preliminar demonstra ser tecnicamente viável, irá proceder-se a uma análise e avaliação mais aprofundada.

A concepção das carruagens é uma parte importante do Sistema de Metro Ligeiro. Para que as carruagens e sistema sejam "seguros, eficientes e fiáveis", é necessária uma rigorosa fiscalização no processo de concepção. Tendo concluído, em 2013, o projecto final das carruagens e do sistema, e o trabalho de montagem da primeira carruagem na oficina de fabrico, no sentido de iniciar ensaios aos comboios e aos respectivos equipamentos, tais como o desempenho, a operacionalidade e as condições de funcionamento, entre outros; Em conformidade com o contrato e os padrões internacionais, foram elaborados os critérios de vistoria e recepção, independentes e integrados, a fim de se preparar o fabrico das carruagens, a monitorização de qualidade e os futuros trabalhos de recepção. Além disso, após a análise do estudo feito pela experiente empresa de consultoria, foi decidida a aquisição de 24 comboios adicionais (isto é, 48 carruagens) e os respectivos serviços de manutenção e instalações, de forma a alinhar com a necessidade da capacidade de transporte de passageiros e do desenvolvimento da nova linha do Sistema de Metro Ligeiro no futuro.

As obras da estrutura dos três segmentos do Metro Ligeiro na Taipa, em 2013 entrou-se na fase da execução em grande escala do Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira e o Centro Modal de Transportes da Barra. Os trabalhos preparatórios da fase preliminar, tais como, a colocação de vedação dos locais de obra da primeira fase, a transplantação de árvores, a transferência de canalizações subterrâneas e a alteração provisória de trânsito, entre outros, foram já concluídos no primeiro semestre, de acordo com as necessidades das obras, e em cada segmento está em execução o trabalho de construção das fundações em estaca, os maciços de fundação e os pilares, sendo que a construção física, nomeadamente os maciços de fundação do viaduto, os pilares, o Parque de Materiais e Oficina, e as estações, são feitos com um tipo de betão com maior durabilidade, até 100 anos de vida prevista, para que a implementação do Metro Ligeiro de Macau se articule a nível internacional, em termos técnicos e de qualidade. Exigimos aos empreiteiros para que, com todos os esforços, e sob o princípio de garantir a qualidade das obras e a segurança de execução, recuperem os trabalhos atrasados segundo o calendário previsto.

À medida que se deu arranque oficial das obras de construção, a equipa do projecto intensificou o contacto com a comunidade. Em 2013 foi redimensionado o mecanismo de contacto comunitário do Metro Ligeiro, tendo sido introduzida, pela primeira vez, uma entidade de contacto com a comunidade, através do contacto com as associações locais e os residentes, trocar de opinião em reuniões periódicas mensais, para manter a comunicação e a troca de opiniões da comunidade sobre o projecto, e aprofundar os conhecimentos da comunidade em relação às obras do Metro Ligeiro, mediante actividades direccionadas a visita *"in loco"*. A partir da criação do mecanismo de contacto até ao presente, não só foi estabelecido um modelo de comunicação estável, mas também foi desempenhado um papel de diálogo interactivo em situações de emergência, o que permitiu conhecer com maior clareza as informações do projecto do Metro Ligeiro, divulgando até à comunidade.

Por outro lado, com vista à execução, com sucesso, dos trabalhos referentes à operação do Sistema de Metro Ligeiro para os próximos anos, em 2013, será dada continuidade à promoção dos actos preparatórios relativos ao concurso público para os serviços de operação e manutenção do Metro Ligeiro, bem como os respectivos documentos de concurso, por forma a garantir que o seu conteúdo será coordenado com o progresso de construção, responderá às preocupações da sociedade relativas aos serviços públicos e satisfará as necessidades dos serviços de operação e manutenção. Ao mesmo tempo, a preparação dos trabalhos de elaboração e consulta da Lei do Transporte de Metro Ligeiro encontra-se em pleno andamento, por forma a conhecer mais aprofundadamente as opiniões da sociedade no que toca à gestão da operação do transporte de Metro Ligeiro, estabelecendo um regime de gestão padronizado destinado à operação do Sistema de Metro Ligeiro e elevando a eficácia da sua execução no futuro.

Relativamente ao plano da rede de traçado do Metro Ligeiro a longo prazo, o estudo do Eixo de Ligação Este de Macau-Taipa e do Segmento de Extensão ao Novo Acesso vão ser realizados consecutivamente no sentido de se harmonizarem com o planeamento de grandes emprendimentos que serão implementados em Macau, tais como a Ponte Hong

Kong-Zhuhai-Macau, o novo acesso Guangdong-Macau e os novos aterros urbanos, bem como a gradual concretização da rede de traçado de "duplo círculo, duplo eixo". Por outro lado, foi iniciado o estudo de viabilidade da Linha Seac Pai Van, do Sistema de Metro Ligeiro, e está prevista a realização da recolha de opiniões sobre o projecto do traçado entre o final do corrente ano e o início de 2014, com o objectivo de propor uma solução adequada sobre o percurso em concreto e à localização das respectivas estações, através de uma análise científica e recolha de opiniões.

6.3. Aviação

Com o objectivo de transformar o Aeroporto Internacional de Macau num aeroporto multifuncional de pequena e média dimensão, estamos empenhados em desenvolver dois aspectos, que são a estratégia de desenvolvimento e o projecto de expansão, por forma a desenvolver as suas infra-estruturas de *hardware* e *software*.

Em articulação com o desenvolvimento do mercado do transporte aéreo comercial do aeroporto, a CAM-Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, iniciou no 4.º trimestre do corrente ano as obras de construção do novo hangar da aviação executiva, por forma a melhorar os equipamentos complementares.

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e o Chile negociaram e rubricaram um Acordo Bilateral de Transporte Aéreo que criou condições para que o mercado de transporte aéreo entre as duas partes se possa desenvolver num contexto liberal e sem restrições. Por outro lado, o Memorando de Entendimento de Transporte Aéreo assinado com as autoridades aeronáuticas das Filipinas foi revisto no sentido de ser aumentada a capacidade de ambas as partes. Adicionalmente, o Acordo Bilateral de Transporte Aéreo que havia sido rubricado pela RAEM e pelo Laos em 2010, foi oficialmente assinado em Macau, em Junho deste ano.

Relativamente à expansão da rede de rotas aéreas, as empresas de transporte aéreo de Macau criaram rotas para as seguintes quatro cidades: Shenyang, Wenzhou, Quanzhou e Danang, alargando assim a cobertura asiática. Devido à popularidade dos voos *charter* regulares para Taichung (que se iniciaram no ano passado), com bons resultados por parte dos turistas de ambas as partes, este ano a rota foi operada por mais dois operadores permitindo assim uma maior oferta aos turistas.

Uma vez que o Governo da RAEM está empenhado em promover um modelo que conjugue os transportes marítimos, terrestres e aéreos para uma maior integração de Macau no desenvolvimento do Delta do Rio das Pérolas, temos participado activamente. O serviço *Express Link* (*Express Link Service)* entre os postos fronteiriços e o Aeroporto Internacional de Macau foi estabelecido e aperfeiçoado. O serviço de transporte terrestre e aéreo entre o Aeroporto Internacional de Macau e o posto transfronteiriço das Portas do Cerco, e a ligação do tranporte marítimo-aéreo do terminal Porto Interior entraram oficialmente em funcionamento em Junho e em Agosto. Por outro lado, em Abril começou a ser

implementado o novo regime das taxas devidas pela utilização do Aeroporto Internacional de Macau. Ao abrigo do novo regime, os passageiros em trânsito estão isentos do pagamento da taxa de serviço, o que funciona como um incentivo aos turistas que utilizam o Serviço *Express Link* entre o Interior da China e os postos transfronteiriços de Macau e viajam posteriormente para o exterior através do Aeroporto Internacional de Macau.

Relativamente à segurança operacional da aviação, a Lei da Investigação de Acidentes e Incidentes da Aviação Civil e da Protecção da Informação de Segurança Aérea, que entrou em vigor em Maio deste ano, visa assegurar a abertura legal e eficiente de processos de investigação de acidentes e incidentes de aviação civil em Macau no intuito de serem encontradas as respectivas causas e de se assegurar uma maior protecção aos passageiros. Simultaneamente, e com base no mesmo diploma, foi criado o Sistema de Comunicação Confidencial da Aviação de Macau (MACCARES), que também já entrou em funcionamento. Através deste sistema de comunicação voluntária de informação de segurança operacional, são recolhidas, analisadas e descodificadas informações de segurança operacional e produzidos relatórios estatísticos que são depois publicados e partilhados com o sector, para que todas as entidades envolvidas possam aprender com a experiência e proceder a aperfeiçoamentos. Ainda no decurso deste ano, entrou-se na terceira fase do Programa de Segurança Operacional da Região Administrativa Especial de Macau (PSO). Nesta fase de planeamento e implementação foi dado início à cooperação com o sector no âmbito da comunicação de informações de segurança operacional.

Face ao desenvolvimento contínuo do *Cotai Strip*, o Governo e os operadores chegaram a um consenso relativamente à deslocação do hangar de manutenção de helicópteros para a Zona E2 na Taipa. No ano corrente, a AACM desenvolveu os trabalhos de concepção do novo hangar de manutenção de helicópteros. Perspectiva-se que o processo para abertura de concurso público para execução das respectivas obras tenha lugar no próximo ano.

6.4. Assuntos portuários

Com o desenvolvimento da urbanização de Macau nos últimos anos, a linha da costa, os canais de navegação, as balizas e a profundidade da água estão a mudar constantemente e, em conjugação com a execução de obras de grande envergadura no mar, o tráfego marítimo está a tornar-se cada vez mais complexo.

Para garantir a segurança no tráfego marítimo nas águas confinantes com Macau, bem como aplicar eficazmente as medidas de prevenção, distribuímos continuamente às unidades que realizam obras no mar, às embarcações e ao sector de navegação a "Planta Orientadora para a Segurança da Navegação de Embarcações nas Águas Confinantes com Macau", realizámos acções diferentes de formação de segurança, explicámos aos pescadores e aos trabalhadores das dragagens, as condições de navegação nas áreas confinantes com Macau e os aspectos a levar em conta na realização da faina com segurança. Entretanto, com a entrada em funcionamento da nova embarcação de sondagem, foi feita uma monitorização eficaz das alterações dos dados hidrográficos nas águas costeiras de Macau; para actualizar

as informações sobre as condições de navegação, publicámos a nova edição dos Portos de Macau, no sentido de fornecer às embarcações que demandam as águas adjacentes a Macau informações mais actualizadas sobre a navegabilidade, visando contribuir para a segurança do tráfego marítimo.

De forma a fortalecer o controlo de segurança no transporte marítimo de passageiros de Macau, temos realizado regularmente reuniões com as operadoras de transporte marítimo de passageiros, com vista a discutir medidas para garantir a segurança no transporte marítimo, trocar opiniões sobre matérias relativas ao controlo de segurança; explicamos às operadoras os aspectos relevantes relacionados com a segurança na navegação das embarcações rápidas.

Por outro lado, a fim de melhorar a capacidade conjunta de resposta a sinistros relativos à segurança marítima nas águas confinantes com Macau, com a participação dos serviços marítimos do Interior da China e de Hong Kong, realizámos um simulacro no mar; através de uma série de operações realizadas no mar, foi reforçada a capacidade de cooperação e coordenação nas operações conjuntas no âmbito de busca e salvamento no mar, das três partes, Guangdong-Hong Kong-Macau.

Nos últimos anos, o número de passageiros que saíram/entraram em Macau por via marítima tem aumentado. Foram registados, no primeiro semestre de 2013, cerca de 12 milhões passageiros que entraram em Macau através das fronteiras marítimas, sendo a média diária cerca de 65.000 entradas. Continuamos a melhorar o *software* e *hardware* de todos os terminais marítimos de passageiros, incluindo a "Empreitada de Optimização dos Espaços" do Terminal Marítimo do Porto Exterior, que teve início no 3º trimestre de 2013 de forma faseada, a fim de proporcionar aos visitantes um ambiente confortável e conveniente.

Entretanto, acompanhámos com zelo os trabalhos preparatórios do funcionamento a título experimental do novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, para garantir um bom funcionamento do terminal em causa, após a sua conclusão. Tendo por objectivo articular-se com o funcionamento em plenitude do referido terminal, serão realizadas dragagens de abertura de bacia e canal destinado a embarcações rápidas e outras embarcações especiais que demandarão o novo terminal marítimo. As dragagens terão início no 4º trimestre deste ano.

Por sua vez, no 2º trimestre foi lançada uma aplicação para smartphones designado "Viagens marítimas em Macau", de forma a proporcionar informações sobre as viagens marítimas em tempo real e sobre os terminais marítimos de passageiros. Além disso, temos funcionários destacados para os terminais marítimos de passageiros, no sentido de prestar aos residentes e visitantes um serviço mais personalizado nas fronteiras marítimas.

De forma a articular-se com o desenvolvimento sustentável do Museu Marítimo, a realização do estudo sobre o Planeamento do Desenvolvimento do Jardim-Museu Marítimo teve em conta o Planeamento do Desenvolvimento do Bairro Antigo Lai Chi Vun em Coloane, para que, aquando da divulgação da cultura marítima de Macau, seja divulgada simultaneamente a cultura de pesca tradicional do bairro antigo de Coloane. Além disso,

para conservar e dar comunidade à cultura tradicional da crença "Chu Tai Sin" (está em via de extinção) da comunidade dos pescadores de Macau, estamos a recolher informações relevantes e preparar a sua compilação, para que sejam melhorados os trabalhos necessários à candidatura à lista do património cultural intangível de Macau.

Durante o período de defeso de pesca, além de continuar a apoiar o sector de pesca na realização de "passeios marítimos no período de defeso de pesca", foi realizado um "Inquérito sobre o sector de pesca de Macau", com vista a saber a situação mais recente do sector de pesca e da comunidade dos pescadores. A investigação e estudos realizados com objectividade e critérios científicos ajuda a traçar políticas e medidas conducentes à promoção do desenvolvimento do sector da pesca de Macau.

7. Protecção do Ambiente e Energia

7.1. Protecção ambiental

No ano de 2013, as duas actividades de destaque no âmbito das Linhas de Acção Governativa do Governo da RAEM foram o fortalecimento do controlo da poluição do ar e a melhoria do nível de tratamento de resíduos sólidos, dando, ainda, continuidade à optimização das instalações de infra-estruturas ambientais, ao aperfeiçoamento das redes de monitorização do ambiente e à elevação do nível de consciência ambiental da população, mediante a realização de actividades de divulgação e educação, de forma a coordenar com os planos de acção, definidos pelo "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", impulsionando, de modo ordenado, o desenvolvimento dos trabalhos ambientais, em diversas áreas, por ordem de prioridade, proporcionando um ambiente mais habitável à população.

Relativamente ao controlo da poluição originada pela emissão dos gases poluentes de escape de veículos, concluiu-se, no primeiro trimestre de 2013, a recolha de opiniões sobre a proposta da "Elaboração de Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e o Aperfeiçoamento do Regime de Inspecções de Macau", estando prevista a conclusão da elaboração da respectiva proposta de lei em 2014. Com base nos estudos levados a cabo na 1.ª e 2.ª fases sobre a política e as medidas de introdução de eco-veículos, desenvolveu-se, na 3.ª fase de 2013, o "Estudo e demonstração sobre política de implementação de eco-veículos e experiências em Macau", para elaborar as políticas de introdução e implementação de eco-veículos a curto, médio e longo prazo para o futuro de Macau.

Para acelerar a eliminação de veículos altamente poluidores em Macau e melhorar efectivamente a qualidade do ar, o Governo da RAEM deu início, em 2013, à elaboração do plano de apoio financeiro para a eliminação de veículos altamente poluidores e encarregou uma empresa de consultadoria profissional de efectuar estudos, no sentido de possibilitar a recepção de candidaturas ao apoio financeiro a partir do ano de 2014.

Perante o facto de que a legislação existente sobre a gasolina sem chumbo e gasóleo leve para veículos estar em vigor há vários anos, o Governo da RAEM elaborou o projecto do Regulamento Administrativo das "Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e Gasóleo Leve para Veículos", no sentido de reforçar o controlo da qualidade da gasolina sem chumbo e gasóleo leve para veículos em circulação em Macau e ir ao encontro da política de controlo da poluição de emissão de gases de escape de veículos motorizados. Para além disso, em relação às normas de emissão de poluentes dos principais estabelecimentos industriais de Macau, a elaboração do respectivo documento de consulta será concluída no corrente ano, onde serão fixados os critérios e iniciar-se-á produção legislativa logo após a compilação das opiniões e sugestões.

A abertura do concurso público para o novo Contrato de "Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Remoção e Transporte de Resíduos de Macau" e respectiva avaliação de propostas foram concluídas. O novo contrato de prestação de serviços vai ao encontro do posicionamento de desenvolvimento geral de Macau e da tendência de evolução da população, destacando-se os elementos ambientais, a expansão das redes e tipos de reciclagem de resíduos recuperáveis, por forma a promover a concretização do objectivo ambiental de "Redução de resíduos a partir da fonte e reciclagem de resíduos recuperáveis" em toda a sociedade de Macau.

Quanto à optimização das instalações à protecção do ambiente, iniciamos os trabalhos de modernização da estação de tratamento de águas residuais de Península de Macau, o concurso público da construção da primeira Estação e Água Reciclada de Macau. Visando mitigar a pressão originada pelas instalações sobre o meio ambiente adjacente, aperfeiçoou-se, de modo ordenado e contínuo, o sistema de tratamento de odores, quer na Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau, quer no Posto de Recolha Automática de Resíduos Sólidos, para além de acrescentar muitos mais espaços arborizados e de visão paisagística.

Paralelamente, melhoraram-se e optimizaram-se, os diversos sistemas e redes de monitorização ambiental, incluindo a actualização dos postos de monitorização da qualidade de água existentes, tendo fortificado, ainda, as suas funções de previsão.

Simultâneamente, para preparar os futuros trabalhos de análise contínua na radiação nuclear, o laboratório da radiação nuclear que está a ser planeada, agora está na fase do projecto do interior, prevê a sua inauguração e entrada em funcionamento no primeiro semestre do próximo ano.

Uma vez que a sociedade está atenta na avaliação de impacto ambiental, para reforçar a aplicabilidade dos trabalhos de avaliação de impacto ambiental, publicaram-se prioritariamente, em 2013, a lista classificativa de empreendimentos sujeitos à avaliação de impacto ambiental, fortificando nas camadas sociais, o conceito correcto de avaliação de impacto ambiental. Por outro lado, considerando que a nova lei relativa à "Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental" tem por objectivo regular e controlar o ruído provocado pelas obras de cravação de estacas, para que os sectores profissionais relacionados se adaptem

à nova legislação, seja elevada a eficiência de execução da lei, prevê acrescentar ao actual mecanismo ou procedimento de apreciação e aprovação de licenças de obras, requisitos ambientais, a fim de coordenar com a posterior publicação do diploma legal.

O Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE) tem vindo a funcionar há mais de dois anos, cujos resultados são considerados ideais. Por isso, o âmbito de cobertura do FPACE alargou-se, em 2013, às escolas, correspondendo ao requerido pela comunidade na promoção da protecção ambiental em várias vertentes.

7.2. Recursos hídricos

A fim de coordenar melhor a estabilidade e segurança dos serviços públicos de abastecimento de água e transformar Macau numa cidade economizadora de água, em meados de 2013, a Capitania dos Portos foi reestruturada, passando a ser denominada por Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, na sua dependência foi criado o Departamento de Gestão de Recursos Hídricos, a quem compete acompanhar os assuntos relativos ao abastecimento de água em Macau, elaborar o planeamento, políticas e medidas dos recursos hídricos, promover a conservação de água junto dos sectores da sociedade e zelar pelo aproveitamentos eficiente dos recursos hídricos.

Em princípios do ano 2013, foram elaborados "Orientações e Coordenação das Operações Conjuntas em Acidentes Relativos ao Abastecimento de Água" em anexo ao "Plano Geral de Protecção Civil" do Governo da RAEM, no sentido de reforçar a capacidade de contingência nos casos de incidentes de segurança de abastecimento de água. No segundo semestre deste ano, foi realizado um simulacro sobre a segurança no abastecimento de água, no sentido de testar a capacidade de resposta a acidentes de emergência dos serviços e unidades competentes de Macau, de forma a melhorar a gestão de emergências ocorridas na área de abastecimento de água em Macau, assegurando a segurança do abastecimento de água.

Em conformidade com as linhas gerais de exploração de origens de água, de conservação de água, definidas no Programa de Poupança de Água de Macau, o Grupo de Trabalho para a Construção de uma Sociedade Economizadora de Água do Governo da RAEM promove continuamente a conservação de água junto de todos os sectores da sociedade, para transformar Macau numa cidade economizadora de água. O "Plano de Bonificação da Tarifa de Água" e o "Plano de Poupança de Águas nos Hotéis" que lançámos obtiveram apoio e participação de todos os sectores da sociedade. Com vista a estimular a participação de mais sectores na conservação de água, este ano foi também implementado o "Plano de Poupança de Água nos Edifícios Comerciais", para promover o uso de dispositivos economizadores de água e aplicar outras medidas de conservação de água nos mesmos. Foi publicado o "Relatório sobre a Água em Macau 2012/2013" onde consta a situação mais recente da água em Macau, reforçando o conhecimento da população sobre a situação do abastecimento de água.

O governo da RAEM implementou as medidas que visavam explorar origens de água e conservar água, bem como realizar acções promocionais. Graças ao apoio e participação de todos os sectores da sociedade, o consumo doméstico de água per capita dos residentes de Macau e o consumo de água por 10 mil patacas do PIB reduziu em três anos consecutivos, isto demonstra o êxito das acções de conservação de água em Macau.

Além disso, para melhorar o mecanismo de tarifas de água canalizada, o Governo da RAEM incumbiu uma instituição académica de realizar um inquérito sobre a eficácia do mecanismo de tarifas de água canalizada, com vista a saber o seu grau de conhecimento por parte dos residentes e das empresas de Macau, bem como a sua consciência na conservação da água. O relatório do respectivo inquérito serve de referência importante para proceder, no futuro, a ajustes adequados das actuais tarifas, de forma a motivar mais a conservação de água.

Quanto à construção de instalações para captação de água em Macau, a elaboração do projecto de ampliação da barragem Ká Hó será concluído no 4º trimestre deste ano. Iremos acompanhar e coordenar de forma sustentável os serviços competentes, com vista a oficializar o início da execução deste projecto em 2014. Em relação ao assentamento de condutas da água reciclada, foram construídos os sistemas de dupla-conduta de abastecimento de água e de água reciclada nos blocos de habitação pública em Seac Pai Van e no novo *Campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, criando condições fundamentais para o abastecimento de água reciclada.

Por sua vez, vamos continuar a acompanhar aos trabalhos para a abertura do concurso público sobre a construção da primeira estação de tratamento de água reciclada, e realizamos, em Janeiro de 2013, uma consulta pública sobre o texto do "Plano Director de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau 2013-2022", que foi formalmente lançada a versão no 4.º trimestre, delineando o rumo a ser seguido no desenvolvimento da água reciclada de Macau, na próxima década.

7.3. Políticas energéticas

Para garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de energia de Macau, desde 2005, Macau tem vindo, gradualmente, a aumentar o volume de importação de energia eléctrica do Interior da China, de modo a satisfazer a procura de electricidade. Em conformidade com esta política do Governo da RAEM, encontra-se neste momento concluído o projecto do "Regulamento de Segurança Técnica das Interligações da Rede Pública de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão", cujo processo legislativo irá ser iniciado. O projecto regulamenta, entre outros aspectos, a segurança técnica e a fronteira de responsabilidades no que concerne as interligações da rede de transporte de energia eléctrica de alta tensão.

Com o intuito de alterar e aperfeiçoar o sistema tarifário de electricidade, que vem sendo usado há mais de 25 anos, e de introduzir os conceitos de eficiência e de conservação

energética, no início do ano, concluiu-se a consulta profissional sobre o "Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade". Com suporte nos resultados da consulta, demos início ao processo de alteração da legislação, de modo a articular com o novo sistema tarifário progressivo e a aperfeiçoar o regulamento existente.

Por outro lado, devido ao aumento do consumo de electricidade dos moradores dos bairros antigos e dos utentes comerciais, foi já decidido escolher locais adequados nas zonas antigas, para a instalação, no exterior, de equipamentos destinados à distribuição de electricidade, a fim de garantir que a procura de electricidade é satisfeita.

Além disso, atendendo ao recente desenvolvimento socio-económico de Macau, iniciámos, com o Instituto Nacional de Investigação de Energia, a discussão dos trabalhos de revisão e de estudo de "Procura de Energia em Macau e Plano Energético, 2010-2020", e, ao mesmo tempo, lançámos estudos para o desenvolvimento, em Macau, de novas energias e de técnicas de conservação energética.

Após assinatura do "Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Natural", foi concluída, em 2013, a primeira fase das obras de construção da rede de gasodutos de distribuição de gás de cidade. A capacidade projectada de abastecimento de gás natural, para a rede de gasodutos de distribuição de gás de cidade, prevê que consegue satisfazer as necessidades dos próximos 25 anos. A estação de recepção da rede de distribuição, situada na Avenida Marginal Flor de Lótus, em Coloane, começou este ano a funcionar, sendo responsável pela medição, odorização e regulação da pressão do gás natural recebido do segmento a montante, fornecendo-o depois aos utentes através dos gasodutos de média e baixa pressão. De momento, a construção da rede de gasodutos de gás de cidade continua a avançar dentro da calendarização. De acordo com o planeado, serão necessários cinco anos para concluir a construção da rede principal de gás natural de toda a região de Macau, prevendo-se que 50% das obras de colocação da rede de gasodutos principal, na zona do Cotai, estejam concluídos no final do ano.

Desde Abril do corrente ano, os residentes dos edifícios de habitação pública de Seac Pai Van podem usar gás natural, significando que o gás natural entrou, oficialmente, nas residências. Ao mesmo tempo, 20 autocarros movidos a gás natural entraram, oficialmente, em serviço, abrindo-se um novo capítulo nos transportes verdes.

Relativamente ao melhoramento dos regulamentos técnicos no âmbito dos gases combustíveis, está a ser feita a revisão final dos textos de alteração do "Regulamento Técnico das Redes de Distribuição de Gases Combustíveis" e do "Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis", regulando a segurança de utilização de gases de combustíveis, prevendo-se que o respectivo processo legislativo possa ser iniciado no fim do ano corrente.

No âmbito do "Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos", foi sucessiva e integralmente implementado o "Mecanismo de Gestão Energética" em 56 serviços. Em dois anos, foi dada formação a 774 membros de Grupos de Gestão Energética, pertencentes a diferentes serviços. Os Grupos de Gestão Energética já

possuem aptidão bastante para fazerem a sua auto monitorização e gestão do consumo de energia interno.

A fim de encorajar a aplicação das energias renováveis, concluiu-se e e seguiu o respectivo processo legislativo, o projecto de "Regulamento de Segurança das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica", o qual visa regular as instalações e a técnica de produção de electricidade através de sistemas de energia solar fotovoltaica; ainda este ano, concluir-se-á o estudo sobre os preços da electricidade fotovoltaica. Além disso, com o fim de promover e expandir a aplicação da energia solar, continuámos a desenvolver estudos no âmbito de projectos de teste de sistemas de energia solar fotovoltaica.

Sobre a iluminação pública, com base nos resultados do estudo das "Directrizes para os Projectos de Iluminação Pública de Macau", foram já definidas as normas relativas às luzes de rua LED, tendo, primeiramente, sido instaladas e colocadas em uso lâmpadas LED nos edifícios de habitação pública de Seac Pai Van, continuando-se a lançar, progressiva e gradualmente, os trabalhos de substituição das luzes de rua LED e dos postos de iluminação, zona por zona.

8. Telecomunicações, Correios, Ciência e Tecnologia

8.1. Gestão de telecomunicações

Com o objectivo de cumprir rigorosamente a decisão constante do acórdão do Tribunal de Segunda Instância referente ao problema das antenas comuns, respeitar o Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição e, sem prejuízo do direito e interesse do público a receber os canais televisivos abertos, em Agosto do corrente ano, a TV Cabo Macau, S.A. e os 14 fornecedores do serviço de antena comum assinaram um acordo de cooperação de curto prazo. Segundo o acordo, a prestação da fonte dos sinais televisivos é da responsabilidade da TV Cabo sendo estes retransmitidos através das redes existentes dos referidos fornecedores, iniciando-se, gradualmente, os trabalhos de resolução do problema do serviço de televisão. Por outro lado, com o objectivo de melhor regular o futuro desenvolvimento do mercado do serviço de televisão, delegámos numa entidade terceira e independente a elaboração de estudos relativos à divisão do futuro mercado do serviço de televisão, à localização e mudança do âmbito de operação das partes interessadas num mercado liberalizado, ao rumo de desenvolvimento do serviço de convergência, bem como à legislação e sua necessária adaptação, fazendo um esforço para recolher, durante este ano, opiniões da sociedade. Por outro lado, o tratamento da renovação do contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição já está calendarizado.

No sentido de acompanhar as novas necessidades de desenvolvimento do mercado das telecomunicações de Macau após a sua plena liberalização, iniciou-se o procedimento do concurso público para o licenciamento de instalação e operação de redes públicas de

telecomunicações fixas em 2012, tendo o mesmo sido concluído no primeiro semestre de 2013, e emitidas duas "licenças de instalação e operação de rede pública de telecomunicações fixa". No que diz respeito aos diplomas legais, deu-se início à recolha preliminar das opiniões do sector, dos serviços do Governo e de associações relativamente a revisão da "Lei de Bases das Telecomunicações", tendo-se melhorado o texto, fazendo-se um esforço por concretizar o texto final da revisão, assim que possível. Além disso, atento o resultado dos estudos efectuados, e de acordo com a situação concreta do mercado, iniciámos a revisão da lei e dos diplomas legais no âmbito das telecomunicações de Macau, incluindo a concepção dos diplomas legais aplicáveis a um ambiente de convergência.

Sob o impulso do Governo, os operadores de telecomunicações de Macau e do Interior da China procederam continuamente a negociações relativas à redução das tarifas do serviço itinerante. Em Fevereiro e Agosto de 2013, alguns operadores de telecomunicações móveis de Macau reduziram, junto de todos os subscritores através de planos de promoção, a tarifa do serviço itinerante de voz no Interior da China e a tarifa de mensagens curtas enviadas no Interior da China, sendo que esta revisão contempla uma redução total dos preços de 13% a 57%. A redução das tarifas acima referidas, efectuada através de planos de promoção, não só pode aliviar as despesas dos utilizadores no âmbito do serviço itinerante, como também satisfazer melhor as necessidades dos cidadãos relativamente à comunicação no Interior da China.

Além disso, incentivámos, de forma activa, os operadores de telecomunicações a reduzirem as tarifas do serviço móvel de dados e do serviço de aluguer de circuitos. Em Maio e Junho de 2013, alguns operadores de telecomunicações móveis de Macau reduziram o preço extraordinário do serviço móvel de dados incluído no plano mensal, sendo o preço de cada kB reduzido de 0.02 patacas para 0.01 patacas, enquanto que o operador de telecomunicações da rede fixa reduziu, em Julho e Outubro, respectivamente, a tarifa do serviço de aluguer de circuitos internacionais e do serviço de aluguer de circuitos locais, sendo que, no que concerne ao aluguer de circuitos internacionais, de acordo com os diferentes locais e velocidades e em coadunação com os descontos decorrente dos anos de contrato, o preço do serviço em questão alcançou uma redução de 15% a 42%, e no que concerne ao aluguer de circuitos locais, de acordo com as diferentes velocidades e em coadunação com os descontos decorrente dos anos de contrato, o preço do serviço em questão alcançou uma redução de valor não inferior a 6 % até cerca de 21 %.

Quanto ao estudo de introdução da tecnologia de comunicação móvel da nova geração, demos início aos trabalhos relevantes, de acordo com o calendário estabelecido, tendo procedido a um levantamento da evolução nas regiões vizinhas, prevendo-se a elaboração do planeamento do espectro radioeléctrico e da forma de introdução da tecnologia antes do fim do corrente ano.

Por outro lado, uma vez que o número de pessoas que utilizam o serviço "WiFi GO" é maior do que o esperado, causando a saturação do sistema na sua concepção original, demos início ao plano de melhoria do sistema no início de 2013, procedendo-se à actualização dos componentes do sistema que ficará saturado no segundo semestre.

Ao mesmo tempo, procedeu-se à revisão e à análise relativa aos actuais pontos de acesso ao serviço, ampliando o âmbito de cobertura de alguns pontos de acesso conforme as necessidades concretas, sendo que serão instalados um número não inferior a 145 pontos de acesso, de forma a fornecer aos cidadãos e turistas um serviço de banda larga sem fios de qualidade e conveniente.

O Laboratório de Pesquisa Científica da Rede IPv6 estabelecido pela DSRT e pelo Instituto Politécnico de Macau entrou em funcionamento em Abril do corrente ano, estando aberto para os institutos de educação de Macau, bem como para as associações e sectores de Macau relacionados com o domínio das tecnologias da informação e comunicação, a fim de aumentar os conhecimentos e as técnicas pertinentes do pessoal técnico relativamente ao IPv6.

No intuito de promover os nomes de domínio de Macau e impulsionar o desenvolvimento regular do serviço dos nomes de domínio de Macau, estamos a preparar o lançamento do serviço dos nomes de domínio em chinês e português sob a extensão ".mo", melhorando o procedimento e as condições para o pedido de registo dos nomes de domínio de Macau. A acrescer a isso, estamos a proceder à revisão do "Regulamento do Registo de Nomes de Domínio da Internet na Região Administrativa Especial de Macau", por forma a fornecer um serviço de nomes de domínio diversificado e de qualidade.

Quanto à melhoria da fiscalização das radiocomunicações, foram implementados um novo sistema de localização dos sinais radioeléctricos de direcção e um novo sistema de recepção em sítio escolhido e localizado na zona de Seac Pai Van, procedendo rapidamente à análise de sinais e à busca da origem das interferências, assegurando o funcionamento normal e a segurança das actividades de radiocomunicações. Ao mesmo tempo, foi adquirido um sistema de informação de estações de radiocomunicações, com a finalidade de proceder a uma avaliação completa no que diz respeito à localização de estações de radiocomunicações e a respectiva situação de cobertura de sinais, melhorando a gestão do espectro radioeléctrico e o respectivo trabalho de regulação.

Além disso, com o objectivo de reduzir o risco de ocorrência de incidentes na rede de telecomunicações, contratámos uma companhia de consultoria para rever completamente as redes de telecomunicações e o seu funcionamento, iniciando os trabalhos em vários aspectos, tais como a instalação de redes, o processo de operação diária, a organização do grupo técnico, bem como o mecanismo de comunicação de incidentes, entre outros, a fim de identificar os riscos latentes e a possibilidade de melhoria, como por exemplo, a melhoria do processo de operação e manutenção, entre outros, também apresentando sugestões específicas, com vista a elevar a estabilidade de rede dos operadores, prestando um serviço de melhor qualidade aos utilizadores. Por outro lado, para reforçar o trabalho de supervisão das redes de telecomunicações, a companhia de consultoria também procederá à revisão relativa à estrutura, ao funcionamento e aos recursos humanos da DSRT, e tendo isto em conta considerará a reorganização de estrutura, a disponibilidade dos funcionários, bem como a elevação da qualidade profissional do pessoal.

8.2. Correios, Ciência e Tecnologia

Para promover a política de Governo Electrónico e disponibilizar aos cidadãos um meio fácil de receber informações, foi criada, em 2013, pelos Serviços de Correios, a Caixa Postal Electrónica Segura (SEPBox), acessível a todos os cidadãos, mediante a devida identificação. Faseadamente, foram promovidas as suas aplicações, bem como os serviços relacionados de Correio Electrónico Registado Postal, eDirectMail (eDM) e recepção de facturas electrónicas, entre outros. O objectivo foi que a SEPBox se transformass numa plataforma de distribuição electrónica acessível a toda a população de Macau, facilitando a recepção de correio electrónico registado postal, bem como notificações e informações electrónicas do Governo e/ou de empresas, assegurando a autenticidade do remetente e do destinatário e a confidencialidade e integridade da mensagem electrónica. Este serviço também simplifica a forma de distribuição de notificações por correio electrónico, reduzindo, desta forma, custos de envio.

Por outro lado, através de um esforço continuado na informatização dos seus sistemas, têm elevado a eficiência do fluxo e dos processos operacionais e a diversificação dos seus serviços. Em 2013, foram iniciadas, faseadamente e a título experimental, as operações do sistema integrado de balcões, visando a automatização da rede de balcões, a integração do Sistema Postal Internacional (IPS) da UPU e do Sistema de Processamento de Correspondência (MPS) desenvolvido por estes serviços, aumentando o grau de informatização na gestão e na monitorização dos diversos serviços prestados e do fluxo de envio de objectos postais.

Quanto às ciências e tecnologia, para estudar mais profundamente o sentido de desenvolvimento das ciências e tecnologia de Macau, o Conselho de Ciência e Tecnologia convidou especialistas e académicos locais, do Interior da China e do exterior para realizarem, em Macau, a "Oficina de intercâmbio sobre o desenvolvimento e estratégias de ciência e tecnologia de Macau", por meios de estudos e reuniões de intercâmbio, juntando as diferentes ideias e sugestões para o sentido e estratégias do desenvolvimento de ciência e tecnologia de Macau.

Quanto aos dois laboratórios de referência do estado, nomeadamente, o Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa (na Universidade de Macau) e o Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos (na Universidade de Macau), os trabalhos relativos à sua deslocação para o novo campus na Ilha da Montanha já foram concluídos. O Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (FDCT) aprovou um financiamento para o desenvolvimento desses laboratórios entre 2014 e 2016.

Por outro lado, o Laboratório de Referência da Academia das Ciências da China para a Exploração da Lua e do Espaço Profundo obteve oficialmente a licença de inauguração, sendo estabelecido com base no Instituto da Ciência Espacial da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau. O FDCT também aprovou um patrocínio de construção desse laboratório de três anos.

Quanto à recomendação para os Prémios Nacionais das Ciências e da Tecnologia, o FDCT propôs um projecto para o "Prémio Nacional de Ciências da Natureza 2013". Quanto à recomendação para os Prémios da Fundação Ho Leung Ho Lee, o FDCT fez a proposta de dois investigadores para, respectivamente, o "Prémio para o Progresso Científico e Tecnológico" e o "Prémio para a Inovação Científica e Tecnológica".

Paralelamente continuaremos a aprofundar o conhecimento dos cidadãos sobre a vulgarização científica através das várias actividades, tal como, por exemplo, a realização contínua da "Semana de Ciência e Tecnologia 2013 e Exposição sobre a Popularização das Realizações Científicas" e das visitas de estudo e campos de Verão de generalização científica, respectivamente para professores e alunos, fazendo com que os cidadãos possam experimentar, a vários níveis, o papel essencial da inovação científica e tecnológica na promoção do desenvolvimento da sociedade, bem como aumentar a compreensão e o conhecimento sobre a importância da educação na vulgarização das ciências.

SEGUNDA PARTE

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2014

1. Cooperação regional

A promoção da cooperação regional é um elemento chave para impulsionar o desenvolvimento integral das regiões. O fomento de um intercâmbio e da confiança mútua mais aprofundos entre as regiões poderá criar importantes condições aos níveis da economia e finanças, sociedade e vida da população, cooperação turística, formação de pessoal, energia, água potável, atravessamento das fronteiras, tráfego transfronteiriço, conservação do ambiente, entre outros, despertando assim ideias mais ricas no âmbito da cooperação. No próximo ano, o Governo continuará a assumir uma atitude entusiástica e pragmática relativamente à nova estrutura da cooperação regional, no sentido duma articulação escrupulosa com o 12.º Plano Quinquenal do Estado e de materializar as diversas cooperações apresentadas no Acordo – Quadro de Cooperação Guangdong-Macau.

1.1. Desenvolvimento harmonioso do Grande Delta do Rio das Pérolas e execução de várias infra-estrutura de grandes empreendimentos do trânsito viário

1.1.1. Novo acesso entre Guangdong e Macau

A função principal no novo acesso de Guangdong-Macau servirá diminuir a pressão de fluxo entre peões e trânsito das Portas do Cerco, desempenhando uma função de centro modal de tráfego regional, paralelamente vai concretizar o reordenamento do Canal dos Patos, criando uma paisagem verde entre as duas fronteiras.

No decurso do empreendimento, Guangdong e Macau obtiveram uma estreita coordenação e comunicação. Estamos a proceder ao estudo sobre a forma de trabalhos por zonas e aos trabalhos de concepção. Para além disso, já se desencadearam os trabalhos de avaliação de impacto ambiental do novo mercado abastecedor. As respectivas obras serão realizadas de forma programada.

1.1.2. Posto fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong–Zhuhai–Macau

A fim de concretizar o objectivo de conclusão no mesmo dia das obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, ficaram concluídos o ordenamento geral da Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial e a concepção preliminar das suas vias e infra-estruturas. Actualmente estamos a proceder aos trabalhos de concepção pormenorizada das infra-estruturas da mesma zona e continuaremos em 2014 a realizar os trabalhos de concepção das outras superestruturas e iremos accionar os procedimentos dos concursos públicos das respectivas obras. Quanto à ilha artificial de Macau, tendo por objectivo assegurar as condições de transporte durante a execução das obras, será dado início à construção de um desembarcadouro. Para além disso, quanto aos assuntos referentes à jurisdição administrativa e à jurisdição judicial da Zona de Administração de Macau na Ilha Fronteiriça Artificial, continuamos a manter comunicações estreitas com o Governo do Município de Zhuhai, realizando bem as respectivas negociações.

1.1.3. Zonas A e E dos novos aterros

Em 2009, o Conselho de Estado aprovou o pedido do Governo da RAEM referente ao aterro para implantação de novas zonas urbanas, criou condições para manter o desenvolvimento contínuo de Macau. De entre estas 5 zonas, a área aterrada da zona A, situada a Leste de Macau, é a maior, tendo uma área de cerca de 1 380 mil metros quadrados. Actualmente estão a realizar-se as obras de construção de diques e será dado início, no 2º trimestre de 2014, aos trabalhos de aterro. No futuro, a Leste da zona A haverá uma ligação à ilha artificial que está a ser construída e que servirá como ponto de chegada da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Para além disso, a mesma zona será ligada ainda à 4ª travessia entre Macau e a Taipa com o novo terminal marítimo da Taipa, em construção, e também com o Aeroporto Internacional de Macau. Os respectivos aterros destinar-se-ão principalmente, e de acordo com planeamento preliminar, a habitação, comércio, infra-estruturas, jardim na zona costeira, equipamentos públicos/sociais e sectores diversificados, entre outros.

Em complemento, as obras de aterro da zona E2 da zona E estão concluídas. Os terrenos da zona E a destinar-se-ão a equipamentos públicos/sociais, instalações de trânsito, habitação, comércio e sectores diversificados, entre outros.

1.2. Estabelecer novas medidas para o trânsito terrestre transfronteiriço promovendo a aceleração da integração regional

Em articulação com a previsão da conclusão da mega ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau em finais de 2016, os três territórios estão a realizar os quatro temas definidos para

elaborarem um raciocínio, avançando, de forma ordenada, conforme a calendarização do estudo. Para além de intervir activamente nos trabalhos de coordenação e negociação, a RAEM esforçar-se-á por obter a igualdade na distribuição e equilíbrio do desenvolvimento dos diversos sectores, e poder chegar a consenso sobre a cooperação, com a maior brevidade possível, acelerando o processo da concretização do projecto de trânsito transfronteiriço entre Hong Kong e Macau.

Com o sucesso da inter-operacionalidade entre o *"Macau Pass"* e o *"Lingnan Pass"*, deu-se um garnde avanço no desenvolvimento da tecnologia da moeda electrónica. Depois da sua utilização em 17 cidades de toda a China, esta tecnologia será também aplicada em 2014 em Shenzhen, Dongguan, Meizhou e Shantou. Quanto ao *"Lingnan Pass"* procede-se ao ensaio do modelo de pagamento electrónico na rede de transportes públicos ferroviários do Delta do Rio das Pérolas e no metro através do cartão integrado, esperando-se que possa ser aplicado, a título experimental em 2014 em algumas ferrovias inter-urbanas. A par disso, irá ser desenvolvido o projecto piloto da interligação e inter-operacionalidade entre os territórios de Guangdong, Hong Kong e Macau, serão prestados, pois, serviços de passe electrónico, recarregamento através da *internet* e pagamento móvel, entre outros serviços inovadores e diversificados.

Em relação ao "estudo sobre a emissão de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente" ambas as partes chegaram a consenso sobre o avanço do processo. Espera-se que em 2014 haja resultados concretos. A par disso, para acompanhar o estudo da gestão dos veículos com autorização temporária para passagem da fronteira de Guangdong-Macau, continuar-se-á a abordagem dos resultados no programa de passagem temporária da fronteira de Guangdong-Macau em veículos particulares e a partilha das experiências, para servir de base à elaboração do plano de entrada e saída de Hengqin de veículos motorizados de Macau.

Em termos dos trabalhos relativos às instalações de logística da ilha artificial do posto fronteiriço de Zhuhai-Macau, a Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico vai dar seguimento ao relatório de estudo do "plano director das instalações de logística da ilha artificial do posto fronteiriço de Zhuhai-Macau da futura mega ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau", e continua a apresentar propostas e pareceres para o desenvolvimento sustentável aos serviços técnicos de planeamento e construção, esforçando-se para que haja uma coordenação e desenvolvimento complementa mútuo, com as vantagens para as regiões vizinhas.

Em 2014, com base no "Acordo de Cooperação Estreita para a Aceleração da Promoção da Implementação do Projecto da Expansão Transfronteiriça do Metro Ligeiro de Macau até *Hengqin* de *Zhuhai*", manter-se-á uma comunicação e cooperação mais estreita com a parte de *Hengqin* de *Zhuhai*, com vista a coordenar e resolver os problemas sobre a extensão do Metro Ligeiro de Macau até *Hengqin*, através de estudos consolidados e da concepção da extensão da linha do Metro Ligeiro de Macau a *Hengqin*, procuraremos brevemente confirmar os requisitos técnicos e o plano em concreto sobre a ligação directa do Metro Ligeiro de Macau e à extensão da ferrovia interurbana *Guangzhou-Zhuhai* ao Posto Fronteiriço

de *Hengqin*, no sentido de proporcionar, no futuro, uma deslocação fácil e ecológica entre as regiões, oferecendo aos cidadãos e visitantes melhores serviços do transporte público.

1.3. Garantir a segurança no abastecimento de água, promover a construção de empreendimentos hídricos

De forma a fazer face ao problema de marés salgadas, temos coordenado com os organismos hídricos do Interior da China, o Governo da RAEM vem, antecipadamente, elaborando planos de captação de água e estabelecendo medidas de transferência adequada de água. Os resultados dos últimos anos foram eficazes, tendo-se conseguido com sucesso garantir a segurança do abastecimento de água a Macau. Para garantir a qualidade e quantidade de água a fornecer pelo Interior da China a Macau, neste Inverno e a próxima Primavera, iremos preparar conjuntamente com os organismos hídricos competentes do Interior da China, os planos de captação de água do Reservatório de Zhuyin de Zhuhai e das barragens responsáveis pelo abastecimento de água a Macau.

Além disso, na sequência da construção da 3ª conduta de abastecimento de água bruta e do Reservatório de Zhuyin, as partes Guangdong e Macau irão promover uma cooperação no âmbito da construção dos diversos empreendimentos hídricos. Logo que seja aprovada a proposta de projecto de construção da 4ª tubulação de abastecimento de água a Macau, as partes Guangdong e Macau irão estudar a viabilidade da construção de estradas em simultâneo com a implantação da rede de tubagens. Quanto à "Obra para garantir o abastecimento de água bruta entre a Estação de Bombeamento Pingkang e a Estação de Bombeamento Guangchang", o Governo da RAEM e a parte de Guangdong irão discutir os pormenores e o modelo de cooperação, estudar a construção das tubagens de abastecimento de água bruta e o sistema de abastecimento de água que liguem a Estação de Bombeamento de Pinggang e a Estação de Bombeamento de Guangchang, por forma a reforçar a garantia na segurança do abastecimento de água a Macau. Entretanto, iremos acompanhar o andamento do empreendimento hídrico de Datengxia e os projectos financiados por parte de Macau, promover o estudo de engenharia, a implementação da concepção, executar obras de apoio e reordenar o ambiente nas proximidades do empreendimento.

Com vista a inteirar-se da qualidade de água a fornecer a Macau, será incumbida uma instituição especializada em investigação científica de instalar vários pontos de monitorização no aqueduto de Modaomen, a jusante do Rio de Oeste, no sentido de monitorizar permanentemente e com rigor a segurança e a qualidade de água no local de captação de água potável. Iremos reforçar ainda mais a monitorização de segurança e de qualidade de água, para que o Governo da RAEM possa, atempadamente, acompanhar e tomar as correspondentes acções, a fim de garantir que a qualidade da água bruta fornecida a Macau satisfaça os padrões de segurança, quando a água esteja poluída, e a qualidade de água alvo de monitorização esteja abaixo dos padrões, ou a água bruta apresente anormalidade.

1.4. Envidamento de mais esforços na conclusão do Plano Urbano de Macau-Zhuhai e criação de condições para o aprofundamento da cooperação entre ambas as regiões

Após a assinatura do Acordo – Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, resultado de esforços conjuntos entre ambas as regiões, obtiveram-se melhores resultados no âmbito da elaboração de um plano de cooperação regional, tendo-se estabelecido uma boa fundação para o desenvolvimento coordenado nas áreas da sociedade, economia, tráfego, ambiente, atravessamento das fronteiras e planeamento urbanístico, assim como uma melhor articulação com o 12º Plano Quinquenal do Estado, a promoção da diversificação adequada da economia de Macau e o estabelecimento da cidade como um centro mundial de turismo e lazer. O Governo da RAEM continuará com entusiasmo a concretização do Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas, do Plano de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau, etc.

1.5. Reforçar o controlo conjunto da qualidade do ar contribuir para zona com vida de alta qualidade

Com o desenvolvimento da economia e da indústria nas regiões do Delta do Rio das Pérolas diminui-se a qualidade do ar e a visibilidade nas regiões. A investigação revela que as partículas finas em suspensão (PM2,5) são um dos factores que provoca a referida situação. Dado que as próprias partículas PM2,5 são muito finas, podem ser inaladas directamente para o pulmão do corpo humano, causando efeitos adversos para a saúde, assim, realizar-se-á em conjunto com Hong Kong e Guangdong um estudo sobre PM2,5. É a primeira amostragem em cooperação regional de grande escala e de longo prazo para analisar a composição química de PM2,5. Os resultados da investigação darão a compreender o padrão técnico para o controlo e gestão da poluição do ar, a nível regional, o que permitirá o estabelecimento de uma estratégia de controlo da emissão dos poluentes.

O Governo da RAEM colaborou com o Governo Central na apresentação do "Terceiras Comunicações Nacionais Sobre Alterações Climática da República Popular da China", das Nações Unidas, para cumprir as obrigações da "Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas", e vai elaborar os inventários de emissões de gases com efeito de estufa dos anos de 2010 e 2012 para estabelecer um banco de dados dos gases com efeito de estufa; construir cenários de desenvolvimento socioeconómico de Macau prevendo o cenário da emissão dos gases com efeito de estufa; vai elaborar o realtório sobre as alterações climáticas da RAEM e actualizar o relatório bienal da "Convenção do Clima" da RAEM, de modo a incorporar no relatório nacional.

Actualmente, Zhuhai, Hong Kong e Macau têm instalados nos próprios territórios muitos tipos de equipamentos meteorológicos, formando uma rede da observação

meteorológica relativamente perfeita, pelo que as três regiões estão a planear optimizar a observação meteorológica marítima, estudar e seleccionar os lugares adequados para estabelecer em conjunto uma rede de observação meteorológica na foz do Rio das Pérolas, de modo a intensificar a observação de elementos meteorológicos para apoiar os serviços meteorológicos da Ponte Zhuhai-Hong Kong-Macau. Simultaneamente, as entidades meteorológicas estão a fazer o plano geral dos instrumentos de observação meteorológica que sejam instalados na Ponte para atingir os requisitos da segurança de funcionamento da ponte, com os melhores instrumentos para uma completa função de observação meteorológica.

Por outro lado, em 2014, planeamos para começar os trabalhos de investigação regular sobre a radiação nuclear no ambiente atmosférico em Macau e respectiva análise, reforçando também a divulgação da informação de radiação nuclear ao público. Além disso, no Delta do Rio das Pérolas está planeado para criar uma rede de monitorização sísmica em Guangdong, HongKong e Macau para formar uma "Rede de Alerta de sismo do Delta do Rio das Pérolas". Quando concluir a construção da rede poderia melhorar a capacidade de vigilância sísmica nas referidas regiões. À ocorrência do abalo sísmico nas regiões do Delta do Rio das Pérolas, dentro de 10 minutos possa determinar a localização e a escala de intensidade de sismo.

Tendo por objectivo tratar adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos, os Governos da RAEM e da Província de Guangdong irão cooperar na reutilização e no tratamento de resíduos sólidos inertes, resultantes da demolição e remoção de construções e do abate deveículos em Macau. Para o ano 2014, o Governo da RAEM pretende desenvolver um projecto de demonstração a levar a efeito no recinto do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, procedendo à selecção e reutilização dos resíduos de materiais de construção, para além de continuar a coordenar com as entidades do Interior da China, a implementação do projecto da remoção, tratamento e reutilização regional de veículos usados e inutilizados de Macau.

No que diz respeito ao fornecimento de energia, de acordo com os resultados das sucessivas revisões do "Estudo do Plano de Transmissão Eléctrica da China Southern Power Grid Corporation Ltd. (CSPGC) para Macau, 2010-2020", promoveremos, activamente, a construção de infra-estruturas de transmissão de electricidade entre as duas regiões e fortaleceremos a capacidade de interligação das redes. Para tal, antes de 2015, será adicionado o terceiro circuito da segunda interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, e, a meio do ano, entrará em funcionamento a subestação de Jialin da rede eléctrica de Zhuhai, de 500 kV. Além disso, com a conclusão da construção e entrada em funcionamento da rede de gasodutos de gás natural de Guangdong, ir-se-á formar, entre regiões, um fornecimento de gás natural proveniente de várias fontes, suficiente para assegurar o fornecimento regional de gás natural e satisfazer a procura a longo prazo. Iremos continuar a manter o contacto e a comunicação estreita com os respectivos sectores do Interior da China, dando a garantia de fornecimento a Macau de gás natural a partir de diversas fontes.

2. Planeamento Urbanístico

O planeamento urbanístico tem por finalidade concretizar os objectivos de longo prazo do Governo da RAEM para um desenvolvimento sustentável da cidade, sendo o mais importante a distribuição razoável do espaço urbano, a direcção e gestão do desenvolvimento urbano bem como a protecção dos interesses públicos e da segurança pública. A execução da "Lei do Planeamento Urbanístico" e a concretização gradual do planeamento de diversas pequenas zonas fornecem uma base concreta para o desenvolvimento socioeconómico e a promoção da qualidade de vida da população.

2.1. Implementação de novas medidas em articulação com a "Lei do Planeamento Urbanístico"

A "Lei do Planeamento Urbanístico" foi apreciada e aprovada pela Assembleia Legislativa e irá entrar em vigor em Março de 2014, data em que iremos iniciar de uma forma activa os diversos trabalhos.

A "Lei do Planeamento Urbanístico" define claramente uma série de procedimentos essenciais relativos à elaboração do plano director e do plano de pormenor dos planos urbanísticos, à recolha de opiniões, à participação pública e às consultas, às aprovações, às divulgações, às revisões, entre outros, e procedeu-se à reorganização de funções que estavam descentralizadas e dos respectivos regimes procedimentais. Ao mesmo tempo, está também prevista na mesma a criação do Conselho do Planeamento Urbanístico como órgão de consulta no âmbito dos procedimentos de elaboração, execução, revisão e alteração de planos urbanísticos. A respectiva lei também define instruções pormenorizadas relativamente aos procedimentos de elaboração, revisão, alteração, aprovação e divulgação de planos urbanísticos, bem como a execução de avaliações e a promoção da participação pública. Por isso, iremos optimizar os recursos humanos da estrutura administrativa e melhorar a qualidade da equipa de planeamento através de diversas formações e intercâmbios. Actualmente, estamos a envidar esforços para a elaboração dos diplomas complementares da "Lei do Planeamento Urbanístico", no sentido de assegurar apoios importantes para uma melhor implementação desta lei.

2.2. Desencadeamento da elaboração do Plano Director Urbanístico em articulação com o desenvolvimento urbano

O desenvolvimento sustentável da cidade passou a ser uma questão que merece uma ampla atenção da sociedade, assim sendo, para que haja uma articulação com a implementação das "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas", iremos participar de uma forma activa no "Estudo do Plano da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas", no "Plano de Acção de Construção

de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas", no "Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade", no "Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau", etc. De momento, o desenvolvimento de Macau depara-se com novos desafios e oportunidades, pelo que urge acelerar a realização dos estudos do Plano Director Urbanístico, concretizar o posicionamento de Macau como "Centro Mundial de Lazer e Turismo" e promover a diversificação adequada da economia de Macau.

Para uma boa execução dos trabalhos de elaboração dos planos urbanísticos, iremos considerar integralmente quer o rápido desenvolvimento da economia de Macau, a criação de um ambiente ideal para se viver e trabalhar, quer o melhoramento da qualidade de vida da população. E até finais do primeiro trimestre de 2014 iremos concluir os trabalhos preparatórios preliminares sobre o planeamento e a elaboração dos respectivos estudos, esperando que se dêem início a esses estudos no terceiro trimestre de 2014.

2.3. Elaboração do planeamento das novas zonas urbanas, dar a conhecer o futuro plano geral de desenvolvimento

Em 2013 foram realizados os trabalhos de elaboração da terceira fase do plano urbanístico dos novos aterros, e tendo como base as opiniões e sugestões recolhidas na auscultação pública da fase anterior do estudo, proceder-se-á à argumentação técnica e aprofundamento dos conteúdos técnicos referentes à disposição das infra-estruturas de grande envergadura, finalidades de terrenos, trânsito rodoviário, equipamentos públicos, áreas verdes, paisagem marginal, aproveitamento da linha costeira, definição do índice de utilização, protecção ambiental, aproveitamento do subsolo, instalações municipais, prevenção de calamidades, programa de execução e estratégia, etc.

Com a aprovação da Lei do Planeamento Urbanístico, o plano urbanístico dos novos aterros será também objecto de um ajustamento no sentido de o coordenar com as respectivas exigências dessa lei, nomeadamente com parte do seu conteúdo integral, a forma de expressão, entre outros, para que se articule suavemente com a mesma.

Através de um envidamento de esforço o plano director das novas zonas urbanas ficou basicamente concluído. Uma vez que o traçado do Segmento do NAPE da 1.ª fase do Metro Ligeiro necessita de ser aprofundado, para haver uma articulação com o plano director das novas zonas urbanas vamos divulgar ao público em tempo oportuno e procurar dar inicio à 3.ª auscultação pública em 2014 e, após a organização das opioniões e sugestões apresentadas, vamos proceder ao ajustamento adequado.

Paralelamente, com os aterros da zona A da nova zona urbana, iremos estudar a introdução no mesmo plano da quarta passagem marítima, o Eixo de Ligação Este de Macau-Taipa do Metro Ligeiro e o Segmento de Extensão ao Novo Acesso. Com vista a promover o desenvolvimento sustentável de Macau efectuar uma articulação eficaz entre os planos.

No futuro, vamos consolidar as opiniões e sugestões das todas as partes para um consenso social do plano de novos aterros, fazendo o planeamento em geral da nova zona urbana com a população. Paralelamente, com base do Plano Director, de acordo com as estipulações da Lei do Planeamento Urbanístico, elaborar faseadamente os planos de pormenor de cada zona, assegurando o decurso e concretização programada das contruções da nova zona urbana.

2.4. Continuação da implementação do planeamento de diversas zonas pequenas a fim de criar um Centro Mundial de Turismo e Lazer

Nos últimos anos, para além de se terem implementado trabalhos de planeamento urbanístico de grande escala, temos dado também atenção à execução dos trabalhos de planeamento de diversas zonas pequenas e de bairros antigos, bem como aos estudos de projectos cruciais. E através de uma boa coordenação no âmbito do planeamento urbanístico se poderá melhorar o ambiente dos bairros sociais de Macau e elevar a qualidade de vida da população e a imagem da cidade, em consonância com a concretização do posicionamento de Macau como "Centro Mundial de Turismo e Lazer".

Foram lançados os estudos respeitantes às duas partes, eixos Este e Oeste, das Ruínas de S. Paulo. Em 2014, com base nos resultados do respectivo estudo iremos proceder continuamente aos estudos no âmbito da cultura histórica, indústrias tradicionais, vias arborizadas, turismo, entre outros, no sentido de aperfeiçoar progressivamente o planeamento integral da zona nuclear do Centro Histórico de Macau. Além disso, a fim de coadjuvar no planeamento geral da Vila de Coloane e na necessidade de desenvolver a conservação ecológica para que a vila piscatória possa manter a sua fisionomia e seja revitalizada, iremos continuar a promover os trabalhos relativos ao planeamento da Vila de Coloane e à recolha de opiniões e sugestões dos cidadãos, e com base no planeamento e estudo realizados, ir-se-á optimizar, de acordo com as situações actuais e as opiniões e sugestões dadas, as medidas para a elaboração de planeamentos e de políticas a fim que haja uma articulação entre os respectivos departamentos. Deste modo, promover-se-ão os trabalhos de reordenamento das barracas e da conservação dos estaleiros navais, concretizando-se adequadamente os conteúdos dos planeamentos.

2.5. Recolha ampla de opiniões da comunidade para a promoção progressiva dos trabalhos relativos aos bairros antigos e ao embelezamento das ruas

Com o vertiginoso desenvolvimento socioeconómico e quando comparando com a situação do início da redacção do projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, verificaram-se alterações das condições objectivas e solicitações da

sociedade. A fim de haver uma melhor articulação com a Lei do Planeamento Urbanístico, a Lei de Salvaguarda do Património Cultural e a Lei de Terras novamente revista, iremos reconsiderar em 2014 o projecto do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos que foi retirado e proceder a uma recolha ampla de opiniões e sugestões da sociedade e do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau relativamente aos assuntos mais relevantes do mesmo projecto, no sentido de nos possibilitar proceder a trabalhos de análise e estudo.

Os diversos serviços do Governo irão continuar a promover os três trabalhos de reordenamento, nomeadamente o embelezamento de ruas, a sua remodelação e recuperação bem como a respectiva manutenção e protecção, tais como o reordenamento das vias envolventes da Igreja São Lourenço e do Teatro D. Pedro V, da zona da Sé e da Vila de Coloane.

Ao mesmo tempo, iremos continuar a proceder nos vários bairros antigos a investigações e estudos para conseguir alguns dados relativos à situação actual dos moradores e das comunidades e se inteirar dos conhecimentos e das exigências dos moradores desses bairros relativamente ao reordenamento dos mesmos e das suas exigências, procurando estabelecer de uma forma gradual uma base de dados sobre os bairros antigos que poderá reforçar as bases em que se tomarão decisões científicas relativas aos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos.

3. Gestão de Solos

Tendo em conta a promoção do desenvolvimento sustentável dos recursos de solos e visando desenvolver e utilizar bem os espaços urbanos, foram sempre trabalhos fulcrais que temos empenhado, no próximo ano, vamos focalizar no aproveitamento apropriado dos recursos, gerindo bem os trabalhos relativos aos solos e as respectivas normas jurídicas.

3.1. Fazer uma articulação com a implementação da Lei de Terras revista, acelerando a elaboração dos respectivos diplomas complementares

Os solos desempenham um papel básico e indispensável na melhoria da qualidade de vida da população, sendo também a pedra basilar do desenvolvimento social. Através da sua adequada gestão e aproveitamento eficaz, conseguiremos vitalizar a cidade, desenvolver a economia e contribuir para o bem-estar dos cidadãos. Desde o estabelecimento da RAEM a economia e a sociedade têm vindo a crescer ininterruptamente, tendo-se assistido não só a grandes modificações na distribuição dos espaços urbanos como também ao aumento da procura de terrenos destinados à construção de infra-estruturas sociais em prol da vida

da população. Os limitados recursos de solos em Macau têm restringido, de certa forma, o desenvolvimento da sociedade. Assim, com a revisão da "Lei de Terras", visa-se uma gestão científica, um regime normativo e medidas jurídicas transparentes para que o aproveitamento dos solos se possa tornar mais racional.

A Lei de Terras visa particularmente regular a gestão de solos, nomeadamente a optimização do regime de concessão de terrenos, incluindo os requisitos a fixar para a dispensa de concursos públicos e para a permuta de terrenos, tendo o intuito de incrementar o grau de transparência do procedimento de concessão, de proceder à revisão dos critérios para a determinação do montante do prémio de concessão para que o mesmo possa revelar de uma forma mais concreta a variação de preços no mercado, de consagrar condições mais rigorosas para a transmissão da concessão de terrenos, e de reforçar a fiscalização do aproveitamento de terrenos e as sanções a aplicar contra o aproveitamento extemporâneo, de forma a evitar a existência de casos relativos ao não aproveitamento ou ao abandono de terrenos e a reprimir as ocupações ilegais de terrenos, assegurando assim que os recursos de solos disponíveis em Macau possam gerar a sua máxima eficácia. A Lei de Terras revista entrará em vigor em Março de 2014. Assim sendo, no intuito de haver uma articulação com a implementação da Lei de Terras revista, temos envidado esforços para dar início à revisão dos diplomas complementares relativos à Lei de Terras, procurando concluir até ao final de 2014 a revisão dos mesmos, nomeadamente os diplomas complementares referentes ao Método de Determinação do Montante do Prémio de Concessão, às Rendas e à Composição e Funções da Comissão de Terras. Para além disso, procederemos ao ajustamento e à revisão meticulosa dos actuais procedimentos administrativos, mantendo uma comunicação e cooperação estreita entre os respectivos serviços relacionados com a execução da referida legislação e elaborando circulares e directrizes para a respectiva execução.

3.2. Aconpanhamento dos terrenos concedidos mas não aproveitados, aproveitamento apropriado dos recursos de solos

Ao longo dos últimos anos temos vindo a envidar esforços para tratar os terrenos concedidos mas não aproveitados, nunca tendo parado de dar seguimento aos respectivos trabalhos. Já procedemos ao acompanhamento inicial de 48 casos referentes a terrenos concedidos mas não aproveitados, porém, a existência de situações mais complicadas de alguns desses casos exige que levemos mais tempo para proceder a uma análise profunda, deste modo, em 2014 iremos continuar a proceder à análise dos mesmos.

Após a respectiva análise, caso se comprove que as responsabilidades pelo não aproveitamento dos respectivos terrenos são imputáveis aos concessionários dos mesmos, dar-se-á início imediato, nos termos legais, ao procedimento de declaração de caducidade de concessão dos mesmos.

3.3. Melhorar o sistema de informação, monitorizar as variações ocorridas nos solos

Iremos manter actualizado e desenvolver o "Sistema de Informação Digital Tridimensional Urbanístico de Macau", em articulação com os estudos e aplicações em planeamento urbanístico, transportes ferroviários, desenvolvimento e gestão urbanísticos, entre outros. Por outro lado, iremos analisar sobre a aplicabilidade do Sistema de Navegação por Satélite *BeiDou* (*COMPASS*) da China, abordando a viabilidade da ligação deste sistema com as estações de referência GPS em Macau, por forma a que o posicionamento por satélites se torne mais fiável, abrangente e vulgarizado. Iremos recolher e organizar dados e imagens obtidos por diversas fontes de detecção remota, aplicando na monitorização das últimas tendências do abatimento de solos da RAEM, através de radar de satélite de alta resolução.

4. Urbanização

A gestão da urbanização necessita de um regime jurídico científico e operacional, pelo que continuaremos a aperfeiçoar a legislação relativa à construção urbana e a criação de um regime de fiscalização que promovam o desenvolvimento e a gestão urbana.

4.1. Criação de um sistema informático, melhorar a função dos serviços de apoio

Ao longo dos últimos anos, temos continuado a prestar atenção às questões respeitantes à reparação e manutenção dos edifícios. Além de incentivar os condóminos a procederem à reparação dos seus edifícios, através de apoio financeiro, iremos resolver de forma gradual e por vários meios as questões respeitantes às construções clandestinas e aos edifícios que carecem de reparações, de modo a optimizar o ambiente habitacional. No intuito de melhor conhecer as situações actuais dos edifícios e os dados de gestão integral, será concluído em 2014 o Sistema de Gestão Informática dos Edifícios em Mau Estado de Conservação/em Estado de Ruína, a fim de apoiar a inspecção e elevar a eficiência no âmbito da apreciação e aprovação, bem como apoiar a fiscalização específica e acompanhar os processos relativos às queixas.

Por outro lado, no que toca ao Regime Jurídico da Construção Urbana e os seus diplomas complementares em revisão, visa-se sobretudo simplificar os procedimentos administrativos, melhorar o mecanismo de fiscalização e elevar a eficiência de execução da lei, de modo a melhor resolver as questões referentes às edificações que carecem de reparações e as questões das obras ilegais, a fim de assegurar aos cidadãos um ambiente seguro e propício de habitabilidade. Actualmente, o presente Regime Jurídico e os seus diplomas complementares já entraram na última fase de elaboração, podendo seguir para a fase de produção legislativa.

4.2. Melhorar os procedimentos, acelerar a apreciação e aprovação de projectos

No intuito de elevar a eficiência do circuito de apreciação e aprovação dos projectos, com objectivo de facilitar os cidadãos e incrementar a transparência das linhas governativas, criámos a partir de 2009, um total de 26 impressos e criadas ainda 15 directivas relativas a obras particulares, para desburocratizar dos procedimentos, foi ainda criado um impresso único para a requisição de 3 diferentes pedidos para obras que não sejam de construção, começaram-se a emitir notificações por meio de SMS, disponibilizou-se a consulta do andamento da apreciação de projectos através da Internet, tendo os respectivos resultados sido visíveis já no início e verificado uma significativa agilização na apreciação e aprovação dos projectos, sendo até hoje bastante estável. A par disso, demos início, com base na experiência anterior em termos de apreciação dos projectos e em função de circunstâncias concretas dos casos, à resolução de erros e lacunas, no sentido de coadjuvar o sector na elaboração de projectos que preencham os requisitos legalmente exigidos e beneficiem assim em simultâneo a qualidade e a eficiência em termos de elaboração e apreciação de projectos, melhorando-se consideravelmente deste modo a eficiência de aprovação dos projectos logo na primeira vez em que são submetidos a apreciação.

Além de elevar a qualidade de elaboração dos projectos, o mais importante é permitir o controlo da qualidade, a inspecção e a fiscalização durante a execução de obras. Nesta óptica, serão lançadas em 2014 as "Instruções de Trabalho para o Técnico Responsável pela Direcção da Obra", "as Instruções para Redacção do Livro de Obra" e "as Instruções para Vistoria da Conclusão da Obra dos Edifícios já Construídos" no sentido de coadjuvar o técnico responsável na realização dos trabalhos respeitantes à fiscalização da qualidade, assim como na definição claramente os conteúdos e o âmbito dos trabalhos. As respectivas instruções serão executadas em coordenação com a "Certidão referente ao Andamento da Execução dos Pisos Estruturais" relativa ao "Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção" em vigor, a fim de ajudar a verificar mais claramente a situação do andamento da obra durante o processo de apreciação e aprovação, reduzindo assim o tempo para a emissão da respectiva certidão.

Além disso, o sistema informático de gestão intregal será aperfeiçoado, procedendo-se assim à clarificação do tempo necessário para a apreciação de cada fase e as situações relativas às respostas aos pedidos, com vista a melhor executar os procedimentos posteriores. Ao mesmo tempo, será iniciado o estudo sobre o lançamento da consulta na Internet e que será disponibilizada ao respectivo sector e aos cidadãos, no sentido de elevar a eficiência de resposta.

4.3. Criar mecanismos e orientações de fiscalização, elevar o nível profissional do sector

De facto, a problemática de exigência dos equipamentos e fiscalização da segurança do sistema de equipamentos dos elevadores mereceu desde sempre consideração e atenção por

parte da sociedade. Nesta óptica, foi implementado em 2013 as "Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores", a fim de permitir a criação de um mecanismo para registo e declaração das empresas desta área, com vista a estabelecer de forma gradual um sistema da base de dados. Em 2014, a base central de dados entrará em funcionamento para tornar públicas as informações sobre a entidade responsável, o ponto de situação da reparação e conservação e o seu prazo de validade. No entanto, será criado também um regime de inspecção aleatória, por forma a que possa melhor garantir a segurança pública.

A fim de permitir que todas as diferentes edificações possam cumprir as legislações relativas ao combate a incêndios em termos de concepção arquitectónica e de equipamentos, bem como reforçar a segurança em caso de incêndios dos edifícios construídos, urgiu-se então a necessidade de rever o Regulamento de Segurança contra Incêndios. Para articular com as necesidades do desenvolvimento social, além de se introduzirem cláusulas quer para forçar os proprietários a assumirem a responsabilidade de gestão quer para agravar as sanções, ajustaram-se também as competências assumidas pelos departamentos, de modo a permitir na execução mais eficaz por meio da divisão de trabalho. Ficou já concluída a elaboração do articulado da proposta de lei e estão a ser agora realizados os trabalhos de revisão, procurando-se entrar na fase de produção legislativa em 2014.

No que toca ao "Regime Jurídico da Acreditação, Registo e Qualificação Profissional de Técnicos no âmbito da Edificação e do Urbanismo", a elaboração do articulado da proposta de lei já ficou concluída. Prevê-se que a entrada na fase de produção legislativa seja em 2014. No entanto, está acelerar-se a elaboração dos seus diplomas complementares com vista a melhor preparar a futura implementação do respectivo regime.

4.4. Assuntos comunitários, concretizar as infra-estruturas públicas

4.4.1. Melhoramento das instalações das redes rodoviárias

A fim de incentivar mais os cidadãos a viajarem a pé, continuaremos a promover a construção de equipamentos pedonais. Assim, por forma a optimizar o ambiente pedonal, iremos optar pela "correcção", "melhoramento" e "construção" de acordo com as características das estradas e do ambiente das zonas.

Em 2014 planearemos o reordenamento, de forma faseada, das actuais instalações rodoviárias junto à Rua de Cantão e à Avenida da Amizade, integrando-se os actuais meios de travessia do Auto-Silo Jardim das Artes e melhorando a situação de travessia dos peões da Avenida da Amizade e da Rua Cidade de Sintra. Ademais, planeamos melhorar os equipamentos de atravesamento da Rua da Ribeira do Patane e da Travessa de Lam Mau, assegurando a segurança dos utentes da rodovia.

Por outro lado, iremos aperfeiçoar a rede pedonal através da construção e ligação de equipamentos pedonais. Em 2014 iremos acelerar o "Plano de embelezamento da Rua da Encosta e do acesso pedonal entre a ZAPE e a Guia" e "Empreitada de construção de escadas rolantes na Rua da Surpresa", para podermos melhorar a rede pedonal na zona da ZAPE, na zona do NAPE até à Guia e na zona da Rua do Campo. Paralelamente a estes trabalhos, iremos impulsionar o estudo para a construção de uma passagem pedonal desnivelada na Avenida Doutor Mário Soares perto da Avenida de D. João IV, por forma a resolver a actual situação difícil de travessia por parte dos pedestres, bem como estudar e discutir as medidas de aperfeiçoamento do ambiente pedonal que estenderá no futuro à Biblioteca Pública da Associação Comercial de Macau. Deste modo, iremos construir na zona de Nam Van, de forma faseada, uma rede pedonal. No intuito de atenuar o congestionamento de trânsito entre a zona norte da cidade e a ZAPE e vice-versa e o congestionamento de trânsito intenso na Rua dos Pescadores durante o período do Grande Prémio, iremos acelerar a construção de um acesso de ligação entre a Estrada da Bela Vista e a Avenida de Venceslau de Morais.

Relativamente à Taipa, a fim de transformar a Vila da Taipa num local com um ambiente pedonal saudável e construir uma rede pedonal confortável e cómoda, iremos ouvir as opiniões dos cidadãos respeitantes à passagem superior para peões da Avenida de Guimarães, opiniões essas que servirão de base para o respectivo projecto. Em 2014 iremos dar continuidade à construção do sistema de separação entre o trânsito pedonal e o trânsito rodoviário na Rotunda Ouvidor Arriaga, assim como desenvolver as duas obras que serão a "Construção de um circuito pedestre entre o Edifício do Lago e as Casas-Museu" e o "Obra do Conjunto Escultórico da Taipa Pequena" de modo a tornar a Vila da Taipa mais atractiva e de lazer, assim como melhorar o ambiente de vida da mesma.

Iremos rectificar as estradas das zonas para satisfazer o nível de vida dos residentes, tendo em conta o princípio do equilíbrio entre a necessidade de deslocação a pé e o uso de veículos. Assim, através de pequenas obras iremos aperfeiçoar, de forma contínua, os espaços para os pedestres, a localização das passadeiras e os meios de estacionamento de veículos. Nesta linha de continuidade, iremos integrar, de forma adequada, os meios de apoio ao trânsito para aumentar a segurança rodoviária.

4.4.2. Optimização das funcionalidades da rede de drenagem

No intuito de haver uma articulação com o desenvolvimento urbano, temos continuado a optimizar sucessivamente as redes de drenagem, implementando medidas de curto, de médio e longo prazos para optimizar e reordenar a rede de canalizações existente em Macau.

Nos últimos anos, temos aumentado continuamente a capacidade de drenagem e a capacidade de escoamento de Macau e temos substituído os colectores unitários por colectores separativos de água pluvial e residual no sentido de melhorar o respectivo escoamento. Em 2014, iniciar-se-ão as obras de reordenamento das redes de drenagem da Rua da Baía do Sul e da Avenida Marginal do Patane, em Macau, e da Avenida de

Kwong Tong na Taipa. Ao mesmo tempo, ir-se-á também contratar uma companhia de consultadoria para fazer uma avaliação sobre as redes de drenagem existentes em Macau, incluindo a análise dos dados do volume de águas residuais e pluviais, a elaboração da disposição das redes de drenagem e a análise do funcionamento das estações elevatórias de águas pluviais e residuais e da sua capacidade de escoamento, para efeitos de elaboração de uma proposta de melhoramento.

Além disso, iremos resolver de uma forma contínua as questões de inundações do Porto Interior, elaborando um plano de execução a implementar em duas fases, ou seja, a curto prazo e de médio a longo prazo. Neste momento, quanto às medidas a curto prazo, já se deram início a uma parte das obras e em 2014 executar-se-á de um modo contínuo o tapamento de rombos ao longo do litoral do Porto Interior de acordo com o princípio "colmatagem de fissuras e controlo de inundações e de desaguamentos", ou seja, através de obras parciais, essas medidas contribuirão para aliviar as inundações causadas pelas intempéries naturais e marés meteorológicas. Quanto às medidas de médio a longo prazos, aproveitar-se-á a ocasião da resolução dos problemas das inundações para desencadear o estudo relativo ao reordenamento da mesma zona. Os estudos abrangerão três áreas, sendo a área principal referente ao tratamento das inundações, a área das infra-estruturas, do trânsito, do ambiente e das instalações comunitárias e a área do turismo, da economia, da vida da população e da cooperação regional, etc.

Iniciar-se-ão os respectivos estudos em conjugação com o plano director urbanístico de Macau, a expansão do sistema do metro ligeiro e as obras das vias da circular exterior, analisando em primeiro lugar a eficácia e o modelo de funcionamento das pontes-cais existentes e das respectivas instalações. Através da execução do plano de ordenamento das questões de inundações, optimizar-se-ão as pontes-cais, os espaços de embarque, os canais de navegação e as disposições das respectivas instalações, tudo no sentido de melhorar as condições das actividades portuárias e promover a gestão no âmbito portuário. Após a conclusão dos estudos acima referidos, iremos divulgá-los ao público a fim de auscultar e recolher as suas opiniões por forma a optimizar o plano em geral.

4.4.3. Promover a construção das instalações comunitárias

A par do aumento contínuo das expectativas por parte da sociedade relativamente aos serviços públicos e a fim de responder às necessidades de ampliação de espaços em diversos domínios, iremos dar início em 2014 a várias obras, nomeadamente a construção de uma sede do Tribunal Judicial de Base na zona do Lago Nam Van, a ampliação da sede da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, a construção adicional de um parque de estacionamento no Posto Operacional de Bombeiros junto ao Lago Sai Van e a ampliação dos escritórios do Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública, tudo no sentido de satisfazer as necessidades de funcionamento dos respectivos serviços.

Em referência às infra-estruturas relacionadas com a vida da população, prevê-se que a execução da obra da primeira fase do Complexo de Serviços Sociais da Praia do Manduco

seja iniciada no quarto trimestre de 2013. Além disso, no intuito de haver uma articulação com os trabalhos relativos ao melhoramento de serviços de cuidados de saúde, desporto e assistência social, o Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane será remodelado num centro provisório de prevenção de doenças infecciosas que servirá como unidade de reserva. O Lar de Idosos de N. Sra. de Ká-Hó e os lotes adjacentes também serão transformados para albergarem um Lar de Idosos, um Hospital de Reabilitação e o Centro de Tratamento e Reabilitação de Ká-Hó, os quais disponibilizarão serviços integrados sociais e cuidados de saúde. Além disso, será construído um edifício residencial para o pessoal da linha da frente do Centro Hospitalar Conde de São Januário e que será utilizado principalmente pelos médicos locais em estágio ou médicos estrangeiros em estadias de curta duração em Macau. O mesmo servirá também como um local de descanso para o pessoal de saúde da linha da frente durante o trabalho por turno.

Paralelamente irão ser lançadas as obras de construção do Centro Comunitário da Povoação de Chun Su Mei da Taipa, contemplando uma zona de vendilhões, equipamentos sociais bem como um auto-silo subterrâneo com quatro pisos, a fim de optimizar as condições de vida da Vila da Taipa.

5. Habitação

O desenvolvimento saudável do mercado imobiliário e a oferta oportuna de habitação pública são nucleares para prossecução dos objectivos da acção governativa da política de habitação. O Governo da RAEM irá continuar a dispor os recursos públicos com rigor, de acordo com a política de habitação pública, "tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário", a fim de apoiar as famílias com reais necessidades na resolução dos problemas habitacionais. Em meados de 2013, foram implementados o "Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção" e a "Lei da Actividade de Mediação Imobiliária". As novas revisões da "Lei de Terras" e da "Lei do Planeamento Urbanístico" vão entrar em vigor em Março de 2014, o desenvolvimento do ordenamento jurídico entrará numa nova fase, aperfeiçoando o sistema jurídico relativo à oferta de habitação.

Com a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, foram definidos os rumos do desenvolvimento de habitação pública, as políticas e as respectivas medidas, bem como estabelecidos os objectivos de trabalho a médio e longo prazo, de modo a elaborar as instruções para o futuro desenvolvimento dos trabalhos relativos à habitação pública.

5.1. Distribuição rigorosa dos recursos públicos e oferta faseada de habitação pública

Logo após a execução do plano de construção das dezanove mil fracções de habitação pública, foram iniciados os trabalhos para a construção de nova habitação

pública, nomeadamente os empreendimentos de habitação pública nos Lotes 1 e 2 do Bairro da Ilha Verde e na Estrada Nordeste da Taipa, cujas obras se iniciaram em 2012. Os empreendimentos de habitação pública nos Lotes L4 e L5, no Fai Chi Kei, os Lotes E e F, na Bacia Norte do Patane, em Macau, e o Lote PO3, na Taipa, iniciaram-se no corrente ano.

Em conformidade com o novo concurso público para habitação económica e social, em 2014 vamos proceder à organização dos trabalhos posteriores.

Quanto à habitação económica, em conformidade com o concurso público realizado no primeiro trimestre do corrente ano das fracções de tipologia T1, serão organizados gradualmente os agregados familiares para a utilização das respectivas fracções.

Paralelamente, o concurso público realizado nos finais de 2013 para várias tipologias de habitação económica, em 2014 iremos concluir os procedimentos relativos à apreciação, e publicação das listas.

A política de habitação social, tem sempre por objectivo oferecer habitações, em forma de arrendamento, às famílias de baixos rendimentos ou com especiais dificuldades. Com a concretização desta política ao longo dos vários anos, temos continuado a proceder ao seu aperfeiçoamento e a lançar várias medidas, a fim de acelerar a oferta e a atribuição de habitações sociais e igualmente melhorar as instalações ambientais. Também foi implementado o plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, permitindo assim apoiar, através de diversas medidas, as famílias na resolução dos seus problemas habitacionais.

A fim de satisfazer as necessidades em termos de habitação das classes mais desfavorecidas e dos agregados familiares de baixos rendimentos, no processo de conclusão do projecto de oferta das 19 000 habitações públicas, temos reforçado a atribuição ordenada de habitações aos agregados familiares na lista de espera de candidatos no ano 2009. Em 2013 foi aberto o novo concurso de habitação pública. No próximo ano, iremos concretizar as políticas previamente definidas e proceder ao balanço das experiências relativas ao tratamento de atribuição de habitação social, a fim de, no futuro, se avançar no sentido de atribuir habitações sociais no prazo de 4 anos. Além disso, iremos estudar as medidas especiais para completar o regime de habitação social vigente, a fim de alargar o âmbito de aplicação de habitação social, com o objectivo de oferecer prioritariamente habitações, por arrendamento, às famílias com especiais dificuldades.

O uso racional do recurso público é um dos objectivos da política de habitação social, dado ao aumento do custo de vida provocado pelo agravamento da inflação, em 2014, iremos continuar a promover a política de isenção do pagamento de renda e estabelecendo uma medida relativa ao valor máximo de renda a isentar, todos os agregados familiares que reúnem com os limites do rendimento da candidatura de habitação social, ficam isentos do pagamento de renda, e uma parte dos agregados familiares ricos necessitam de pagar a renda devida, a fim de promover o mecanismo de saída das famílias ricas de habitação social. Mais ainda, iremos reforçar os trabalhos relativos à administração de habitação pública e efectuar sempre a fiscalização e inspecção, a fim de evitar a utilização ilegal das habitações públicas.

Além disso, no sentido de melhor aperfeiçoar o regime de candidatura, atribuição e administração de habitação social, no próximo ano, iremos iniciar a discussão dos temas cruciais sobre os requisitos de candidatura, regime de atribuição, administração de habitação social, as sanções por infracção dos arrendatários de habitação social, regime de renda, etc, através do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública.

5.2. Conforme a estratégia de desenvolvimento da habitação pública, implementar de forma estável as respectivas políticas e medidas administrativas

Procurando estar concluído, no primeiro semestre de 2014, o texto final da Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública, para estabelecer a estratégia a médio e longo prazo sobre o desenvolvimento de habitação pública, de modo a atingir o objectivo da oferta contínua de habitação.

Sendo necessária uma estratégia prospectiva para o planeamento dos terrenos de habitação pública, a fim de responder as congruências de procura em diferentes períodos. Com base nos actuais planos estabelecidos, o Governo da RAEM tem-se empenhado na criação de condições para o desenvolvimento dos recursos de terrenos disponíveis e aumento da reserva dos terrenos a curto e médio prazo. Por outro lado, no projecto do plano director das novas zonas urbanas, teremos de reservar uma parte dos terrenos com finalidade habitacional para construção de habitação pública. Quando este plano chegar à versão final, os respectivos terrenos vão fazer parte da reserva destinada à construção de habitação pública, e procederemos, de forma oportuna e conforme as necessidades, ao planeamento e construção, no sentido de aumentar a oferta de habitação pública.

Em 2014, iremos efectuar vários projectos de investigação e estudo em diferentes direcções, para apoiar o Governo na elaboração das políticas relativas à habitação pública. Iniciaremos a investigação e estudo sobre as habitações públicas recentemente concluídas, com o objectivo de conhecer as opiniões dos moradores, relativas às tipologias e divisões das fracções, materiais utilizados para os edifícios, instalações comunitárias e necessidades no âmbito da administração dos edifícios. Em conformidade com a situação do desenvolvimento da sociedade, de desenvolver com eficácia as funções dos espaços comerciais de habitação pública, pelo que, necessitaremos de proceder à revisão global sobre o regime de arrendamento vigente dos espaços comerciais de habitação pública, e também sobre o seu modelo da administração e funcionamento, através da forma de investigação, no sentido de elaborar uma proposta de revisão do regime. Ao mesmo tempo, iremos concentrar-se no problema do envelhecimento da população, iremos definir um projecto de estudo independente, conforme as influências do desenvolvimento e modelos de oferta de habitação pública provocadas pela tendência de mudança, procedendo à análise com a finalidade de satisfazer a procura geral.

Tendo em consideração a relação entre o desenvolvimento rápido da economia e da sociedade e a congruência de procura de habitação, os diversos sectores da sociedade

apresentaram uma nova ideia de "terra de Macau destinada a residentes de Macau", sendo um novo conceito a limitação da exclusividade do direito de propriedade sobre terrenos, este, constituindo uma influência aprofundada no desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, damos muita importância a esta sugestão, pelo que, já incumbiu duas instituições académicas para procederem à investigação e estudo sobre este tema, "terra de Macau destinada a residentes de Macau". Após a conclusão do relatório de análise e estudo, iniciar-se-ão, na próxima fase, os trabalhos de consulta.

5.3. Regulação do funcionamento da actividade de mediação imobiliária para promover o desenvolvimento sustentado e saudável do mercado imobiliário

A Lei da Actividade de Mediação Imobiliária e entrou em vigor em Julho de 2013. Esta lei regula o acesso e o exercício da actividade de mediação imobiliária, para garantir a legalidade, elevado grau de transparência e segurança dos procedimentos das transacções imobiliárias, tendo como objectivo promover o desenvolvimento estável do sector e elevar o nível profissional das pessoas que exerçam esta actividade, de modo a assegurar os legítimos direitos e interesses dos vários intervenientes nas transacções imobiliárias.

Em 2014, com base nas actuais experiências recolhidas, continuaremos a desenvolver os trabalhos relativos ao licenciamento e fiscalização da actividade de mediação imobiliária, para que o exercício da actividade imobiliária obedeça à lei, continuaremos a actualizar a base de dados dos mediadores e agentes imobiliários, contribuindo para a consulta das respectivas informações pelos residentes, através do sistema electrónico do IH.

Paralelamente, iremos reforçar os trabalhos de divulgação e promoção, por um lado para aumentar os conhecimentos jurídicos das entidades e dos trabalhadores que exercem a actividade de mediação imobiliária, no sentido de elevar a eficácia de exercício e a consciência quanto ao cumprimento da lei, por outro lado para que os consumidores tenham conhecimento dos seus direitos e das suas obrigações no processo de transacções imobiliárias, com garantia jurídica.

Com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Promessa de Transmissão de Edifícios em Construção, colmataram-se as lacunas da legislação na área da compra e venda de edifícios em construção. No intuito de manter a oferta de fracções autónomas de edifícios em construção após a entrada em vigor deste regime jurídico, e aproveitando o aumento dos recursos, optimizar e agilizar os trabalhos ulteriores a fim de permitir a elevação da eficiência na apreciação e aprovação dos projectos. No entanto, divulga-se a situação dos edifícios em fase de apreciação e aprovação e os que estão em construção, através da Rede de Informações de Fracções Autónomas do Edifício em Construção, reforçando assim a consulta por meio da Internet, a fim de permitir que o consumidor possa obter as informações mais apropriadas sobre a situação dos edifícios.

5.4. Criação do Centro de Serviços da Administração de Edifícios e aperfeiçoamento da legislação relativa à administração de edifícios

Em 2014, com a utilização sucessivamente das dezanove mil habitações públicas e a fim de assegurar os serviços de administração de edifícios, iremos reforçar os respectivos trabalhos e efectuar melhor a fiscalização e coordenação, nomeadamente a gestão de remodelação e a repressão às obras ilegais. Além disso, o Centro de Serviços da Administração de Edifícios, instalado na habitação económica do Edifício do Lago da Taipa, entrará em funcionamento no quarto trimestre do ano 2014. Este Centro além de prestar as informações e serviços de apoio relativos à administração de edifícios aos residentes desta zona, proporciona ainda um local para os proprietários procederem à convocação da assembleia geral do condomínio.

No intuito de melhorar a situação da administração de edifícios em Macau e clarificar as competências e responsabilidades da administração de edifícios, procuraremos resolver os problemas a partir da origem. Os serviços de justiça estão a realizar a revisão e auscultação sobre o regime de propriedade horizontal constante no Código Civil, vamos prestar opiniões práticas, colaborando de forma dinâmica com os serviços de justiça. Tendo em conta que as respectivas alterações serão aplicadas à administração de edifícios de habitação económica, iremos iniciar, em simultâneo, a revisão da legislação reguladora da administração de edifícios de habitação económica. Ao mesmo tempo, iremos continuar a promover junto dos proprietários dos edifícios a resolução dos litígios relativos aos assuntos de administração dos edifícios, através da conciliação e arbitragem do Centro de Arbitragem de Administração Predial.

Por outro lado, iremos continuar a acompanhar os trabalhos legislativos da Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios e da Profissão de Porteiro. A elaboração da respectiva legislação contribuirá para o aumento da profissionalização dos serviços de administração de edifícios e aperfeiçoamento dos assuntos relativos à administração de edifícios em Macau, com o objectivo de elevar a qualidade habitacional dos residentes e melhorar a relação harmoniosa entre os proprietários.

Além disso, no sentido de articular com a série de trabalhos legislativos e implementação da lei relativa à administração de edifícios acima referida, iremos encarregar uma instituição profissional para estudar e elaborar uma versão de trabalho das instruções para o regulamento da administração de edifícios, a fim de colaborar os proprietários para determinar um regulamento da administração do edifício.

5.5. Reforço da reparação de edifícios e melhoramento da qualidade do ambiente habitacional

A fim de incentivar os proprietários a efectuarem melhor os trabalhos de reparação e manutenção dos seus edifícios, para assim assegurar a qualidade habitacional e a segurança

das estruturas dos edifícios, o Fundo de Reparação Predial continua prestar auxílio aos proprietários através de vários apoios financeiros, de modo a promover e concretizar de forma eficaz os trabalhos de reparação e manutenção dos edifícios.

O Governo, em 2014, vai proceder à revisão do Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios, através do aumento do valor do apoio financeiro, tendo como finalidade apoiar as comissões administrativas na convocação das assembleias gerais dos condomínios em assuntos relativos à reparação dos seus edifícios, despertando a atenção dos proprietários para cumprirem as suas obrigações sobre a reparação dos edifícios.

Paralelamente, iremos desenvolver a divulgação sobre administração dos edifícios, para assim aprofundar a sensibilização dos residentes sobre a reparação e manutenção dos seus edifícios. Bem como, iremos continuar a dinamizar as funções do Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, apoiando, de forma coordenada e complementar, os residentes na resolução dos problemas de infiltrações de água.

6. Política de Trânsito e Transportes

Desde o estabelecimento da RAEM, em conformidade do seu desenvolvimento e a integração regional, houve uma grande mudança no ambiente de deslocação.

Para responder ao futuro desenvolvimento, definimos como objectivo da política de Trânsito e Transportes a longo prazo o envidar esforços na promoção da política de "primazia dos transportes públicos", criando um ambiente de fácil deslocação.

6.1. Política de transportes terrestres

Face ao futuro desenvolvimento de Macau, na vertente do transporte terrestre, será implementada a política de transporte que privilegie a "primazia dos transportes públicos", sendo o sistema de metro ligeiro uma base para a sua implementação, aperfeiçoamento do ambiente de correspondência de transportes públicos com os postos fronteiriços, introdução do sistema integrado de transportes de ligação directa, alargamento dos serviços nocturnos de transportes públicos consoante o prolongamento do horário de abertura do posto fronteiriço, assim como elevação da qualidade dos serviços de táxis. Para acompanhar a procura de transportes pelo futuro aumento do número dos cidadãos e de turistas.

A par disso, tendo em conta as diferentes condições objectivas das novas zonas urbanas, dos bairros antigos e do "Centro Histórico de Macau", serão elaboradas as correspondentes estratégias de trânsito. Vamos articular as infra-estruturas com o tráfego, no intuito de criar uma completa rede de trânsito urbano.

Procurar-se-á viabilizar o escoamento do fluxo de veículos aliviando a pressão do trânsito nos bairros antigos, cirando mais espaços livres. Em paralelo, proceder-se-á à optimização do ambiente pedonal e das instalações de transporte sem barreiras

arquitectónicas para resolver, em termos globais, o ambiente do trânsito terrestre de Macau, transformando Macau numa cidade de transporte verde agradável para as deslocações dos cidadãos e dos turistas.

6.1.1. Elevação do nível de serviços de utilidade pública através das políticas e medidas multi-facetadas

O problema do congestionamento do trânsito vem-se agravando a cada dia que passa, para implementar eficazmente a política da "primazia dos transportes públicos" há necessidade de assegurar a prioridade no uso da via pelos autocarros, salvaguardando eficácia do serviço dos transportes públicos, do ponto de vista de espaço, no sentido de rentabilizar os recursos limitados de espaço rodoviário. Para a via rápida dos transportes públicos entre a Barra e as Portas do Cerco, iremos continuar a levar por diante, em 2014, a concretização das obras viárias que se estendem desde a Rua do Almirante Sérgio até à Rua Visconde de Paço d'Arcos, incluindo o ajustamento das bermas e algumas intersecções, e a proceder à transferência ou ajustamento das instalações de trânsito e cívicas ao longo da via, para alargar as faixas de rodagem, criando condições para estabelecer a via rápida de transportes públicos enquanto optimizamos o trânsito rodoviário, para além de se fazer esforços para que as respectivas medidas sejam concretizadas gradualmente em 2014.

A par disso, a rede de carreiras de autocarros públicos será objecto de racionalização e optimização, nomeadamente pela alteração gradual dos hábitos de deslocação e da distribuição da procura em consequência da criação gradual de novos bairros comunitários. No futuro, empenhar-nos-emos em elevar as condições de acessibilidade entre as novas zonas urbanas e os bairros antigos, criando um sistema de transporte público conveniente e fácil de utilizar, e iremos construir uma rede de transportes públicos com níveis nítidos e sustentabilidade, mediante uma classificação por hierarquia, consoante diferentes funções, e sob formas de carreira rápida, carreira de artéria principal, carreira regular e carreira de ligação, delineando o projecto de plano da futura optimização, e através de projectos-piloto correspondente a diversos níveis apresentar ao público o conceito da optimização da rede de carreiras, no sentido de implementar posteriormente a racionalização da rede de carreiras. Os projectos-piloto serão lançados gradualmente desde o quarto trimestre deste ano até segundo trimestre do próximo ano.

Ao mesmo tempo, continuaremos a desenvolver os trabalhos relativos ao sequestro dos serviços das carreiras que a Reolian prestava, e tomar em consideração primordialmente a implementação da garantia do normal funcionamento dos serviços de autocarros, protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores e do interesse da população em geral, encontrando um plano de seguimento para sua solução apropriada.

No que respeita à optimização das instalações de transportes públicos, diligenciar-nos-emos em participar na concretização dos projectos dos terminais de autocarros de grande dimensão e no centro modal de transportes, incluindo o terminal permanente de autocarros de Seac Pai Van e as placas giratórias que ligam com o metro ligeiro, incluindo o terminal

de autocarros junto do novo terminal marítimo de passageiros de Pac On, na Taipa. No que respeita ao controlo de qualidade dos serviços dos autocarros, prosseguiremos com o regime de avaliação dos serviços para quantificar a qualidade dos serviços das empresas operadoras, divulgando regularmente junto do público a situação actual, no sentido de aumentar a transparência, para além de recorrer aos meios tecnológicos para elevar a eficácia do controlo.

A procura dos serviços de táxis pela sociedade torna-se cada vez mais forte, nomeadamente a dos serviços de táxis especiais. Em 2014, procuraremos conhecer, de forma mais aprofundada, os serviços de táxis especiais, para além de efectuar um estudo e análise aprofundado sobre o modelo de exploração, prazo de validade da licença e mecanismo de controlo, com vista a abordar a orientação do desenvolvimento dos táxis especiais, e ainda a sua complementaridade com os táxis normais no que respeita ao posicionamento do seu papel e função, para obter um equilíbrio na oferta e procura do mercado. A par disso, para resolver a questão da distribuição desequilibrada dos serviços de táxis, iremos obrigar que toda a frota dos táxis especiais (táxis amarelos) funcione apenas por rádio chamada e a prestação dos serviços de rádio táxi será feita através de um sistema de distribuição, no sentido de satisfazer especificamente a procura dos serviços de táxis dos bairros antigos e das novas zonas urbanas, e melhorar a distribuição dos táxis. Em paralelo, perante a procura dos serviços de táxis para pessoas com mobilidade reduzida que a sociedade tem manifestado nos últimos anos, está a ser preparada a introdução do primeiro táxi para pessoas com mobilidade reduzida. Prevemos que o seu funcionamento experimental dos serviços de rádio táxi e para pessoas com mobilidade reduzida tenha lugar no primeiro trimestre de 2014, altura em que será feita oportunamente a sua avaliação, análise e revisão da eficácia dos diversos serviços dos táxis especiais.

No que toca à quantidade dos táxis, prevemos que serão emitidas no primeiro trimestre de 2014 licenças normais de táxis que prevê a entrar em funcionamento sucessivamente no segundo semestre do próximo ano. Posteriormente iremos proceder oportunamente à revisão e ajustamento da quantidade dos táxis da RAEM.

A respeito do aperfeiçoamento da legislação do trânsito rodoviário, reforçamos prioritariamente as sanções e a competência de aplicação da Lei, e iremos alterar, através do regulamento administrativo, o Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis, e continuar a acompanhar o processo legislativo do projecto do Regulamento Administrativo da "Licença especial de condução" e do projecto do Regulamento Administrativo do "Regime para o modelo de capacete padrão a utilizar pelos condutores e passageiros dos ciclomotores e motociclos", esforçamos que os mesmos possam entrar em vigor com a publicação em 2014.

Os autocarros públicos continuam a desempenhar um papel importante no sistema de transportes públicos, quer antes quer depois da conclusão das obras do sistema de metro ligeiro, por isso o congestionamento do trânsito irá afectar a qualidade de serviços do sistema de transportes públicos. Sobre a sugestões que surgem na sociedade relativamente a dar prioridade à resolução da pressão do trânsito causada pelos veículos de turismo, iremos, por um lado, efectuar um estudo e racionalizar a questão do assunto fiscal desses

veículos e o regime de aprovação da importação e eliminação dos veículos existentes, em articulação com os serviços pertinentes, tendo em conta o impacto causado às rodovias pela operação dos referidos veículos, iremos fazer uma coordenação com os hotéis e empresas que exploram casinos e suas instituições dependentes, para racionalizar os itinerários dos veículos de transporte de passageiros, locais de embarque e desembarque dos passageiros, frequência de partidas e número de veículos.

6.1.2. Criação de espaços para estacionamento de forma oportuna e racional e aperfeiçoamento contínuo do sistema de gestão de trânsito

Iremos seguir um princípio adequado e racional na criação de mais espaços para estacionamento e aperfeiçoar os respectivos meios de gestão. Prosseguiremos com o alargamento da cobertura de lugares de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos, tencionando dar início no princípio de 2014 ao projecto de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos da zona da Avenida Horta e Costa e no Bairro de Rua Barca, o qual poderá proporcionar cerca de 500 lugares de estacionamento tarifado para ciclomotores e motociclos. Por outro lado, em termos da criação moderada de lugares de estacionamento para veículos, o parque de estacionamento do bairro social da Ponte Negra da Taipa, depois de concluídas as obras, poderá disponibilizar cerca de 175 lugares de estacionamento para automóveis e ciclomotores e motociclos. Tanto na Península de Macau como nas Ilhas há vários parques de estacionamento em construção ou a construir dentro em breve, incluindo o do Bairro da Ilha Verde, do Fai Chi Kei, da zona de Mong Há, da zona da Rua da Praia do Manduco, da povoação de Chun Su Mei, da Estrada Nordeste da Taipa e do bairro de habitação pública de Seac Pai Van.

Para permitir aos condutores estar rapidamente a par da informação sobre os lugares de estacionamento dos auto-silos, com vista melhorar o sistema de gestão de trânsito, para além de continuar a recolher os dados das vagas de estacionamento disponíveis de outros auto-silos, tencionamos instalar em 2014 equipamento de recolha dos dados das vagas de estacionamento disponíveis no auto-silo do Edifício Cheng Chong e no da Rua de Malaca, apoiando aos condutores saberem antecipadamente a situação das vagas dos auto-silos.

Por outro lado, prosseguiremos com a instalação do sistema inteligente de orientação de estacionamento em mais auto-silos. Ao mesmo tempo, iremos estudar a alteração do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento, para acompanhar o desenvolvimento da política de gestão de estacionamento e melhorar a eficiência de aplicação da Lei.

Iremos continuar o estudo sobre a criação de novas vias para emissão de informação do tráfego em tempo real, para que o público possa conhecer melhor a situação rodoviária mais actualizada, incluindo a instalação de mais câmaras de vídeo, nomeadamente nas intersecções junto das novas zonas residenciais, colocação de painéis informativos nas

bermas, assim como estudo e desenvolvimento de uma nova plataforma de gestão dos acidentes rodoviários e de um sistema de informação geográfica virada para os cidadãos.

6.1.3. Beneficiação da aprendizagem e exame de condução e optimização do nível de inspecção dos veículos

Para acompanhar o futuro desenvolvimento social, em 2014 será concluído o projecto de desenho da segunda fase do centro de aprendizagem e exame de condução. A respeito da beneficiação e optimização da aprendizagem e exame de condução em 2013 foram concluídas a sua auscultação e alteração. Esperamos que em 2014, possam ser realizadas as acções promocionais e de divulgação, e que no mesmo ano estas novas base de dados de testes possam ser utilizadas na prova teórica.

Paralelamente, vai ser melhorado o local do Centro de Inspecção de Veículos, e prevê-se que as obras do novo Centro de Inspecção de Veículos Automóveis (CIVA) no COTAI sejam concluídas no final de 2014, estando a ser feitos todos os esforços para que o CIVA entre em funcionamento no primeiro semestre de 2015. A par disso, para acompanhar a implementação das acções relativas à protecção ambiental, participamos de forma activa na "Elaboração de Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e o Aperfeiçoamento do Regime de Inspecções de Macau" dando apoio à elaboração do respectivo padrão, e ao encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória dos veículos, através do *software* e *hardware*.

6.1.4. Criação de mecanismos de resposta rápida multi-vias e aprofundamento da consciência da segurança rodoviária da população

Para melhor manter a interacção com o público, prosseguiremos com a criação do mecanismo de resposta rápida multi-vias e iremos continuar a fazer o Conselho Consultivo do Trânsito desempenhar o seu papel de plataforma de interacção, recolher as solicitações e opiniões com carácter de especialidade e representatividade das individualidades sociais, promovendo a comunicação e intercâmbio entre o sector privado e o Governo, no intuito de congregar a sabedoria colectiva. Em paralelo, com o mecanismo de comunicação com o exterior, por um lado, iremos manter os contactos regulares com as associações ou organizações de moradores por outro lado, os dirigentes irão ouvir as opiniões e sugestões do público sobre a melhoria dos problemas do trânsito, com vista a assimilar a sabedoria da população para resolver em conjunto os problemas do trânsito.

Para acompanhar o vertiginoso desenvolvimento da RAEM, o início e a construção de vários empreendimentos colocam grandes desafios para o ambiente do trânsito deste Território. Os casos de acidentes de viação que se têm registado nos últimos anos mostram a necessidade de elevar a consciência da segurança rodoviária dos condutores e

dos peões. Face a isto, serão reforçadas em 2014 as acções promocionais e de divulgação da segurança rodoviária, para elevar a consciência e o conhecimento da importância da segurança rodoviária junto dos cidadãos. Para o efeito, prosseguiremos com a realização, de forma contínua, de actividades de divulgação e sensibilização da segurança rodoviária, para aprofundar o conhecimento e despertar a atenção para a segurança rodoviária das diversas camadas sociais, incluindo estudantes, idosos e motoristas profissionais, entre outros. Em paralelo, será também aprofundada a colaboração com a Polícia e até outros serviços públicos ou entidades privadas, para, através das diferentes actividades ou acções que se realizam regularmente, chamar à atenção do público para o respeito da Lei e para a importância da segurança rodoviária.

6.2. Sistema de Metro Ligeiro

Em 2014, o Sistema de Metro Ligeiro entrou na fase de execução principal. Prosseguiremos sob o princípio de "garantir a qualidade, a segurança e a eficiência", impulsionando os trabalhos de construção relativos a cada segmento e ao Parque de Materiais e Oficina da obra do Metro Ligeiro, de acordo com o planeado. Dar-se-á continuidade à promoção do fabrico dos comboios e sistemas do Metro Ligeiro. O respectivo fornecedor estará, para o efeito, disponível para a instalação "in loco" dos equipamentos do sistema e a entrega dos comboios para Macau.

Com o desenvolvimento dos trabalhos de fabrico em série e da montagem dos comboios, o fornecedor dos comboios e do sistema concluirá, no primeiro semestre de 2014, os exames e ensaios de rotina do primeiro e do segundo comboios fabricados na oficina, continuar-se-á a acompanhar, de forma detalhada a qualidade de fabrico, e será contratada uma terceira entidade independente, com experiência na área do projecto do transporte sobre carris, para proceder à inspecção, de modo a assegurar a qualidade de fabrico dos comboios e do sistema em várias vertentes. Depois de assegurar o cumprimento dos requisitos contratuais e dos padrões internacionais, poderá dar-se início aos trabalhos preparatórios da entrega dos comboios a Macau no final de 2014.

Em conjugação com a entrega dos comboios a Macau e os ensaios subsequentes, vamos iniciar faseadamente a instalação e ensaios dos equipamentos e do sistema da Oficina do Metro Ligeiro, e será realizada também uma série de ensaios e vistoria e recepção "in loco" do sistema e os trabalhos de ensaio da simulação da operação dos comboios no viaduto, estações e Parque de Materiais e Oficina.

Paralelamente em 2014 o fornecedor dos comboios e do sistema vai continuar a realizar trabalhos de melhoramento ao longo do traçado, nomeadamente o aperfeiçoamento das instalações na ponte Sai Van, melhoramentos e montagem das instalações do sistema de circulação.

O concurso para a prestação de serviços da operação e manutenção da 1.ª fase do Metro Ligeiro será aberto em 2014, no sentido de seleccionar um operador adequado ao

bom desenvolvimento da operação e manutenção no futuro. Em paralelo, prosseguiremos com a realização dos trabalhos de produção legislativa, pesquisa e consulta do transporte de Metro Ligeiro de Macau, para implementar uma gestão regularizada do transporte de Metro Ligeiro, e garantindo a segurança de operação e a qualidade dos seus serviços. Por outro lado, serão coordenados os trabalhos referentes à política e gestão da operação entre o Metro Ligeiro e os autocarros, reordenando bem os pontos associados do Metro Ligeiro, planeando de forma apropriada a integração com os serviços de autocarros, de modo a concretizar ainda mais a política nuclear de "Primazia dos Transportes Públicos".

Em 2014, vamos iniciar a recolha de opiniões do Planeamento do Traçado da Linha Seac Pai Van, de acordo com as opiniões recolhidas na mesma, iremos analisar e organizar o planeamento do respectivo traçado para finalizar a análise aprofundada e o projecto de referência.

Por outro lado, no que diz respeito ao traçado de Macau da primeira para fase do Metro Ligeiro, prosseguimos com a análise aprofundada, ao nível técnico, dos impactos causados pelo traçado do NAPE ajustado às limitações técnicas e ao tráfego em geral, para além de se ter em conta o traçado dos outros segmentos, por forma a produzir diversas soluções e proceder ao estudo de viabilidade do traçado, e a recolha de opiniões dos cidadãos.

Além disso, está prevista também a realização da elaboração e consulta sobre o projecto de planeamento do traçado do Eixo de Ligação Este entre Macau e Taipa, bem como do estudo consolidado do projecto de traçado do segmento de extensão do novo acesso do Metro Ligeiro, a fim de coordenar com o progresso da 1.ª fase do Metro Ligeiro, continuar a impulsionar os trabalhos de estudo para construir uma rede de transportes caracterizado pelo conceito "duplo círculo, duplo eixo".

Relativamente à construção civil, será realizado em 2014 o trabalho de construção civil de superestrutura principal de cada segmento do Metro Ligeiro na Taipa, e os empreiteiros articularão gradualmente os viadutos de cada segmento e construirão as 11 estações ao longo do traçado do segmento da Taipa. Serão reforçados e aprofundados os planos de alteração de trânsito, para além de se dar continuidade à troca de informação com a comunidade através do mecanismo de diálogo comunitário já estabelecido, a fim a reduzir os impactos causados pela obra do Metro Ligeiro. Está previsto que, no segundo semestre do corrente ano, se dará gradualmente início à fase seguinte para acompanhar e coordenar com o fornecedor dos comboios e sistema, montando as instalações do sistema de circulação e outros equipamentos electromecânicos no viaduto e estações.

Por outro lado, estará em plena concretização a construção do parqueamento dos comboios, faixas de manutenção e de ensaios no Parque de Materiais e Oficina e a construção de estrutura principal, nomeadamente o edifício de administração e controlo, o parque de lavagem e a oficina, entre outros, para alinhar com a realização de uma série de ensaios "in loco" e recepção após a entrega dos comboios a Macau.

6.3. Aviação

Com vista ao desenvolvimento da RAEM como Centro Mundial de Turismo e Lazer, o Governo e os operadores irão manter a cooperação para que sejam criadas condições para o desenvolvimento sustentável do sector do transporte aéreo, melhorando as infra-estruturas, executando rigorosos trabalhos de inspecção e garantindo a operação segura do sector.

A integração regional apresenta novas oportunidades para o sector de transporte aéreo de Macau. Entre o aumento do tráfego aéreo e as exigências de segurança operacional iremos desenvolver o nosso trabalho de aperfeiçoamento e inspecção, alargando os serviços aéreos de forma saudável e adequada.

6.3.1. Adopção de políticas de transporte aéreo liberais e melhoria das infra-estruturas do aeroporto

O nosso objectivo é apoiar a indústria local da aviação de forma ordenada e saudável. Estamos empenhados em adoptar políticas de céu aberto para assim criar condições operacionais favoráveis e estabelecer um mercado de transporte aéreo de qualidade tanto para os operadores locais como para os do exterior. Perante a operação e o desenvolvimento dos operadores de aviação procuramos abordagens flexíveis, tendo sempre como prioridade a segurança operacional, por forma a dar continuidade ao desenvolvimento da rede de ligações aéreas de Macau para o exterior.

Uma vez que o Aeroporto Internacional de Macau integra o conjunto de infra-estruturas necessárias à prestação dos serviços conjuntos de transporte marítimo, terrestre e aéreo, importa que as suas instalações sejam melhoradas antes de alargar a sua participação na Zona do Delta do Rio das Pérolas por forma a integrar-se no desenvolvimento da região.

De acordo com as estatísticas relativas ao transporte aéreo, o mercado de aviação de Macau está a transformar-se, gradualmente, num mercado internacional. A percentagem de passageiros que tem Macau por destino final, dentro do volume total de passageiros, aumentou de 74,2% em 2008 para a proporção actual de 92,5%.

No futuro, iremos utilizar as infra-estruturas construídas em Macau como uma oportunidade para aperfeiçoar, gradualmente, as instalações internas do aeroporto e, simultaneamente, para estabelecer ligação às infra-estruturas exteriores ao aeroporto, por forma a que os residentes possam viajar mais facilmente e que os visitantes se desloquem mais rapidamente para as cidades do Delta do Rio das Pérolas através de um sistema de transportes multimodal.

Em 2014 a CAM, concessionária do aeroporto, continua nos trabalhos de construção de um novo hangar para a aviação executiva por forma a optimizar, prevê a entrar em serviço em 2015.

6.3.2. Expansão das medidas de facilitação e criação de um ambiente operacional eficiente

Com o objectivo de garantir aos turistas a possibilidade de viajarem num ambiente de elevado nível de segurança, actualmente os diferentes países estão a estudar a introdução do "sistema avançado de informação sobre passageiros". O sistema prevê a entrega antecipada, através de uma plataforma, de dados de passageiros e da tripulação de voo por parte das companhias de transporte aéreo ao país de destino do voo, para que o órgão responsável pelo controlo da imigração desse país proceda a avaliações de risco relativamente às pessoas que integram as listas de passageiros, com o objectivo de aumentar a segurança da operação e minimizar o tempo afecto aos procedimentos de imigração.

Em 2014, a AACM pretende cooperar com as outras entidades relevantes para avaliar a possibilidade de introdução deste sistema. Protegendo a segurança dos turistas

Com a conclusão de infra-estruturas de turismo de nível internacional, as entradas de turistas em Macau, incluindo de turistas com elevado poder de compra, têm aumentado todos os anos, registando-se simultaneamente um aumento do número de pedidos de autorização de voo para Macau. Por forma a disponibilizar aos operadores um serviço mais prático e de melhor qualidade para submissão de pedidos de autorização de voo e respectivas aprovações, pretendemos adoptar meios de informação tecnológica para implementar uma plataforma electrónica que permita reduzir o tempo de tratamento dos pedidos e melhorar o fluxo de trabalho, especialmente para dar resposta às companhias aéreas que fazem diversas alterações aos pedidos de autorização de voo por motivos comerciais.

Em 2014, iremos estudar a viabilidade de emissão de autorizações de voo através da referida plataforma electrónica de pedidos de autorização de voo e respectivas aprovações.

6.3.3. Promover a segurança operacional da aviação – Manter a segurança operacional como prioridade é o nosso valor central

Desde há bastante tempo que as acções que promovem a segurança operacional da aviação assumem um papel primordial dentro das obrigações dos serviços de navegação aérea mundial. Implementamos o "Programa de Segurança Operacional da Região Administrativa Especial de Macau" tendo concluído os trabalhos da 1ª e 2ª fases dentro do prazo previsto, em conformidade com os indicadores de desempenho anuais. Em 2013, e também dentro do prazo estipulado, iniciou as tarefas da 3ª fase. No próximo ano, continuaremos a aperfeiçoar os trabalhos de gestão de riscos, incluindo a revisão regular do desempenho do sector em segurança operacional, através de vários mecanismos de

comunicação de incidentes e o aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho das partes envolvidas, através da troca de dados relativos à segurança operacional da aviação.

A informação aeronáutica visa assegurar a recolha de informações necessárias à segurança operacional da aviação e respectivas operações. Para que as autoridades aeronáuticas e os operadores mundiais recolham e divulguem informação aeronáutica através de um sistema uniformizado de dados, a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) propõe um conceito de "Gestão de Informação Aeronáutica" globalizada, exigindo a utilização mundial de técnicas electrónicas que permitem que se passe gradualmente de um sistema em que as informações escritas são obtidas pessoalmente para um sistema electrónico de gestão da informação aeronáutica em que as informações aeronáuticas são comutáveis. Estamos a desenvolver os respectivos trabalhos de forma activa, encontrando-se a aquisição dos necessários equipamentos prevista para 2014 no intuito de assim aumentar a eficiência das operações.

Por outro lado, por forma a monitorizar a situação do aeroporto e do ruído a longo prazo, em 2013, levamos a cabo o estudo sobre o ruído da aviação de Macau, que incluiu o cálculo do ruído dos helicópteros e das aeronaves e o estabelecimento da tabela do ruído da aviação de Macau. Espera-se que, no primeiro trimestre de 2014, esta tabela seja testada e verificada através dos métodos de medição actuais, que o plano de acção seja elaborado e que a localização da infra-estrutura seja confirmada. Finalmente, prevê-se que o sistema de monitorização do ruído a longo prazo seja construído em meados de 2014.

6.4. Assuntos portuários

Garantir a segurança marítima constitui uma missão prioritária e uma meta importante na política marítima do Governo da RAEM. Continuaremos, com pragmatismo e rigor, a aprofundar diversos trabalhos, garantir a segurança na navegação e nas operações marítimas, diminuir a taxa de incidência de acidentes no mar, criar um meio ambiente mais seguro e de alta qualidade.

Entretanto, continuaremos a optimizar o hardware e software dos terminais marítimos de passageiros, em articulação com a meta de transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer.

6.4.1. Reforçar medidas de inspecção e de controlo, elaborar planos de contingência para acidentes

Devido à entrada sucessiva em construção de obras de grande envergadura nas águas confinantes com Macau, há muitas embarcações de obras e embarcações transportadoras de materiais, oriundas de fora de Macau, que demandam o canal de acesso ao Porto Interior aumentando o fluxo de tráfego do mesmo. A fim de garantir a segurança marítima e prevenir a incidência de acidentes no mar, durante a execução das obras, iremos delimitar as rotas

das embarcações de obra que circulam na área de execução das obras, fazendo uso do sistema de vigilância para rastrear e monitorar com eficácia as embarcações; iremos reprimir de forma activa as infracções às regras de navegação, sancionar embarcações infractoras nos termos da legislação, através do reforço de medidas tais como inspecção convencional e sem aviso prévio e mediante a cooperação estreita com os organismos marítimos da região vizinha, iremos adoptar conjuntamente medidas diversas de prevenção.

Além disso, face aos diversos tipos de eventuais acidentes, iremos produzir planos de contingência diferentes com recursos preparados, com vista a potenciar a capacidade de resposta a situações de emergência no mar; estamos a preparar a construção de uma embarcação de salvamento, a fim de melhorar a capacidade de salvamento no mar e os equipamentos de combate a incêndios, garantindo a segurança de navegação das embarcações nas águas confinantes com Macau.

6.4.2. Aperfeiçoar os equipamentos de vigilância da costa no Porto Interior, reforçar a vigilância da navegação

O canal de acesso ao Porto Interior é um canal importante para a saída para o mar de embarcações, a partir do Porto Interior e dos diversos portos do Rio Oeste do Interior da China. Para aceder ao canal de acesso ao Porto Interior, é obrigatório atravessar os vãos da Ponte da Amizade, da Ponte Governador Nobre de Carvalho e da Ponte de Sai Van, e assim aumenta o fluxo de tráfego no dito canal, aumenta também o risco para a segurança na navegação. Com vista a fortalecer a vigilância e controlo da segurança no tráfego no canal de acesso ao Porto Interior, garantir a segurança de navegação das embarcações rápidas e outras embarcações que circulam as áreas marítimas de Macau, iremos instalar, em 2014, na costa do canal de acesso ao Porto Interior, pontos de vigilância do tráfego marítimo, equipados com radar marítimo e CCTV, permitindo que o VTS controle directamente, em tempo real, o tráfego nas águas cada vez mais concorridas da zona da Ponte da Amizade, da Ponte de Sai Van e do canal Cotai, para que o VTS fique a par do tráfego do canal de acesso ao Porto Interior a qualquer momento, de forma a desempenhar em plenitude as funções de controlo do tráfego marítimo. Assim poderão contactar, por um lado, as embarcações, para terem mais atenção ao tráfego do canal de acesso ao Porto Interior e, por outro lado, reprimir ou combater atempadamente infracções às regras de navegação, de modo a melhorar a segurança na navegação das embarcações.

6.4.3. Melhorar gradualmente as instalações dos terminais marítimos de passageiros, optimizar os serviços nas fronteiras marítimas

Os terminais marítimos de passageiros são uma das portas de acesso importantes para Macau. Tendo por objectivo articular-se com a meta de transformar Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer, prestar aos residentes e turistas um serviço transfronteiriço de

alta qualidade, conveniente e personalizado, iniciámos, em 2013 o "Plano de Optimização dos Espaços do Terminal Marítimo do Porto Exterior", através da re-planificação, distribuição racional, e aperfeiçoamento das instalações, iremos optimizar o *layout* global do Terminal em questão, empenhando-nos em transformar o terminal dito numa fronteira marítima de alto nível, capaz de atender às necessidades do público, de forma a melhorar a qualidade de gestão e de serviço do referido terminal. Prevê-se a empreitada de optimização em causa conclui finais de 2014.

O novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que entra em breve em funcionamento será a maior fronteira marítima de Macau e, em articulação com o Aeroporto Internacional de Macau, iremos proporcionar um serviço de alta qualidade e conveniente de "transporte marítimo-aéreo", de forma a optimizar as ligações entre Macau, Hong Kong, a região do Delta do Rio das Pérolas com o mundo, ajudando a promover o progresso de globalização económica regional.

Tendo por intuito garantir uma boa entrada em funcionamento do novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, iremos organizar os respectivos serviços, companhias de navegação e respectivas unidades para montar e ensaiar diversos equipamentos e instalações, e concluir a preparação de todos os trabalhos necessários antes de entrar em funcionamento.

Quando o novo Terminal tiver as condições reunidas, iremos pôr o terminal em funcionamento, a título experimental, abrindo o terminal ao público, no sentido de passar gradualmente e sem sobressalto o Terminal Marítimo Provisório de Passageiros da Taipa para o novo terminal, sem que o serviço de transporte marítimo de passageiros seja posto em causa.

Tendo por o objectivo regular eficazmente a gestão e funcionamento dos terminais marítimos de passageiros, o Governo da RAEM está a elaborar o regulamento administrativo – Gestão dos terminais marítimos de passageiros - com vista a articular-se com o desenvolvimento dos terminais marítimos de passageiros bem como atender às necessidades da sociedade, e elevar a qualidade de serviço.

7. Protecção do ambiente e Energia

Para mitigar o impacto à população de Macau devido à mudança climática, o Governo da RAEM estabeleceu as metas de redução de emissões até ao ano 2020, sendo os diversos trabalhos da redução de emissões desenvolvidos, passo a passo. Para 2014, iremos elevar a eficiência das actividades visadas à prevenção e controlo da poluição do ar e ao tratamento de resíduos sólidos, elaborar gradualmente a legislação e diplomas legais ambientais, para além de aumentar a utilização de novas energias, construindo, etapa por etapa, a cidade amiga do ambiente.

7.1. Política ambiental

O Governo da RAEM desenvolveu, ao longo dos tempos passados, estudos básicos sobre vários itens ambientais, através dos quais tomou conhecimento sobre o estado ambiental de Macau, proporcionando, ao mesmo tempo, a base científica sólida para a execução da política do ambiente e a construção do sistema jurídico do futuro.

Para 2014, o Governo da RAEM continua a considerar o controlo da poluição do ar e o aumento do nível de tratamento de resíduos sólidos como duas principais actividades nas acções governativas, reforçando a aplicação das medidas, mediante a produção legislativa e fixação dos critérios científicos, e promovendo as medidas incentivas e aperfeiçoar o sistema jurídico, de forma a elevar, por completo, o nível da preservação ambiental e a qualidade do ambiente. Também realizamos actividades de sensibilização e divulgação para que se avance cada vez mais rumo a uma cidade amiga do ambiente.

7.1.1. Aperfeiçoamento do sistema jurídico e melhoria da qualidade do ar

Para melhorar a emissão de gases poluentes de escape de veículos motorizados, no seguimento da conclusão do plano de apoio financeiro à eliminação de veículos altamente poluidores em 2013, para no ano de 2014, implementar-se-á a primeira fase do plano de apoio financeiro para a eliminação de veículos altamente poluidores para melhorar a qualidade do ar nas vias rodoviárias. Além disso, o Governo da RAEM fará os possíveis para levar a cabo, em 2014, a elaboração do regulamento administrativo – "Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e Diesel Leve para Veículos", assim como o diploma legal relativo às normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação em Macau. Será, igualmente, implementada, executada a política de introdução de eco-veículos a curto prazo, incentivando os serviços públicos da Administração a adquirir prioritariamente veículos amigos do ambiente.

Dar-se-á início, no próximo ano, à recolha de opiniões sobre a elaboração de normas de emissão das principais fontes de poluição atmosférica e de emissão de fumos negros e oleosos e de cheiros de estabelecimentos de restauração e bebidas, recolhendo opiniões e sugestões da comunidade e dos respectivos sectores relacionados, de forma a proteger, a nível jurídico, a qualidade do ambiente de Macau.

7.1.2. Optimização da monitorização do ambiente e fortalecimento do controlo de poluição

Para avaliar se o estado ambiental, é bom ou é mau, é preciso recolher, constantemente, dados ambientais que revelem, efectivamente, o estado do meio ambiente real, devendo

tais dados servir como a base para a definição da política do ambiente do futuro. Por conseguinte, para o ano de 2014, continuiar-se-á a optimização do sistema e da rede de monitorização da qualidade do ambiente, incluindo, o melhoramento da rede de monitorização da qualidade das águas costeiras, a optimização de distribuição de postos na rede de monitorização do ruído e o seu sistema de gestão, obtendo fundamento científico para o desenvolvimentos das acções ambientais, e uma maior variedade de dados e informações ambientais para os sectores sociais, através das plataformas da página electrónica "Informação Geo-ambiental de Macau" e de outras páginas electrónicas.

O Governo da RAEM activou a revisão da lei de ruído há anos atrás. Tendo como base o resumo das opiniões e sugestões recolhidas durante a consulta e a referência do respectivo relatório de estudo, a nova lei "Prevenção e Controlo do Ruído Ambiental" e as respectivas disposições complementares, devem ser publicadas, possivelmente, em 2014. Em coordenação com a fase inicial da implementação da nova lei, já foram incluídas exigências ambientais no mecanismo ou procedimentos existentes de apreciação e aprovação para licença de obras de construção, para que os sectores relacionados melhor se adaptarem às novas disposições.

7.1.3. Concretização dos objectivos previstos no planeamento ambiental e aprofundamento do regime de avaliação de impacto ambiental

Tendo sido publicado o "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", o Governo da RAEM irá concretizar, em 2014, os conceitos da coordenação e da cooperação, e continuar a estimular a participação cabal e a boa cooperação das diversas camadas sociais, bem assim como acompanhar a execução do planeamento ambiental, no intuito de impulsionar e garantir a execução dos diversos planos das acções previstas pelo Planeamento da Protecção Ambiental de Macau. Além disso, desenvolver-se-ão estudos sobre as normas de qualidade do ambiente de modo a aperfeiçoar, sucessivamente, o sistema de normas ambientais de Macau.

Paralelamente, vamos acelerar a sistematização do regime de avaliação de impacto ambiental. Ao mesmo tempo que se vai impulsionar a "Lista classificativa de projectos de construção que precisam de avaliação de impacto ambiental", deve esforçar-se, ainda, por concluir a proposta de lei e iniciar as actividades da recolha de opiniões. Por outro lado, organizar-se-ão actividades promocionais e formativas no intuito de reforçar o conhecimento das camadas sociais sobre o funcionamento do regime de avaliação de impacto ambiental.

7.1.4. Optimização das infra-estruturas ambientais e incremento da reciclagem de diversos resíduos recuperáveis

Tendo por objectivo actualizar os equipamentos das infra-estruturas ambientais, indo ao encontro do desenvolvimento social, prevê-se que, sejam desencadeadas, em 2014, várias obras de optimização e construção de infra-estruturas ambientais, designadamente: a Central de Incineração de Resíduos Sólidos, a Estação de Água Reciclada e a Estação de Tratamento de Águas Residuais do Aeroporto Internacional de Macau, entre outras, assim como a promoção ordenada das obras de actualização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau.

Ao mesmo tempo, para coordenar o objectivo definido sobre as taxas de reciclagem de resíduos especiais e perigosos, a médio e longo prazos, proposto no "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", é previsto construir, em 2014, no espaço da existente Estação de Tratamento de Resíduos Especiais e Perigosos de Macau, instalações de tratamento de pilhas e lâmpadas fluorescentes usadas e inúteis a fim de proceder ao tratamento não nocivo de lâmpadas fluorescentes compactas e lâmpadas fluorescentes, assim como ao pré-tratamento de descarregamento de electricidade e de embalagem de pilhas carregáveis inúteis.

A redução do uso de sacos de plástico é uma importante parte na promoção da redução de resíduos a partir na origem. Vamos fortificar, por fases, a consciência da redução de uso de plástico através da aplicação de acções visadas à elevação de nível de consciência, quer mediante medidas voluntárias e quer obrigatórias. Por conseguinte, o Governo da RAEM irá fomentar, em 2014, a medida de voluntariamente o utilizador reduzuir do uso de sacos de plástico, para além disso, procederá aos trabalhos preparativos da pré-fase, destinados à aplicação de medidas compulsórias, incluindo a cobrança de uma taxa de uso de sacos de plástico, assim como a cooperação com empresas, associações e instituições e estabelecimentos de ensino para que a redução do uso de sacos de plástico.

Para além de melhorar o funcionamento do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, elevar a flexibilidade da aprovação, em 2014 planeia-se de aumentar o limite máximo de apoio financeiro de 500 mil para 1 milhão de patacas e ajustar a proporção de apoio, melhorar o ambiente de negócio, melhorar a eficácia dos trabalhos de protecção ambiental.

7.2. Políticas energéticas

Em 2014, a garantia de fornecimentos de electricidade e de gás natural, com segurança e estabilidade continuará a ser considerada um princípio orientador. Continuar-se-á a reforçar a cooperação regional na área da energia, a promover a construção de instalações eléctricas regionais, a garantir o fornecimento, a longo prazo, de gás natural a partir de várias fontes, e,

a promover a eficiência energética e a conservação de energia, bem como, a lançar estudos sobre a aplicação das energias renováveis.

7.2.1. Garantir um fornecimento estável de electricidade, a longo prazo, e aperfeiçoar o sistema tarifário

Com o desenvolvimento urbano, e a fim de satisfazer às necessidades no consumo da electricidade, é necessário de reforçar a construção e gestão da rede de distribuição de electricidade.

Face ao aumento contínuo do consumo de electricidade verificado no Bairro Norte, nos últimos anos, planeámos adicionar 3 subestações de alta tensão no Bairro Norte. Uma delas, a subestação de alta tensão, de 66 kV, situada na Ilha Verde, perto da Estação de Tratamento de Água, está já a ser construída, prevendo-se que possa entrar em funcionamento em 2014. Nessa altura, poderá satisfazer a maior procura de electricidade verificada neste bairro; As outras duas subestações de alta tensão serão construídas posteriormente, tendo em conta a situação de desenvolvimento deste bairro. Além disso, para fazer face às obras de construção do metro ligeiro, iremos construir 4 subestações de alta tensão, de 110 kV, de acordo com as necessidades de fornecimento de electricidade.

Além disso, constatando-se a tendência de, tanto as famílias como os restaurantes, usarem hoje em dia mais aparelhos eléctricos, continuaremos a instar a concessionária para proceder, de forma cuidadosa, aos trabalhos de planeamento e construção das redes de distribuição eléctrica e também exigiremos a entrega dos projectos relativos aos equipamentos de distribuição de electricidade das várias zonas, para que possam ser reservados os espaços públicos necessários aquando da delineação do planeamento urbano, permitindo a construção de subestações de média tensão, em espaço exterior, com vista a satisfazer o acréscimo da procura de electricidade.

Por outro lado, continuaremos a estudar e a elaborar as normas de segurança das subestações subterrâneas, as normas de segurança da estrutura dos postos de transformação de média tensão e dos equipamentos, as normas de segurança de colocação de cabos eléctricos subterrâneos e respectivos regulamentos. Paralelamente, como nos últimos anos se registaram frequentes incidentes de danos nos cabos eléctricos de alta tensão subterrâneos, causados por motivo de escavações em processo de obras, também irá ser estudada a introdução de penalizações correspondentes, a fim de assegurar o funcionamento seguro das instalações de fornecimento de electricidade.

A fim de rever e aperfeiçoar o sistema tarifário de electricidade e fixação dos preços da electricidade em vigor e, promover o uso racional da electricidade e aumentar a eficiência no uso da electricidade, após estudos prolongados e consultas demoradas, procedemos à revisão do programa do "Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade", estimando-se que o novo sistema tarifário de electricidade e os novos preços possam vir a ser implementados oficialmente no início de 2014. Uma das particularidades

mais destacáveis do novo sistema é a introdução do sistema tarifário progressivo, com quatro níveis, destinado aos utentes residenciais e pequenas e médias empresas. Depois da implementação, as tarifas de electricidade de 82% dos utentes residenciais baixam pelo menos 10%, e as tarifas de electricidade de cerca de 60% dos utentes das pequenas e médias empresas baixam pelo menos 5% e, também está prevista a isenção do encargo de potência para clientes com potência contratada não superior a 6,9 kVA. Estimam-se em 170 mil, os utentes que possam vir a usufruir desse benefício, representando 75% do total de utentes de Macau.

O novo sistema tarifário prevê a implementação das novas tarifas progressivas, a introdução do conceito de "pagar mais por quem consome mais, pagar menos por quem consome menos", e ainda ajudará a aumentar a consciencialização dos utentes para o seu consumo de electricidade, atingindo os objectivos de aumento da eficiência energética e de conservação da energia.

7.2.2. Assegurar o fornecimento de gás natural e aperfeiçoar a legislação

Com a conclusão da construção e entrada em funcionamento da rede de gasodutos de gás natural de Guangdong, ir-se-á formar, entre regiões, um fornecimento de gás natural proveniente de várias fontes, suficiente para assegurar o fornecimento regional de gás natural e satisfazer a procura a longo prazo. Para isso, iremos continuar a manter o contacto e a comunicação estreita com os sectores relacionados do Interior da China, garantindo o fornecimento a Macau de gás natural a partir de diversas origens.

Com a colocação da rede de gasodutos de distribuição de gás de cidade, o número de utentes de gás natural vai aumentar e a área de alcance do fornecimento de gás vai continuar a expandir-se desde a área residencial, à industrial, comercial e dos transportes, tornando-se numa energia importante para Macau. Segundo o plano da rede de gasodutos de distribuição de gás natural, cuja conclusão da colocação da rede de gasodutos tronco em toda a região de Macau está estimada em 5 anos, prevê-se que 70% da construção da rede de gasodutos principal na zona do Cotai possam ser concluídos em 2014.

No futuro, iremos, não só garantir a estabilidade do fornecimento através de várias origens, como também a segurança do seu fornecimento, planearemos a construção da estação de reserva de emergência de GNL, com vista a elevar a capacidade da estação de reserva de emergência de GNL, com uma envergadura de cerca de 700 mil m^3, suficiente para atender às necessidades de gás durante pelo menos 3 dias. Além disso, iremos supervisionar a concessionária da rede de distribuição no sentido de nos certificarmos de que esta desenvolve os vários trabalhos da forma correcta, melhora a gestão e aumenta a eficiência operacional e, procede, com rigor, à manutenção da rede de gasodutos, prestando assim um serviço de distribuição de gás natural com alta qualidade, aos cidadãos de Macau. Ao mesmo tempo, exigiremos que a concessionária responsável pelo transporte do gás

implemente um novo programa de fornecimento de gás a longo prazo, e consideraremos rever o mecanismo do *gate price* relativo ao transporte do gás natural.

Por outro lado, iremos dar continuidade aos trabalhos de aperfeiçoamento dos regulamentos respeitantes ao gás, entre eles, será feita a revisão do "Regulamento Técnico das Instalações de Abastecimento de Gás Canalizado em Edifício" e iremos estudar a elaboração de um regulamento técnico no âmbito das obras de gasodutos de gás natural, designadamente o reconhecimento profissional dos técnicos de soldagem e ensaio, bem como auxiliar o sector a aumentar o nível técnico. Continuaremos a reforçar os trabalhos de divulgação sobre segurança no uso do gás natural e suas características técnicas, com o fim de promover a sua vulgarização.

7.2.3. Promover a aplicação das energias renováveis e aumentar a eficiência energética do sector público

A fim de promover e incentivar a aplicação da energia solar, desenvolveremos todos os esforços no sentido de concluir, em 2014, o processo legislativo respeitante ao "Regulamento de Segurança das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica" e fixaremos os preços da electricidade fotovoltaica. Ao mesmo tempo, continuaremos a desenvolver projectos de teste de aplicação de sistemas de energia solar fotovoltaica, com o objectivo de recolher mais dados que sirvam de referência. Além disso, iremos lançar estudos na perspectiva de desenvolvimento das novas energias e das tecnologias de conservação energética em Macau. Prosseguirá o lançamento progressivo e gradual, dos trabalhos de substituição das luzes de rua LED e dos postos de iluminação, numa zona de cada vez.

No aspecto da gestão energética, continuaremos a rever e a implementar o "Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos". Uma vez que cada serviço já possui condições para fazer a sua auto monitorização e gestão do consumo de energia, continuaremos a organizar acções de formação. O Grupo de Gestão Energética é responsável por coordenar, planear, executar, avaliar e informar acerca da situação e da eficácia da aplicação concreta da gestão energética, apoiando e encorajando cada serviço a participar, activamente, e a implementar continuamente o Mecanismo de Gestão Energética.

7.3. Recursos hídricos

De forma a garantir melhor a segurança no abastecimento de água a Macau, o Governo da RAEM continua a coordenar os assuntos relativos ao abastecimento de água a Macau, através da cooperação regional, a impulsionar o avanço de construção de empreendimentos hídricos, a implementar diversas medidas de exploração de origens de água e de conservação da água, estipuladas no Programa de Poupança de Água de Macau, incluindo o reforçar a motivação para conservar água através de tarifas de água canalizada,

a impulsionar a exploração e aproveitamento de água reciclada, a promover a participação conjunta de todos os sectores, para transformar Macau numa cidade economizadora de água.

Para construir uma cidade de conservação de água, publicámos em 2010 o Programa de Poupança de Água de Macau onde se define o rumo de desenvolvimento de água em Macau nos próximos 15 anos e as oito medidas para explorar as origens de água e sua conservação. Com a implementação gradual dos diversos trabalhos, o consumo de água em Macau abrandou, isto demonstra um êxito preliminar das acções. Para 2014, de forma a implementar as medidas de exploração de origens de água e de conservação de água, estudaremos um mecanismo de tarifas por classe e por escalões progressivos, para ajustar adequadamente as tarifas de água canalizada dos utentes de classe diferente, de forma a evidenciar a eficácia de conservação de água através de um suporte económico, tendo em conta o resultado do inquérito sobre a eficácia do mecanismo de tarifas de água canalizada, os ajustes do preço de água bruta a fornecer a Macau, a conjuntura socio-económica de Macau e a capacidade de suporte pelos cidadãos. Entretanto, iremos realizar acções promocionais de conservação de água junto dos bairros sociais, escolas, empresas e turistas, por forma a aprofundar os diversos planos de conservação de água, para promover a participação na conservação de água por parte de todos os sectores da sociedade.

Em relação à exploração e ao aproveitamento da água reciclada, em 2014 vamos promover o melhoramento de software e hardware na área da água reciclada, de acordo com as políticas e medidas definidas no "Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada de Macau (2013-2022)". Quanto ao hardware, iremos construir uma Estação de Tratamento de Água Reciclada e uma rede pública de canalização de água reciclada, incluindo a instalação de uma rede pública de canalização que liga a Ilha de Hengqin, o Campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, a habitação pública de Seac Pai Van em Coloane, a Avenida Cotai e a Estrada do Istmo Cotai a sul da Estrada Flor de Lótus à Estação de Tratamento de Água Reciclada, formando um sistema de abastecimento de água em ciclo, para preparar os alicerces necessários à construção de infra-estruturas para o futuro abastecimento de água reciclada.

No que diz respeito ao sistema de gestão, será estabelecido um sistema de gestão de riscos, serão melhoradas as leis e regulamentos pertinentes e promovido o desenvolvimento e o uso da água reciclada, através da colaboração inter-serviços; iremos criar um mecanismo para monitorizar em tempo real a quantidade e a qualidade de água, e generalizar gradualmente o uso da água reciclada mediante o melhoramento do mecanismo de gestão, repondo com água canalizada não reciclada se necessário. Entretanto, iremos definir as especificações técnicas, as padronizações e normas da qualidade da água reciclada, para fornecer ao sector uma base técnica e normas no âmbito da concepção do projecto e implementação das infra-estruturas.

Entretanto, o Governo da RAEM empenha-se em promover o uso de água reciclada, reforçando a educação, divulgação e generalização do conhecimento do uso da água

reciclada junto de todos os sectores da sociedade, ampliar o âmbito do uso de água reciclada, para diminuir o consumo de água, esforçando-nos em conjunto por construir Macau como uma cidade de conservação de água.

8. Política de telecomunicações, correios, ciência e tecnologia

8.1. Política de telecomunicações

Tendo como objectivo melhorar o mecanismo de regulação, manter a concorrência efectiva do mercado e reforçar a protecção dos consumidores, faremos um esforço para criar um ambiente de concorrência leal, atraindo o investimento, com vista a que os consumidores possam obter serviços de telecomunicações mais diversificados, de qualidade e a preço razoável. Por outro lado, promoveremos ainda mais o desenvolvimento e as aplicações das tecnologias de informação e comunicação, aumentando a competitividade da sociedade e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

8.1.1. Novo planeamento para remodelar o desenvolvimento do mercado das telecomunicações

Com a evolução acelerada das tecnologias de comunicação, criam-se novas tendências no mercado das telecomunicações local. Atento o resultado dos estudos específicos relativos ao futuro desenvolvimento do mercado da televisão de Macau, serão preliminarmente estabelecidos a divisão e o modo operacional do mesmo. Em 2014, com o termo do contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição, criará condições por forma a concretizar ainda mais a direcção do desenvolvimento do mercado da televisão. Em conformidade com a política de telecomunicações de liberalização do mercado, elaboraremos o respectivo mecanismo de licenciamento, definiremos claramente a localização das respectivas partes interessadas no mercado do serviço de televisão e, em conformidade com a situação concreta, elaboraremos a legislação e licenças apropriadas, com vista a criar um ambiente de regulação favorável à concorrência e ao desenvolvimento a longo prazo.

Tendo em consideração a emissão da "licença de instalação e operação de rede pública de telecomunicações fixa", a nova rede pública de telecomunicações fixa será gradualmente instalada de acordo com o plano fixado, sendo que com a popularização dos smart device e a remodelação do mercado do serviço de televisão, prevemos que se verifique uma fusão dos vários tipos de redes de telecomunicações, tais como a rede de telecomunicações, a rede de televisão e a rede de Internet, permitindo que se caminhe para uma estrutura de convergência. Para este efeito, em 2014, procederemos à melhor preparação relativa ao desenvolvimento do mercado das telecomunicações na próxima fase.

Continuaremos os estudos efectuados no passado, estudando o regime de regulação aplicável ao futuro mercado de telecomunicações, a fim de aperfeiçoar a respectiva regulação sob vários aspectos. A partir do lançamento do serviço 3G em Junho de 2007, o uso de dados móveis apresenta uma tendência de aumento acelerado. Até o fim do ano de 2012, o uso total de dados móveis foi 80 vezes superior ao registado em 2008. Com a utilização mais popularizada de smartphones por parte dos utentes, as exigências sobre a velocidade de dados móveis têm aumentado constantemente. Tendo em conta que as zonas vizinhas deram sucessivamente início ao novo processo de desenvolvimento, temos de preparar o serviço de comunicação móvel da nova geração com base em tecnologia LTE, a fim de satisfazer as necessidades dos utilizadores sobre a qualidade dos serviços relevantes. Com o objectivo de promover as aplicações das tecnologias avançadas de comunicação e o desenvolvimento de serviços no sector das telecomunicações de Macau, continuaremos o estudo da tecnologia da comunicação móvel da nova geração efectuado em 2013, incluindo o planeamento do espectro radioeléctrico e a forma de introdução da tecnologia, e concretizaremos o trabalho de definição das licenças do serviço de comunicação móvel da nova geração com base na tecnologia LTE em 2014, permitindo que os cidadãos possam gozar o quanto antes do serviço de telecomunicações móveis trazido pela nova tecnologia. Além disso, na sequência da tendência de aumento acelerado do serviço móvel de dados, impulsionaremos os operadores dos serviços de telecomunicações móveis a aumentar a estabilidade de operação da rede e, ao mesmo tempo, a procurar activamente métodos para aumentar a eficiência da operação, a fim de criar espaço para a redução das tarifas.

8.1.2. Melhorar e promover constantemente as aplicações das tecnologias de informação e comunicação

O sistema "WiFi GO" já funciona há mais de 3 anos, verificando-se no processo de funcionamento concreto que no sistema existente é difícil responder eficazmente o número de utilizadores e o uso de dados, os quais têm aumentado constantemente, logo, em 2014, é necessário instalar outro sistema além do sistema existente, a fim de suportar os novos pontos de acesso ao serviço a serem instalados no futuro, servindo como efeito de redundância do sistema geral.

Além disso, no sentido de assegurar a prestação de um serviço mais estável por parte do Centro de Informação da Internet de Macau, acrescentaremos alguns equipamentos ao mesmo, melhorando as disposições relativas ao sistema de gestão e de registo dos nomes de domínio, e continuaremos a melhorar e promover o desenvolvimento do serviço dos nomes de domínio.

8.2. Política de Correios

Para o próximo ano, continuaremos a apostar na formação de uma equipa profissional, na integração de técnicas especializadas e de avançada tecnologia de informação, na

inovação, na adopção de uma nova mentalidade e no aumento da eficiência operacional e da qualidade dos serviços, para que as redes financeiras (serviços financeiros), física (distribuição postal) e electrónica (serviços electrónicos) possam articular-se com as necessidades do desenvolvimento social.

Por outro lado, para assegurar a qualidade dos serviços postais e o desenvolvimento sustentável do sector postal, os aumentos das novas taxas terminais da UPU e de alguns dos custos operacionais serão, em 2014, adequadamente reflectidos nos preços e taxas de serviços postais.

8.2.1. Consolidação da Rede de Serviços, desenvolver no serviço de postal diversificado

De acordo com o desenvolvimento urbanístico de Macau, vamos melhorar a sua rede postal e, nesse sentido, e conforme o calendário de mudança de instalações da Universidade de Macau, será instalada uma nova estação no campus da Universidade de Macau na Ilha de Montanha, para prestação de vários serviços postais. Procurar-se-á ainda instalar o serviço de câmbio em estações que dele necessitem, de forma a diversificar os serviços prestados e a facilitar a vida dos cidadãos, bem como instalar uma galeria de exposições filatélicas no Largo do Lilau, zona do "Centro Histórico de Macau", alargando o espaço de exposição para promoção do coleccionismo filatélico, junto dos visitantes e residentes locais.

Para acompanhar a política de Governo Electrónico da RAEM, vamos continuar a aprofundar as aplicações da plataforma de pagamento electrónico, disponibilizando canais de pagamento on-line para os diversos serviços electrónicos prestados por departamentos e instituições do Governo.

Conforme o plano previsto, será concluída a instalação de novos equipamentos informáticos nos serviços eSignTrust e a renovação do sistema de aplicação destes serviços de certificação. Para, em caso de incidentes ou desastres, assegurar a rápida recuperação e prestação dos "Serviços Electrónicos Postais Seguros", como os de Carimbo Postal Electrónico Certificado e de Correio Electrónico Registado Postal, serão adquiridos e instalados equipamentos (hardware) e aplicações (software) de sistema de recuperação de acidentes.

8.2.2. Reforço da Informatização dos Sistemas, prestar serviço de qualidade

Em 2014, será dada continuidade às actividades de divulgação dos serviços de Caixa Postal Electrónica Segura (SEPBox) e de Correio Electrónico Registado Postal (CERP), e será reforçada a sua promoção, apresentando aos cidadãos de Macau as vantagens de utilização destes dois novos serviços.

Para criar outras formas de divulgação e promoção, será melhorado o serviço "e Direct Mail" (eDM), uma plataforma de distribuição electrónica disponibilizada para divulgação de

serviços e produtos de clientes, através do envio de mensagens electrónicas a utilizadores subscritos da Caixa Postal Electrónica Segura. Os cidadãos poderão receber atempadamente, por este meio, informações promocionais e informações oficiais, tais como regulamentos e avisos, entre outras.

8.3. Políticas de Ciência e Tecnologia

8.3.1. Promover as actividades de popularização científica e investigação da estratégia sobre a ciência e a tecnologia

Em 2014, continuaremos, como no passado, a realizar actividades de popularização científica, promover a respectiva educação para os estudantes e para toda a população, de modo a criar uma cultura e ambiente favoráveis ao desenvolvimento das ciências e tecnologia. Para além disso, através dos campos de Verão, visitas de estudos, observações de vulgarização científica no exterior, palestras relevantes, etc, ampliar-se-ão os horizontes e os conhecimentos dos alunos e dos professores responsáveis por essa educação; aproveitando um conjunto de exercícios terminados por si próprio, aprofundar-se-ão os conhecimentos gerais das ciências e as capacidades de execução dos alunos, permitindo-lhes sentir um diferente ambiente de aprendizagem e aumentar as suas capacidades práticas na área científica.

Através da análise e pesquisa das opiniões dos especialistas participantes na "Oficina de Intercâmbio sobre Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia de Macau", o Grupo de Trabalho das Estratégias e Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia planeará uma visita de estudo ao exterior, de forma a conhecer a situação das estratégias e desenvolvimento de ciência e tecnologia do exterior.

8.3.2. Prémios de Ciência e Tecnologia, apoiar a construção de laboratórios de referência do estado

Em 2014, vamos proceder à apreciação dos requerimentos de atribuição de prémios às pessoas do sector da Ciência e da Tecnologia, realizar aos trabalhos de avaliação de forma, avaliação pelas pessoas do mesmo sector, avaliação preliminar pela Comissão de Apreciação Relativa aos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (CACP), avaliação da CACP na reunião e atribuição dos prémios, etc. Quanto às recomendações dos Prémios Nacionais para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, vamos apresentar as candidaturas ao Gabinete dos Prémios Nacionais para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, iniciando também no 1° trimestre as recomendações para os Prémios das Ciências e da Tecnologia da Fundação Ho Leung Ho Lee e a recomendação de académicos locais para a respectiva candidatura.

Além disso, o Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Tradicional Chinesa (na Universidade de Macau e na Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau) e o Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos (na Universidade de Macau) vão entrar na fase de desenvolvimento no ano 2014, para além de prestar o apoio financeiro, também coordenamos no aperfeiçoamento dos equipamentos e aparelhos de investigação, formar pessoal de vanguarda académica e iniciar investigação nas áreas-chave, promover o desenvolvimento das respectivas áreas. Para além disso, vamos ainda reforçar o apoio destinado aos projectos candidatos dos dois laboratórios, estimulando-os a publicarem mais dissertações e mais realizações científicas diversificadas; vamos, através do mecanismo do "Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau", estabelecer maior cooperação com as instituições de investigação científica do Interior da China e criar mais oportunidades de participação nos projectos científicos a nível nacional.

8.3.3. Estudar a viabilidade de financiamento do desenvolvimento do sector da indústria

À medida que o ambiente e as bases de investigação científica em Macau têm sido melhorados, a partir de 2014, vamos alargar o foco de acção, encorajar e promover o desenvolvimento da investigação do sector da indústria da ciência e da tecnologia, bem como impulsionar a industrialização das dos resultados da investigação científica. Vamos também tomar como referência as práticas do Interior da China e do exterior, em relação ao fundo de inovação tecnológica para sectores de ciência e tecnologia, estudando a viabilidade de um projecto de financiamento que se adapte às características de investigação do sector, e a viabilidade do respectivo financiamento, no intuito de aumentar a capacidade de inovação dos sectores, a promoção de integração de ciência, tecnologia e economia, o estímulo ao desenvolvimento adequado e diversificado da economia de Macau.

CONCLUSÃO

"Aumentar a capacidade da cidade, satisfazer a procura de desenvolvimento social" são problemas que a área de Transportes e Obras Públicas necessita de ter em consideração pelo que, criar um regime de planeamento urbanístico, fazer o aproveitamento apropriado dos recursos de terrenos, aumentar a capacidade dos equipamentos sociais, são assuntos que necessitam de ponderação nas linhas de acção governativa.

Para a criação do "centro mundial de turismo e lazer", as medidas de acção governativa devem ser estabelecidas com base em métodos científicos, em análise adequada e na experiência adquirida, ponderando as actuais limitações de Macau e partindo de um ponto de vista objectivo.

Mantemos o conceito de "a Governação cientifica e servir a população" e os trabalhos na área de Transportes e Obras Públicas vão ser realizados conforme as orientações estabelecidas, garantindo a qualidade na execução das obras e o cumprimento do calendário fixado.

Em 2014 os planos de urbanização entram na fase de implementação, vários projectos vão ter início, como por exemplo as obras da rede de canalização subterrânea, da rede rodoviária e de infra-estruturas, construção de novas habitações públicas, em articulação com os grandes empreendimentos que estão a decorrer, entrando a construção urbana numa fase de construção em geral.

A nossa equipa vai prosseguir os objectivos fixados com empenho e de forma faseada, vai verificar os atrasos na execução dos projectos, proceder a uma análise sistemática da eficácia e do andamento dos trabalhos conforme as prioridades e, caso seja necessário, proceder ao seu ajustamento, articulando com os objectivos da acção governativa de "elevar a capacidade, promover o desenvolvimento sustentável".